



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

CENTRO DE HUMANIDADES

UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

CURSO: MESTRADO EM HISTÓRIA.

TÍTULO

**CIDADE E VIOLÊNCIA:
CAMPINA GRANDE NA DÉCADA DE 1980 E AS REPRESENTAÇÕES DO
“MÃO BRANCA” NOS JORNAIS.**

Luciana Estevam da Silva

Campina Grande – PB

2010

LUCIANA ESTEVAM DA SILVA

TÍTULO

**CIDADE E VIOLÊNCIA:
CAMPINA GRANDE NA DÉCADA DE 1980 E AS REPRESENTAÇÕES DO
“MÃO BRANCA” NOS JORNAIS.**

**Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-graduação em
História da Universidade Federal de
Campina Grande como requisito
parcial para obtenção de título de
Mestre (a) em História, Área de
concentração em Cultura e Cidades.
Campina Grande. 2010.**

**Orientador: Profº. Dr. Antônio
Clarindo Barbosa de Sousa**

CAMPINA GRANDE-PB

2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586c Silva, Luciana Estevam da.

Cidade e violência: Campina Grande na década de 1980 e as representações do “Mão Branca” nos jornais / Luciana Estevam da Silva. — Campina Grande, 2010.

109 f. : il. col.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Sousa.

1. Cidade - História. 2. Violência. 3. Representação. 4. Grupo de Extermínio. 5. “Mao Branca”. I. Título.

CDU – 908(813.3)(043)

LUCIANA ESTEVAM DA SILVA

TÍTULO:

CIDADE E VIOLÊNCIA:

**CAMPINA GRANDE NA DÉCADA DE 1980 E AS REPRESENTAÇÕES DO
“MÃO BRANCA” NOS JORNAIS.**

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-graduação em
História da Universidade Federal de
Campina Grande como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre (a) em História, Área de
concentração em Cultura e Cidades.
Campina Grande, 2010.**

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Sousa.
(Orientador)**

Examinador Titular Interno (a): Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó.

Examinadora Externa (a): Prof.ª Dr.ª. Maria do Socorro Cipriano

Suplente: Prof. Dr. Severino Cabral Filho

Suplente: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha

Defesa em _____ de _____ de 2010.

DEDICATÓRIA

À memória de meu pai, José Estevam da Silva Filho, e do meu irmão Antonio Estevam da Silva pelo amor e razão dedicados mesmo que a lacuna deixada por suas ausências jamais tenham sido preenchidas.

Ainda em memória, a Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa, pelas boas lembranças deixadas e que em tantos momentos figurou para os seus alunos/discípulos como exemplo de disciplina e esmero a história.

Ao meu orientador, pela presteza, atenção, profissionalismo, dedicação e paciência.

Em especial, à minha mãe (Dona Severina) que representa em minha vida o principal alicerce dos momentos mais difíceis e constitui referência de dedicação, amor completo e verdadeiro.

Aos mestres e doutores que compõem o corpo docente da graduação e Pós-graduação na UFCG e que foram meus principais referenciais para meu crescimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeira instância a **Deus**, já que acredito veementemente em seu amor e misericórdia. Principalmente porque percebo a **fé** como algo que está além das explicações filosóficas e científicas. Portanto, incontestável, inexplicável...

À minha mãezinha, compreensiva e carinhosa, “ciumenta”, mas única e que apesar de não ter estudado me conduziu pelo aprendizado da vida. Sua força e amor dedicados foram e são meu alicerce para continuar perseverando e vencendo qualquer obstáculo.

Especial agradecimento ao meu orientador Antonio Clarindo, pela paciência, disciplina, profissionalismo. Grande homem, grande profissional! Sem palavras para explicar o agradecimento a esse mestre que se tornou inesquecível. A ele meu eterno afeto.

Meus irmãos e irmãs, que direta ou indiretamente me apoiaram. A vocês, todo o meu carinho e agradecimento.

Depois de Deus e minha família, agradeço aos meus professores (as), principalmente Antônio Clarindo, Gervácio B. Aranha, Regina Coelli, Severino Cabral, Iranilson Burity, Alarcon Agra e tantos outros pela paciência, dedicação e exemplos de profissionalismo e amor pelo que fazem.

Agradecimento especial à banca de qualificação - professora Dr^a. Claudia Engler Cury e professor Dr. Alarcon Agra do Ó - pelas contribuições para melhorar o meu trabalho. As observações realizadas foram fundamentais, por isso expresseo o meu terno e eterno agradecimento.

À nova banca composta pelos professores doutores Alarcon e Maria do Socorro Cipriano, agradeço especialmente pela disponibilidade, paciência, carinho e profissionalismo em poder ler e elaborar as considerações necessárias ao resultado final de meu trabalho. Não há palavras para agradecer tanta atenção, tanta dedicação... Meus sinceros agradecimentos!

Aos que compõem a equipe da secretaria da Pós-graduação, Maressa e Arnaldo, porque pacientemente me trataram com respeito e atenção nos momentos em que precisei dos serviços prestados.

Àquelas almas amigas e cheias de luz que me acompanharam e transmitiram amor e força no curso (Andréa, Eleonora, Clécia-“Clecinha”, Maria José, Roberto, Valmir, Valdirene e Fábio em especial- saudades de nossos momentos juntos, e nossos “papos” nos intervalos do almoço) aos outros colegas da turma que durante o primeiro ano não foram tão próximos, mas significaram bastante em nossa jornada.

Agradeço ainda o carinho e a atenção dos entrevistados: Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia Edgar Malagodi (ainda não tivemos a oportunidade de conversar pessoalmente apenas por telefone, mas mesmo assim suas contribuições foram fundamentais), ao Padre Redentorista Cristiano Joosten e o ex-padre belga Luis Vandaele.

Agradecemos ainda a secretária do acervo do Jornal da Paraíba, Fabiana, um anjo amigo e adorável e também aos funcionários da 2ª Vara Criminal do Júri em Campina Grande, principalmente a Lucio (“raposeiro” inconformado) que me tratou com muita atenção e passou a maior parte do tempo me auxiliando nos dois dias em que digitalizei e cataloguei os Processos Crimes dos “Mão Branca”.

A “seu Biu” que cuida do acervo do Diário da Borborema.

Aos meus amigos e amigas pelo incentivo e cuidado: Jeane e suas duas lindas bênçãos (Wesley Douglas e Priscila), a Isabela, a Socorro, a minha amigona Deneele e suas princesinhas Luanny Chistine e Mohana, a Rosemilda (irmazona compreensiva), Hernandes (Nando), a Saulo, a Aninha de Caicó (Anna Otília) e seus ex-namorado Ariosvalber, meu abraço! A Adélia (anjo amigo), a Noelza, e tantos outros que fazem parte da “família” Polivalente no Catolé, colégio que estudei desde minha infância e que retornei como professora de 2007 até 2009. A esses e outros que não citei, o meu muito obrigado!

À Fabrícia, Silvana, Márcia, Flávio Carreiro, amigos e companheiros de trabalho na UVA (Universidade Aberta Vida): Rose (a quem descobri uma verdadeira amiga e irmã), Leonardo, Welton e Priscila, o meu agradecimento pela oportunidade e confiança.

Especialmente a Solange (ex-aluna da UVA) e seu irmão Jerônimo Servílio. Almas amigas que me ajudaram com suporte material de pesquisa, cedendo outro trabalho acadêmico defendido como Monografia de conclusão do curso de História da UEPB em 2008, com tema relevante que contribuiu muito na elaboração dessa Dissertação.

A duas pessoas que com carinho e paciência acompanharam os momentos finais dessa escrita: Adele Cristina e Roberto Muniz. Obrigada por aguentar minhas “birras”, minhas lágrimas e reclamações. Muito obrigada pela compreensão e carinho. Pelo conforto e palavras amigas num momento tão delicado. Através de vocês, senti que só seremos capazes de produzir melhor se tivermos amigos de verdade. Aprendi, sobretudo, o verdadeiro sentimento de amizade.

Exclusivo agradecimento a quatro seres queridos e iluminados: Padre Sérgio da Paróquia Santíssima Trindade-Catolé, a Carlos Eduardo Ruffo, Andréia Mendonça e Verônica Ryos, pessoas justas, amigas e sinceras, seres de fortaleza e perseverança na FÉ em DEUS... Iluminados e iluminadores que me ajudaram nesse momento doloroso que está sendo o fim de meu casamento e reajuste final do trabalho, a eles obrigada pela paciência em me escutar, por me aconselhar e me orientar no melhor caminho a trilhar na fé de que um dia as trevas se tornarão luz.

A CAPES/CNPQ pelos oito meses de incentivo financeiro através da bolsa. O meu muito obrigado!

Enfim, meu sentimento de gratidão é direcionado a tantos seres especiais que fazem ou já fizeram parte da minha vida que não caberia descrever. Aos que parecem ausentes, perdoem-me, pois esse momento de escrita e elaboração de uma pesquisa é “ferrenho”, como diz o velho ditado popular “só agüenta o peso do pote quem botou a rudia”. Nesses dois anos e meio, foram muitos momentos difíceis e significativos em minha jornada e não foi nada fácil chegar até aqui.

Portanto, se em meio a tantas turbulências esqueci-me de alguém, e se porventura ler esse trabalho e não encontrar seu nome citado sinta-se também homenageado (a), e saiba que direto ou indiretamente você é especial, essencial...

RESUMO

O presente trabalho se inscreve numa pesquisa da história recente (HTP- História do Tempo Presente) sobre a cidade, precisamente, Campina Grande-PB e as nuances sobre a violência urbana e representação na década de 1980. Contundentemente a violência enquanto ação simbólica atribuídas ao grupo de extermínio “Mão Branca” nos Jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba. Em domínio específico, nossa pesquisa procurou discutir como estava a cidade de Campina Grande entre as décadas de 1980/1990 em diversas esferas: econômica, política e cultural, bem como, elaborou-se uma explicação sobre a violência e seus múltiplos segmentos, com ênfase ao campo simbólico, intimamente relacionado à representação. Entre os procedimentos metodológicos adotados: análise bibliográfica (livros, Dissertações, etc.) e análise documental (Jornais e Processos Criminais). A pesquisa se desenvolveu a partir dos referenciais propugnados principalmente por, Chartier (1990), Certeau (2008), Aredent (2009), Adorno (1990), Bauman (2005), Chalhoub (1996), entre outros. Dentre as várias observações, nesse estudo, pudemos concluir que, além de ter elaborado uma abordagem sobre a representação, verifica-se como o grupo de extermínio “Mão Branca” aparece nos jornais de época como uma estratégia mercadológica persuasiva, já que muitos cidadãos campinenses representaram a ação desse grupo ora como bandidos, ora como “mocinhos” redutores da paz e tranquilidade já que através do medo que causavam com a exposição pública de um “Listão” de nomes dos “elementos perigosos marcados para morrer” proporcionavam uma “limpeza” na cidade.

PALAVRAS CHAVE: Cidade, Violência, Representação, Grupo de Extermínio e “Mão Branca”.

SUMMARY

The present work if he/she enrolls in a research of the recent history (HTP - History of the Present Time) on the city, precisely, Campina Grande-PB and the nuances about the urban violence and representation in the decade of 1980. Contundentemente the violence while symbolic action attributed to the group of extermination " White " Hand in the Newspapers Daily of Borborema and Newspaper of Paraíba. In specific domain, our research tried to discuss how the city of Campina Grande was among the decades of 1980/1990 in several spheres: economical, politics and cultural, as well as, an explanation was elaborated on the violence and your multiples segments, with emphasis to the symbolic field, intimately related to the representation. Enter the adopted methodological procedures: bibliographical analysis (books, Dissertations, etc.) and documental analysis (Newspapers and Criminal Processes). The research grew mainly starting from the referenciais propugnados for, Chartier (1990), Certeau (2008), Aredent (2009), I Adorn (1990), Bauman (2005), Chalhoub (1996), among others. Among the several observations, in that study, we could end that, besides having elaborated an approach about the representation, it is verified as the group of extermination " White " Hand he/she appears in the time newspapers as a strategy persuasive mercadológica, since many citizens campinenses represented the action of that group some times as thieves, other times as " redeeming young men " of the peace and tranquilidade since through the fear that you/they caused with the exhibition it publishes of a " List " of names of the " dangerous elements marked to die " they provided a " cleaning " in the city.

WORDS KEY: City, Violence, Representation, Group of Extermination and " White " Hand.

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I: Campina Grande e o Fantasma da Violência.....	21
1. Campina: Uma cidade “moderna”, “grande” e “desenvolvida”.....	21
2. Campina na década de 1980: uma história política em movimento.....	32
2.1-Passos e (re) passos da política paraibana e campinense.....	32
CAPÍTULO II: Cursos e percursos da violência e do justicamento privado no Brasil e o caso “Mão Branca” em Campina Grande – PB.....	43
1. -Violência e suas múltiplas faces.....	43
1.2-Das múltiplas faces da violência ao “controle” da Polícia: Justicamento privado (Grupos de Extermínio) no Brasil e na Paraíba.....	63
1.3- Em defesa de uma Polícia Justa séria e organizada.....	75
2-Grupos de extermínio e as representações simbólicas.....	79

Considerações Finais.....	85
Fontes Primárias Catalogadas	92
Jornais escritos.....	92
Processos Criminais.....	92
Cronograma de Pesquisas.....	92
Referências.....	93
Anexos.....	98

LISTA DE IMAGENS

	Pág.:
Imagem 01.....	29
Imagem 02.....	30
Imagem 03.....	30
Imagem 04.....	30
Imagem 05.....	30
Imagem 06.....	31
Imagem 07.....	35
Imagem 08.....	40
Imagem 09.....	40
Imagem 10.....	50
Imagem 11.....	51
Imagem 12.....	52
Imagem 13.....	53
Imagem 14.....	55
Imagem 15.....	56
Imagem 16.....	57
Imagem 17.....	60
Imagem 18.....	60
Imagem 19.....	70
Imagem 20.....	70
Imagem 21.....	71
Imagem 22.....	71
Imagem 23.....	78

Imagem 24.....	78
Imagem 25.....	80
Imagem 26.....	80
Imagem 27.....	80
Imagem 28.....	80
Imagem 29.....	82
Imagem 30.....	82

INTRODUÇÃO

Campina Grande, 15 abril de 1980, madrugada de segunda-feira. Em meio ao silêncio, se ouvia os ruídos da cidade: latido dos cães, canto de corujas, o soprar dos ventos a bater nas folhas de árvores das ruas, etc. Nesse momento, a cidade dormia a espera de mais um “tranquilo” amanhecer, semelhante a todos os outros, quando a rotina recomeçava... Os cidadãos ao raiar do sol voltariam às atividades rotineiras: escritórios, escolas, fábricas, comércio, entre outras. Nada incomum a um lugar do interior da Paraíba em pleno desenvolvimento¹... Contudo, o “aparente” silêncio foi quebrado às 02h30min, momento em que se ouviu o tilintar do telefone da Central da Polícia Civil, acordando o guarda de plantão. Antes mesmo de o agente dizer “alô”, uma voz grave, amedrontadora e misteriosa do outro lado da linha pausadamente falou: “(...) Alô, não diga nada, só escute... Aqui é o ‘Mão Branca’, estou avisando que foi mais um para o inferno, pode ir buscar a carcaça no ‘Estádio Amigão’, trata-se do ‘Beto Fuscão (...)’²”. Após alguns segundos, não se ouvira mais nada. Um novo e amedrontador silêncio... A voz misteriosa desligou sem maiores explicações... Imediatamente, em diligência ao local indicado, equipes de policiais encontraram o corpo de um homem, aparentemente jovem, crivado com uma bala calibre 12 acima do coração, seu nome: “Paulo Roberto Nascimento, 19 anos, vulgo ‘Beto Fuscão’, conhecido no meio policial como marginal perigoso e arrombador”³. Nesse momento, a cidade acorda! Não é mais a mesma que dormira, pois um novo capítulo de sua história se revela.

Sobre a cidade, múltiplos olhares já foram lançados com relação a seu estudo, tanto de cunho local⁴ como de outras cidades brasileiras e do mundo. Em sua maioria, a cidade é

¹ Sobre o desenvolvimento de Campina Grande, no tocante aos aspectos de urbanização, política, cultura e manifestações da violência, entre outros, especificamos um capítulo intitulado: “Campina e o fantasma da Violência (1980-1990)”.

² CLOVIS Melo de. “‘Mão Branca’ matou ‘Beto Fuscão’ Este foi o primeiro de uma lista negra. Outros morrerão logo”. *Jornal da Paraíba*. Campina Grande. P. 07. Seg.15 de Abr. de 1980.

³ Idem, *Ibidem*, p.07

⁴ Para entender Campina Grande e seus diferentes estudos no tocante às sensibilidades, cotidiano, modernização e modernidade, etc. ver: ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, vida urbana, modernidade: Campina Grande na Primeira Metade do Século XX*. Doutorado em História, UNICAMP, Campina-SP, 1999. E, ARANHA, Gervácio Batista, *Seduções do moderno na Parahyba do Norte: Trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)*. In: *A Paraíba no Império e na República: Estudos de história social e cultural*. Idéia. João Pessoa, 2003. Ou ainda: SOUZA, Antonio Clarindo B. de. *A construção da imagem da cidade grande*. In: *Sociedade, cultura e lazer na Campina Grande dos anos 50 a 60*. Além de: SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande, 1920-1945*. Doutorado. Também: FILHO, Severino Cabral. In: *Cultura e cidades*. ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson de Oliveira e SOUZA, Antonio Clarindo B. (orgs.); 1ª edição; - Campina Grande; EDUFCCG; 2008.

retratada como um espaço de mudanças (urbanização) da apreensão do moderno⁵, espaço das trocas, dos conflitos, das festas, das vivências. Nosso trabalho também toma a cidade e seu espaço como construtores das representações. Sendo assim, traçamos um perfil (político, sócio-cultural e espacial) de Campina Grande-PB entre 1978 a 1983, para entender como surgiu e atuou o grupo de extermínio “Mão Branca”. Essa constituição de perfil foi feita por meio dos seguintes procedimentos: investigação dos **jornais de época**, especialmente o **Jornal Diário da Borborema e Jornal da Paraíba** e ainda breve apreciação aos **Processos Crimes** inquiridos contra o grupo pela Comissão de Justiça e Paz. Com base nessas fontes, entendemos como se deu a participação de pessoas comuns na historiografia campinense tomando como centro de nossos estudos um dos fatos que marcaram as tramas políticas e sociais e que serviram/foram alvos de inúmeras interpretações pela mídia, instituições jurídicas e vários setores da sociedade. Nossa preocupação foi a de estudar a cidade e, em específico, o fenômeno da violência urbana e justicamento privado através da ação do grupo de extermínio supramencionado. Um trabalho caracterizado pelo delineamento sobre a cidade e a violência que assombrava a população da época, violência esta explícita nas manchetes de jornais a partir da atuação de grupos particulares, etc. Com este fim, nosso trabalho se diferencia dos demais já realizados sobre Campina Grande-PB, pois além de se incluir dentre os temas sobre o estudo da História do Tempo Presente, versa sobre um fenômeno de crescente preocupação e até então pouco estudado na historiografia local: **a violência e a emergência de um grupo de justicamento privado**.

Na perspectiva tradicional como explícito adiante, a violência é caracterizada pelo “poder de negação dialética” hegeliano-marxista, onde, é concebida como um fenômeno que se manifesta na resolução de conflitos sociais: **conflito comunitário, na família, entre países, etc.** Nesse aspecto, o domínio do homem sobre os homens.

No entanto, ao se pensar a violência enquanto lócus para que o poder e o conflito essa em manifesto aos interesses opostos, onde a existência de um promove a origem de outro e a inexistência de um reflete no outro, no significado em que o medo prevalece para a condição de manutenção da ordem social, a violência é apresentada como um fenômeno inerente a natureza humana, como ressalta Celso Lafer no prefácio de uma das obras de Hanna Arendt, “**Sobre Violência**”:

⁵ Para uma apreensão do estudo sobre mudanças de grandes cidades e surgimento de Metrôpoles européias, por exemplo, podemos encontrar: BERMAN, Marshal, 1986; CHOAY, Françoise, 1997; SHORSKE, Carl E; 1988, ROLNIK, Raquel, 1998; BRESCIANI, Stella, 1987 e BENJAMIN, Walter, 1991, vol.3.

(...) Para Arendt, o **poder** - que é inerente a qualquer comunidade política - resulta da capacidade humana de agir em conjunto, o que, por sua vez, requer o consenso de muitos quanto a um curso de ação. Por isso, poder e violência são termos opostos: a afirmação absoluta de um significa a ausência do outro. É a desintegração do poder que enseja a violência, pois, quando os comandos não são mais generalizadamente acatados, por falta de consenso e opinião favorável- implícita ou explícita- de muitos, os meios violentos não têm utilidades... Enfim, para Hanna Arendt, a violência destrói o poder, não o cria. (LAFER apud ARENDT: 2009).

Segundo interpretamos em nossa pesquisa, o estudo sobre a violência não é recente. Tradicionalmente se estuda que as práticas violentas advêm desde a Antigüidade. Porém, o estudo sobre essas práticas começaram a serem discutidas a partir do século XIX. Assim, a violência passou a ser caracterizada como um fenômeno que despertou a preocupação do poder público e também de estudiosos de várias áreas, tais como: Ciências Sociais, História, Geografia, Economia, Medicina, Psicologia, Direito, entre outros.

Os principais autores que passaram a debater sobre a violência clássica relacionada à Barbárie foram Marx, Hegel e Nietzsche. Porém, esse tipo de violência ainda pode acontecer na atualidade. Com base em Filho (2001), para Marx a violência passou a ser algo superável e não inerente ao homem. E para Nietzsche ela é algo que pertence ao homem⁶. Por se tratar de uma questão já existente desde a Antigüidade, vale lembrar que existem relatos referentes à Idade Média em que a violência física fazia parte do homem medieval. Atos violentos eram comuns, tais como: mãos decepadas, purificações em fogueiras, mortes públicas, entre outros. Não é difícil encontrar indícios na Bíblia de cenas violentas, a começar pela expulsão de Adão e Eva do paraíso, pois esta é:

[...] um repositório incomum de violências, um abecedário completo e variado, que vai da violência física à violência sutil e maliciosa, do estupro ao fratricídio, do crime passional ao crime político (Odalía, 1985: 18).

A discussão a respeito da existência de práticas violentas desde a Antigüidade é tratada por Buoro (1999) quando especifica que a violência se tornou algo ligada ao nosso cotidiano e assim, passamos a acreditar que o mundo nunca foi tão violento como atualmente. Como estamos tão envolvidos com a violência, deixamos de ampliar o tempo histórico, obtendo-se a percepção incorreta de que tal fenômeno só ocorre na atualidade. O fato é que o tema violência começou a ser debatida com ênfase a partir da década de 1980, quando se toma

⁶ Segundo Filho (2001), Nietzsche não fazia defesa da violência, mas sim da necessidade de combatê-la. Para melhor compreensão ver: FILHO, C. M. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. *São Paulo em Perspectiva (on line)*. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 20-27, 2001. Disponível em: [http://www. Scielo. br](http://www.Scielo.br). Acesso em: 07 de Novembro de 2010.

consciência da dimensão do problema que passa a fazer parte do modo de viver do homem em sociedade, ou seja, a violência torna-se banalizada, passa a ser algo comum entre os homens. Assim, segundo Odalia (1985: 14) “[...] uma das condições básicas da sobrevivência do homem, num mundo natural hostil, foi exatamente sua capacidade de produzir violência numa escala desconhecida pelos outros animais.” A idéia de violência, portanto, é algo que varia de sociedade para sociedade, mesmo que tenha feito parte de vários processos históricos.

Atualmente, podemos dizer que se convive tanto com as formas tradicionais quanto com as mais novas tendências de violência, para as quais ainda há certo grau de perplexidade. Em sua maioria, as ações violentas são de natureza criminal como roubos, delinquência e homicídios. Presentemente, àquelas que vêm somar aos atos que ferem os direitos humanos, como os de natureza sexual, maus-tratos, discriminação de gênero e de raça, englobando não apenas a agressão física, mas também situações de humilhação, exclusão, ameaças, desrespeito. Temas de grande complexidade e inúmeras facetas, a violência urbana abrange uma multiplicidade de fatores. Há muito extrapolou o ambiente policial e se coloca perante a sociedade como desafio para que se desvende os seus códigos.

A importância da violência em nossas cidades não se resume a uma questão quantitativa pelo número de pessoas atingidas - é a abrangência e a complexidade do fenômeno, na atualidade, o que mais preocupa. É a nova faceta da criminalidade ligada ao crime organizado que gera insegurança nos cidadãos, interfere no território e se torna um poder paralelo ao do Estado.

A busca de soluções para um dos problemas que mais aflige os cidadãos e absorve as atenções dos políticos e administradores das cidades demandam um esforço de entendimento que aponte rumos para uma prática eficiente de combate e/ou de prevenção. Faz-se necessário atentar para os diferentes aspectos da complexidade da violência de nossos dias, confrontando as diversas abordagens e assimilando novos olhares que complementem os já existentes. É nesse sentido que se coloca a presente contribuição à discussão da problemática, mostrando como a violência marcada pelo grupo de Extermínio Mão Branca em Campina Grande-PB atemorizou o papel do espaço urbano no processo de produção e reprodução desse fenômeno.

O trabalho se preocupa em abordar a violência de um ponto de vista histórico e para isto abarca em primeiro plano o entendimento da cidade no período em que está inserida a temática (década de 1980), sua conjuntura política, a construção intelectual da imagem de uma “Campina Grande, moderna e desenvolvida”. Elaborar-se ainda, o entendimento das mazelas sociais e históricas, em exclusividade a violência que se instituiu com o Grupo de Extermínio “Mão Branca” e sua atuação na cidade. Portanto, considera-se, no presente estudo,

a construção historiográfica da cidade na década de 1980 e a violência emergente, além do estudo das manifestações do justicamento privado na Paraíba. Percebe-se nesse estudo também, que nem sempre a violência cotidiana termina em morte. A morte revela a violência levada ao extremo como entendemos nas ações do grupo Mão Branca e na execução discriminada de nove “elementos perigosos”.

Além de uma abordagem da historiografia sobre a cidade, faz-se sucinta apreciação à conjuntura política e administrativa tanto de Campina Grande quanto da Paraíba. E podemos afirmar que a referida temática se insere na chamada: HTP- História do Tempo Presente, devido ao período analisado (década de 1980).

Durante muito tempo, foi aceita a argumentação de que a “matéria prima” da pesquisa histórica centralizava-se exclusivamente no passado. Onde o presente, a atualidade, não faria parte do campo de estudo da história. Este ponto de vista ainda norteia muitas pesquisas e o “tempo presente” é tratado como próprio da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia etc. e, não, da História. No entanto, especialmente a partir de arguições, indagações, pesquisas e teses construídas nos diversos caminhos da “Nova História”, a separação passado/presente e a exclusão do presente do rol da pesquisa histórica foram gradualmente fragmentadas e, podemos dizer refutadas em sua “inteireza”, não mais resistindo a análises e críticas.

Ao enveredar por um estudo do tempo presente independente da “linha” ou “corrente” teórica a seguir, como historiadores apreendemos que entre no “metiê” do historiador está:

-(...) A oposição presente/passado não é um dado natural, mas, sim, uma construção... - (...) a visão de um mesmo passado muda, segundo as épocas e que o historiador está submetido ao tempo em que vive... - (...) o interesse do passado está em esclarecer o presente; o passado é atingido a partir do presente (método regressivo de Bloch); e, que... - (...) A história não só deve permitir compreender o presente pelo passado (atitude tradicional – mas também compreender o passado pelo presente). (Le Goff, 1992: 13-24).

A refletir, se aceitamos separar o presente do passado e se entendemos que todo historiador pesquisa o passado a partir do seu tempo (que é o presente) e do seu espaço social (hoje), poderemos aceitar que História do Tempo Presente modifica a História do Tempo Passado?!Essa é umas das indagações que norteia o estudo do tempo presente, assim como, um dos questionamentos levantados ao delimitar como recorte de pesquisa neste estudo a década de 1980 em Campina Grande-PB.

O que sabemos até então é que a História do Tempo Presente vem se popularizando entre acadêmicos não faz muitos anos. Contudo, seu papel é maior do que as certezas que rodeiam sua consolidação; e este debate, por isso, merece ser visitado. Para tanto, em linhas

gerais, delineamos o que se compreende por História do Tempo Presente. Como e onde surgiu? Que abordagens abrangem o estudo da História recente? Qual o seu lugar enquanto Teoria e/ou Metodologia da História? Penso ainda o campo de estudo da violência na perspectiva da história do Tempo Presente, esta, por sua vez, constata certa lacuna por se tratar de um tema que tem sido privilegiado no âmbito dos estudos antropológicos e sociológicos, mais que nos históricos. Apesar da crescente e abundante os estudos e produções na área da História do Tempo Presente, na verdade, poucos historiadores têm se interessado pelo assunto específico da violência ou pelas dinâmicas históricas do campo da violência como fenômeno contemporâneo.

Na obra “**História do Tempo Presente**”, organizada por Gilson Porto Junior, a qual se configura numa coletânea de textos sobre a história recente e seu lugar enquanto Teoria e/ou Metodologia da História na Educação deu suporte às seguintes afirmações: a criação do **IHTP - *Institute d’Histoire du Temps Présent (Instituto de História do Tempo Presente)*** data 1978, período em que a *história do tempo presente* foi, finalmente, institucionalizada, tendo como fundador e diretor até 1990, François Bedarida. Pouco depois de Bedarida, o Instituto seria assumido por Robert Frank - que ficou até 1994 - até que Henry Rousso ficasse à frente da direção do Instituto. Mas o caminho percorrido até que pudesse ser criado um setor que abrigasse pesquisas sobre a história recente foi de, pelo menos, de um século até que se reunissem obras, métodos, seminários e pesquisadores dessa possível história, de forma a dar um formato e um lugar a essa produção. Nessa perspectiva

(...) O IHTP foi criado para desenvolver a história muito contemporânea e acabar com as pesquisas muito conclusivas ou demais ‘oficiais’ sobre a última guerra; mas ninguém podia prever o enorme apetite de saber que se exprimiu ao mesmo tempo em um domínio que supostamente eles abandonariam pouco a pouco (...). (HENRY apud JÚNIOR. 2007:284)

Segundo a obra citada, a História do Tempo Presente enfrentou em seu percurso dificuldades quanto aos erros e acertos que determinaram mudanças significativas na historiografia, já que surgiu num momento em que acompanhava a história francesa e que conhecemos hoje como *contemporânea*.

As novas configurações que se fizeram a partir das renovações de paradigmas da década de 70, certamente, deram início à recuperação da *história política*, e com ela, da *história do tempo presente*. A quarta geração dos *Analles*, em fins dos anos 80, reuniu um conjunto de obras significativas para a passagem da *história das mentalidades* para a **história cultural**, onde historiadores como Roger Chartier, contribuíram fortemente com a elaboração

de novas categorias - como o conceito de cultura política - que davam conta do que vinha sendo a produção desses tempos, com os campos (social, econômico, cultural e político) interagindo a todo instante.

Hoje, através do IHTP, a categoria *tempo presente*, se assim podemos considerar, já é usada com clareza, ainda que existam variações menos precisas como *história imediata* – para a história produzida ao mesmo tempo que sua existência – e *história contemporânea* – para ainda a história deste século, para a história a partir da II Guerra Mundial, ou ainda, para a história da Nova Ordem Mundial. Por isso, convém dizer que o “**pensamento historiográfico contemporâneo**” ou a **Historiografia do Tempo Presente**, agrega dois grupos...

O primeiro é aquele que tem como paradigma a *modernidade*, em uma perspectiva da escrita de uma história total, desde um ponto de vista universalista. Uma história de grandes narrativas (sic não confundir com aquela que pretende reconstruir grandes acontecimentos) nas quais algumas noções, como as de ciência, progresso, liberalismo, socialismo e conservadorismo, entre outras, desempenham papéis fundadores. Os historiadores que pertencem a esse grande guarda-chuva do pensamento histórico são, majoritariamente, de origem européia e tem no século 20, mais precisamente na Segunda Guerra Mundial, o marco de distinção entre o que seria tempo passado e o tempo presente na pesquisa histórica.

O segundo grupo a que nos referimos é aquele que tem como referência uma *pós-modernidade* e que não tem, necessariamente, nas noções de passado e presente, linhas divisórias para a escolha de seus objetos de estudos; essa escolha está informada pelo objeto em si, e a construção de sua temporalidade será tarefa precípua do historiador. (MULLER apud JÚNIOR. 2007: 18/19).

Portanto, a História do Tempo Presente chama a atenção para a importância da contingência, do fato, da surpresa, afastando-se do tipo de historiografia que relata o passado a partir de uma racionalidade a ela estranha. Tenhamos tais traços comuns em mente durante a discussão que segue buscando caminhos para uma História do Tempo Presente e o estudo da violência urbana.

Diante do que já foi exposto, nesse espaço aponto possibilidades de abordagens, caminhos ou certas noções para de alguma forma considerar o estudo da História do Tempo Presente e a violência enquanto mais uma possibilidade de tema nesse campo.

Como descrevemos anteriormente, não pretendemos justificar a existência ou argumentação sobre a legitimidade de um campo de pesquisa em História do Tempo Presente, mas nos aspectos que serão relegados a seguir; pensar a violência urbana como mais um entre esta grande diversificação de temas, problemas e abordagens no estudo de uma História Contemporânea e/ou estudo da História recente (HTP- História do Tempo Presente).

Primeiramente, é viável frisar que entre as bases que formam o estudo de uma História do Tempo Presente é a de que ela (HTP) se configura como uma história da duração, não do

instante, o que permite problematizar historicamente as pesquisas e distinguir-lhe dos trabalhos jornalísticos, por exemplo. É, além disso, um tipo de prática que deve estar aberta a mudanças, à acolhida de novos temas e de novas fontes, a fim de poder dar conta da novidade permanente e da dinâmica de seu objeto. Portanto, a História do Tempo Presente chama a atenção para a importância da contingência, do fato, da surpresa, afastando-se do tipo de historiografia que relata o passado a partir de uma racionalidade a ele estranha.

Dos argumentos apresentados pode-se afirmar que é viável à experiência do estudo de temas como a violência urbana em fins do século XX, precisamente a década de 1980 em Campina Grande na Paraíba como mais uma de suas abordagens. Nesse ponto de vista, é possível pensar no desafio de entender a contemporaneidade e que, independente de ter consciência, este período está imerso quanto no cenário sobre o qual se projetaram seus desdobramentos anteriores e posteriores.

Longe de crítica, um dos aspectos centrais da Metodologia da História do Tempo Presente, está à dimensão de continuidade, ou seja, a simultaneidade, de existência concreta entre o historiador e seu objeto de estudo, ambos sobre o mesmo plano, ao mesmo tempo. Inegavelmente, essa situação gera momentos de tensão entre a objetividade do historiador e a subjetividade da experiência vivida. O reconhecimento da relação marcada pela continuidade entre o evento e sua análise permite identificar, em relação ao sujeito-historiador, a existência e a manifestação de lembranças, de sentimentos e de imagens de um cotidiano passado que se torna presente, em diversos momentos da pesquisa e da produção do texto.

O historiador inglês Eric Hobsbawm, no livro: **Sobre História**, no capítulo intitulado: **O presente como História**, define o Tempo Presente como o “nosso próprio tempo” aponta para essa “história em aberto”, uma história cuja dinâmica parece dificultar a apreensão de movimentos de mudança ou de persistência de permanências. Contudo, o “fato” analisado numa perspectiva crítico-científica de história-processo, não se mostra desconectado ou deslocado da realidade histórica que lhe dá sentido. Para que as análises do presente, mesmo parciais e provisórias, não se restrinjam às interpretações desconexas, fragmentadas, desarticuladas e superficiais da “cena contemporânea” devem identificar e avaliar tendências e esclarecer as mudanças básicas de estrutura que funcionam como sedimento do contexto analisado. Se assim podemos pensar, outro historiador e pesquisador do IHTP Peter Lagrou afirma que

(...) A característica da História do Tempo Presente consistiria naquilo que se pode chamar de unidade temporal do sujeito e do objeto, daquele que estuda e o que ele estuda. O historiador é contemporâneo dos acontecimentos que ele estuda em um sentido distinto daquele da coabitação física com testemunhas. O período estudado não está fechado: não há elementos de alienação, de alteridade, que é próprio do

estudo de períodos mais afastados. Não ocorreu ainda ruptura cronológica entre o tempo dos acontecimentos e o tempo da escritura de sua história. Os paradigmas, os dados essenciais e a ‘armadura intelectual’ que se tenta analisar no passado fazem ainda parte do presente (...). (LAGROU apud JÚNIOR. 2007:36).

As dificuldades encontradas na construção da História do Tempo Presente devem ser encaradas a partir da perspectiva de que o fundamental é fornecer uma base explicativa que, mesmo efêmera, seja plausível. Dessa forma, responde-se, legitimamente, a uma primeira demanda sobre o assunto em questão e, para tanto, deve-se ressaltar o papel que cumpre a utilização de uma perspectiva global e lógica da história. Tal perspectiva enfatiza a necessária vinculação entre o acontecimento e o processo histórico que tornam compreensíveis os marcos balizadores da “história mais contemporânea”. Isso é fundamental, já que ao estudar a HTP aprendemos que é a partir de uma base analítica que se pode apreender a história como processo, e não como fragmentação desarticulada, ligando o presente aberto, com todas as suas possibilidades, com o passado mais recente. A partir dessa afirmativa, podemos dizer que é possível pensar a violência urbana em Campina Grande da década de 1980 como um aspecto relevante a pesquisa da História do Tempo Presente, e ainda afirmar a relevância do tema na Historiografia local, principalmente na historiografia da cidade, tendo em vista o grande valor do tema.

O estudo sobre a representação em Chartier foi relevante para identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler. Portanto, ao voltar-se para a vida social, esse campo pode tomar por objeto as formas e os motivos das suas representações e pensá-las como análise do trabalho de representação das classificações e das exclusões que constituem as configurações sociais e conceituais de um tempo ou de um espaço. No entanto, a História Cultural deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido uma vez que as representações podem ser pensadas como “[...] esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (Chartier, 1990).

Os processos estabelecidos a partir da História Cultural envolvem a relação que se estabelece entre a história dos textos, a história dos livros e a história da leitura, permitindo a Chartier uma fértil reflexão a respeito da natureza da História como discurso acerca da realidade e ainda de como o historiador exerce o seu ofício para compreender tal realidade.

Podemos perceber que um trabalho que toma por base as idéias de Chartier se destaca por impor o trato de problemas conceituais como representação, prática e apropriação, e, desses três usaremos especificamente a representação. A partir do estudo das representações,

prática e apropriação, Chartier considera questões como as formas narrativas do discurso histórico e literário, fundamentais à interpretação dos documentos que o historiador toma por objeto.

Para Roger Chartier, um autor pode ser lido e entendido quando se leva em consideração o contexto no qual o seu trabalho foi produzido, por isso pensar, portanto, o lugar de produção no qual aparece o jornal Diário da Borborema e da Paraíba explorando desenfreadamente a caricatura do MB (grupo de extermínio “Mão Branca”) e da violência em Campina Grande na década de 1980.

Chartier nos possibilita ir do discurso ao fato, questionando a idéia de fonte como mero instrumento de mediação e testemunho de uma realidade e considerando as representações como realidade de múltiplos sentidos, mesmo porque as representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.

Partindo da observação dos conceitos usados por Roger Chartier, é possível perceber que ele se preocupa com a forma através da qual os indivíduos se apropriam de determinados conceitos. Assim valoriza as mentalidades coletivas. Conceitos como os de utensilagem mental, visão de mundo e configuração têm importância fundamental para o estabelecimento de um diálogo com as fontes.

O autor referido acredita que há algo específico no discurso histórico, pois este é construído a partir de técnicas específicas. Pode ser uma história de eventos políticos ou a descrição de uma sociedade ou uma prática de história cultural. Para produzi-la, o historiador deve ler os documentos, organizar suas fontes, manejar técnicas de análise, utilizar critérios de prova. Portanto, se é preciso adotar essas técnicas em particular, é porque há uma intenção diferente no fazer história, que é restabelecer a verdade entre o relato e o que é o objeto deste relato. Segundo ele

O historiador hoje precisa achar uma forma de atender a essa exigência de cientificidade que supõe o aprendizado da técnica, a busca de provas particulares, sabendo que, seja qual for a sua forma de escrita, esta pertencerá sempre à categoria dos relatos, da narrativa. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem as utiliza (CHARTIER, 1990:16).

As contribuições que Chartier incorporou aos seus estudos são grandes e diversas. Podemos citar as categorias como *habitus*, tomada da obra de Pierre Bourdieu; configuração e processo, apanhadas em Norbert Elias; representação, apreendida com Louis Marin; **idéias como controle da difusão e circulação do discurso, buscadas em Michel Foucault;**

produção do novo a partir das contribuições existentes, tal como pensada por Paul Ricoeur; e a apropriação e transformação cultural, do mesmo modo proposto por Michel de Certeau.

As filiações teóricas de Roger Chartier serviram para que os pesquisadores compreendessem a necessidade de mergulhar nas teorias e metodologias da História, na prática dos arquivos, realizando a operação historiográfica proposta por Michel de Certeau.

Como historiadora, entendemos que a função primordial de um historiador (e é claro, também do historiador cultural do presente) não é julgar o passado e sim explaná-lo, entendê-lo, interpretá-lo e explicá-lo. As motivações de ordem político-ideológicas, sempre sedutoras, não devem ofuscar o rigor da transparência da análise de todo e qualquer especialista dessa área científica. Dentro dessa perspectiva, optar por determinados temas já é um sinal significativo de querer contribuir na resolução de questões não respondidas pertencentes a temas abertos do Tempo Presente, marcadas por experiências traumáticas e induzidas a uma condição amnésica por parte do poder vigente. Para justificar ainda melhor a relevância do nosso trabalho, chamo a atenção, que ao desenvolvê-lo, assim como outros temas de igual importância, foram levantados dados, informações, identificação de arquivos, relacionados fatos, explicados processos e levantadas conclusões de um trabalho acadêmico-social que, posteriormente, servirá de base a novos intelectuais que possam se interessar pelo tema. Esse produto poderá ser conhecido, ser apropriado por diferentes conjuntos de pessoas. Destarte, o conhecimento gerado pelas pesquisas sobre a Violência Urbana bem como, Grupos de Extermínio e “segurança privada” podem ser utilizados pela sociedade, se for do interesse, podendo esse eclético conjunto de indivíduos, posicionar-se e levar adiante suas exigências de “Verdade (s)”. Enfim, podemos elencar que esta é uma das grandes contribuições sociais e acadêmica que a pesquisa pode oferecer.

Organização de nosso relato

No capítulo I, intitulado “**Campina e o fantasma da violência (1980-1990)**” procuramos justificar a emergência da cidade e da violência que a cerca, a vulnerabilidade e banalidade da criminalidade. Buscamos mostrar ainda como os Jornais da época (Jornal da Paraíba e Jornal Diário da Borborema) construíram e representaram a violência em Campina Grande-PB durante o período de atuação do grupo de extermínio “Mão Branca”. Refiro-me especificamente aos Jornais da Paraíba catalogados e digitalizado dos meses de Janeiro a Junho de 1978, e apenas digitalizado as páginas policiais de Janeiro a Dezembro de 1979 a

1985. Aqui ainda, traçamos uma retrospectiva da história política da cidade e do Estado da Paraíba para entender historicamente o momento em que surgiu e se configurou o grupo de justicamento privado estudado.

O capítulo II intitulado **Cursos e Percursos da Violência e do Justicamento Privado no Brasil e o caso “Mão Branca” em Campina Grande-PB** detalha como o grupo de extermínio “Mão Branca” se configurou: quem foi esse grupo? Como se organizou? Quantos “elementos perigosos” eliminou? Como agiam? O que entra em evidência no capítulo também é como os jornais de época mostravam os eventos: da escolha ao extermínio das vítimas. Enfim, como repercutia para a população da época a imagem desse grupo, principalmente, como é visto o grupo “Mão Branca” na memória da sociedade atual.

Com relação à metodologia da pesquisa e o trato das fontes jornalísticas e do processo crime, encontramos nas fundamentações do teórico russo Mikhail Bakhtin a idéia de que não existe discurso fora de um contexto social de enunciação. Para Bakhtin “discurso, isto é, a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração totalmente legítima e necessária de vários aspectos da vida concreta da palavra”. (2003, p.92) Assim, o discurso escrito é de certa forma parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. Na concepção baktiniana, o discurso humano é dialógico, mesmo que seja resultado de uma pesquisa individualizada. Pois de certa forma o texto é uma produção coletiva, haja vista que sofre a interferência de idéias de muitos agentes sociais. Enquanto que os arquivos criminais como fontes produzidas têm sua complexidade e não foram simplesmente reproduzidos ou descritos, mas sim analisados em seus componentes até mesmo contraditórios. É incontestável o valor destes documentos que possibilitaram perceber como se produzem (ram) e se explicam(ram) as diferentes versões dos agentes envolvidos nos casos (acusados, delegado, testemunhas, promotores, juiz). Sem ter a preocupação de verificar o que realmente se passou, o mais importante foi perceber o que se tem como registro e o desvendar dos significados presentes nas relações sistematicamente estabelecidas ente os membros do grupo de extermínio “Mão Branca”.

CAPÍTULO I

“CAMPINA E O FANTASMA DA VIOLÊNCIA (1980-1990)”

1. CAMPINA GRANDE: UMA CIDADE “MODERNA”, “GRANDE” E “DESENVOLVIDA”

Campina Grande, cada vez mais se prepara e se instrumentaliza para melhor usufruir as suas naturais condições de cidade – pólo de desenvolvimento regional, não somente em termos de si mesma como da própria área geográfica que aglutina.

Vocacionada para o trabalho e dotada amplas condições infraestruturais, Campina Grande é, hoje, a um só tempo, não apenas um importante centro comercial industrial como universitário e de prestações de serviços.

Dotada de uma gente obreira, criativa, empreendedora e arrojada, Campina tem lastrado sua grandeza, sobretudo, na pujança do seu empresariado, cujo esforço aliado a de todos os demais setores comunitários – públicos e privados – tem feito desta terra um patrimônio que, orgulhando-nos, a nós seus filhos, engrandece a Paraíba e o Nordeste, dentro de um perfeito espírito de integração estadual e regional na produção do desenvolvimento comum.⁷

O fragmento consiste em uma das muitas “faces” criadas para Campina por sua “elite letrada” (políticos, empresários, jornalistas e intelectuais), discursos elaborados ao longo do século XX, dando lugar à cidade como austera, próspera, “GRANDE”, lugar como o próprio texto faz alusão “dotado de gente ordeira, criativa...”. Proferindo uma cidade que se encontra em pleno processo de desenvolvimento, progresso e modernização, efeito do empreendedorismo, da garra e determinação de “sua gente”. Uma “urbs moderna”.

Na historiografia paraibana⁸, encontramos referências diversas de como as elites do início do século XX articularam lugares para a cidade de Campina recebendo “apetrechos modernos” (água encanada, luz elétrica, estrada de ferro, etc.), e ainda o “embelezamento” através de reformas urbanas e “higienização” de seus bairros, ruas e logradouros. Como bem destaca Wagner Geminiano dos Santos:

⁷ *Jornal da Paraíba*, 14 de Outubro de 1980. Caderno especial em comemoração a 116º aniversário da cidade. Palavras de Juracy Palhano. Deputado Estadual.

⁸ Entre alguns termos: Cf. ARANHA, Gervácio B. *Modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2001. CAVALCANTI, Silêde Leila O. *Mulheres modernas, mulheres tuteladas*. Mestrado em História. Recife: UFPE, 2000. GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). *Imagens multifacetadas da História de Campina Grande*. Campina Grande: Secretaria de Educação, 2000. SOUSA, Fábio Gutenberg R. B. de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2001. SOUZA, Antonio Clarindo B. De. *Lazeres Permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2002.

(...) É tendo em vista a efetivação destes objetivos que as elites locais passam a apresentar a cidade de Campina Grande, para aqueles que a habita (va)m e principalmente para os que a visita (va)m, não como uma cidade qualquer, mas como a mais e maior e que, apesar de ser uma cidade do interior, se destacava pela sua pujança, ousadia, cosmopolitismo, desenvolvimento, progresso, modernidade e, como resultado de tudo isto, grandiosidade. Pois, para suas elites “Campina (é) GRANDE até no nome” (SANTOS 2008: 2).

De acordo com a historiografia, é a partir da década de 1930 que se estende uma conjuntura de crise, de instabilidade econômica social e política, que gera o esgotamento da política das grandes oligarquias rurais no Centro-sul do país, a crise do café e o descontentamento das classes urbanas, fatores que contribuíram para a mudança do cenário político nacional. O início da Era Vargas (1930-1945), de cunho centralizador, autoritário e modernizador, favoreceu a acumulação do capital não mais sob o foco da economia agro-exportadora, como o caso de Campina Grande, mas, sim, na direção do setor urbano industrial, segundo Eliete Gurjão:

... É nesta fase que a Paraíba perde a posição de principal Estado algodoeiro, frente ao avanço da agricultura paulista, não obstante a predominância da oligarquia algodoeira no bloco dirigente do Estado. (GURJÃO, 1999:121)

De acordo a referida historiadora, é entre o período de 1929 e 1931 que a Paraíba alcançou e manteve seu status de maior produtora-exportadora de algodão, contudo, devido às mudanças ocorridas nesse período na conjuntura político-econômica do Centro-sul, a partir de 1932 perde sua posição para São Paulo e, assim sendo:

(...) [n] as reais condições da estrutura agrária paraibana, [a] propaganda de estímulo à modernização da cultura algodoeira era totalmente ineficaz, uma vez que as relações não-capitalistas de produção eram constantemente reproduzidas nos domínios coronelísticos. (GURJÃO, 1999:136)

Na conjuntura de crise que se configurou lentamente, a partir de 1930, quando a Paraíba perde para São Paulo o posto de maior produtor-exportador de algodão, o deslumbramento, o orgulho de morar na cada vez mais urbanizada “Rainha da Borborema”, se manteve até a década de 1960; a consolidação do capitalismo imposto pela própria reestruturação do sistema, através da política de favorecimento da acumulação do capital, com foco no setor urbano-industrial, ocorreu assim em Campina Grande de forma muito lenta. Sobre essa conjuntura, na análise distinta de Eliete Gurjão e Martha Lúcia Araújo têm-se:

Com a eclosão da II Guerra, novas dificuldades atingiram o escoamento da produção algodoeira paraibana. A retenção dos mercados e queda do preço somou-se a impossibilidade de exportação dos tipos baixos para Alemanha que vinha sendo o principal operador da Paraíba. (GURJÃO, 1994:140)

Já Martha Lúcia Araújo afirma:

A conjuntura engendrada pela II Guerra Mundial foi excepcionalmente pródiga para Campina Grande. O período de 1940/1945, que correspondeu ao Governo Vergniaud Wanderley, foi importante, processando-se transformações infra-estruturais que possibilitam o desenvolvimento posterior. (ARAÚJO, 2000:79)

Em suma, se todo esse processo trouxe prosperidade e benefícios para Campina, em consonância, vieram também, “conseqüências” e “malefícios”, sobretudo sob a perspectiva econômica. A cidade que era vista como uma cidade-pólo perdeu lentamente sua importância no cenário mundial e nacional, contudo não perdeu seu prestígio local e regional, lhe rendendo “bons frutos” até 1960, período de contínua expansão do espaço urbano, propiciando a migração rural-urbana e urbano-urbana (aquela advinda tanto do campo, quanto das cidades circunvizinhas) respectivamente.

Estudos revelam que, entre 1940-50, a cidade apresentou bons índices de crescimento populacional consolidando-se como um “*centro regional*” no interior do Nordeste, e se destacou também como um dos lugares que mais cresciam. O registro dessas mudanças vai além do esperado, em 20 anos (1940/60) a cidade apresentou elevado crescimento do índice populacional que desencadeou em bruscas interferências no espaço urbano, principalmente no tocante a formação de novas zonas industriais e o surgimento de novos bairros como Prata (ocupado pelas famílias de melhor poder aquisitivo – industriais e comerciantes), Moita, Catolé (em 1947), Liberdade, Bodocongó e José Pinheiro (bairros que serviram de lar dos comerciários e operários). Nas explicações de Maria José Silva Oliveira:

Nas décadas de 1940-50 registraram-se o maior índice de crescimento da cidade, tanto em população como em área urbana, pois, em 1947, a cidade contava com 13.259 prédios, mais de 70 ruas, mais de 300 Logradouros públicos, 07 avenidas e 06 praças pavimentadas – período que marca a consolidação de centro regional importante de todo o interior do Nordeste, resultado da acumulação do capital oriundo da produção e comercialização do algodão. Este foi, também, o período de maior crescimento populacional. Em pouco mais de 20 anos a população passou de 33.800 habitantes, em 1940, para 116.200 habitantes, em 1960, crescendo aproximadamente na ordem de 245,0%, destacando-se no contexto paraibano como a cidade que mais crescia. É, também, o período que registrou mudanças na organização de seu espaço urbano, destacando-se a formação de duas zonas industriais: uma a noroeste da cidade (ao lado do eixo rodoviário da BR-230) e outra, a Sudoeste, próximo à estação ferroviária (ao longo do eixo rodoviário da BR-101). (OLIVEIRA: 1994:183).

Em 1940, Campina Grande, devido aos vários surtos de desenvolvimento, apesar da crise que a abateu na década anterior, recebe o abastecimento de água e tem início o calçamento de ruas e avenidas. Esses acontecimentos, portanto, confirmam a preocupação da

política local com a infra-estrutura do espaço urbano em plena ampliação. Em 1956, recebe energia elétrica da CHESF, alargando a ainda precária energia instalada na década de 1920, propiciando a disposição de indústrias, que antes não se alojaram na cidade por falta desses recursos para o seu funcionamento. Fortes fatores que também contribuíram para o fluxo migratório e a concentração urbana conseqüente da necessidade de mão-de-obra para produção.

É, aliás, nos anos de 1950-1960 que as indústrias locais de beneficiamento do óleo da semente de algodão e de beneficiamento do couro viveram seus anos áureos, contribuindo com o processo de infra-estrutura da cidade através de dispêndios fiscais,

Mas o fantasma da crise que assolou a economia paraibana em 1930 voltou a rondar em fins de 1960 quando muitas indústrias fecharam suas portas. Entre os diversos fatores estavam:

A falta dos subsídios do governo federal, por exemplo. Dificilmente, uma indústria pode se manter hoje com essas taxas de juros que estão sendo cobradas e com a quantidade de obrigações, não só sociais, mas com o Governo Federal (...) Então, não há condições para uma indústria sobreviver, principalmente a média empresa⁹.

As falências dessas indústrias desencadearam entre muitos outros males o aumento de pessoas desempregadas, expulsando diversas famílias incapazes de manter-se pagando aluguel, para áreas ilegais e impróprias à sobrevivência, e através de invasões se formam em Campina, a partir da segunda metade da década de 1950, nos bairros mais afastados, amontoados de pessoas em becos, favelas e cortiços. Valendo lembrar que muitas dessas famílias, obrigadas a viver em áreas periféricas, vieram para Campina Grande atraídas pelo sonho da melhoria de vida e de condições de sobrevivência na “capital do trabalho”, impulsionadas, sobretudo pelo fluxo migratório interestadual e intermunicipal. Acompanhando essa informação sobre a formação de um perímetro de pobreza extrema entre 1950 e 1960 em Campina Grande, Gervácio Batista Aranha diz:

Malocas, cortiços, favelas. O que existe de comum entre tais ‘habitats’? Uma única coisa: seu estado absoluto de miséria. Mas algumas diferenças podem ser observadas. As favelas, por exemplo, além de constituírem um fenômeno relativamente recente (dos anos 60 pra cá), se caracterizam pela ocupação de espaços abertos na periferia, muitas ultrapassando a fronteira do antigo perímetro urbano. Já as malocas e os cortiços têm em comum o fato de terem surgido num momento em que as camadas mais empobrecidas se arrumavam como podiam no interior mesmo do antigo perímetro urbano. Os cortiços são bons exemplos. Em sua quase totalidade construídos na fase áurea do algodão eles formam um intensivo emaranhado de quatinhos, com esgoto a céu aberto e banheiro coletivo (um para

⁹ Informações extraídas de DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Vol. 1, Campina Grande: Editora Eletrônica, 1993, pp.137.

cada cortiço), se constituindo, em muitas casas, pelo seu caráter retilíneo, em verdadeiros labirintos incrustados no interior dos quarteirões de bairros populares (antigos bairros de José Pinheiro e Liberdade). Pois era esse habitat que estava destinado a muitos atraídos pela forma da cidade rica. (ARANHA, 1999:28).

Em 1963, é criado o Distrito Industrial de Campina Grande, no clima desenvolvimentista do país que, ainda pautado no Plano de Metas do ex-presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando o então presidente João Goulart, lançou o seu Plano Trienal, programa cujo objetivo era promover a estabilização econômica e o crescimento econômico através do desenvolvimento regional. Era preciso industrializar os grandes centros urbanos para absorver a mão-de-obra advinda do campo. Para esse fim, havia sido criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, em 1959, e através dela, incentivos fiscais foram oferecidos e funcionaram como atrativo para que investimentos do Sudeste do país, sobretudo de São Paulo, viessem para a região do Planalto da Borborema.

No entanto, a criação da SUDENE, e a vinda de indústrias multinacionais e do Centro-Sul para o Distrito Industrial de Campina Grande, não produziram a tão esperada descentralização do desenvolvimento, como pretendia o slogan do governo federal, e em meados da década de 1970, esse processo desenvolvimentista entra em crise, com o fechamento definitivo de muitas empresas dentre elas, a Wallig Nordeste, marcando um quadro irreversível da crise que passou a assolar Campina Grande:

Dos recursos distribuídos pela SUDENE, nos seus vinte anos de atuação, especificamente para a industrialização, verifica-se que a Paraíba recebeu apenas 5,4% do total, enquanto Pernambuco recebeu 29,0% e a Bahia 40% (...) mais de 25% das indústrias apoiadas pela SUDENE na Paraíba acham-se fechadas. (ANAIS, 1982:79). (Fonte: SEPLAM- Secretaria de Planejamento do Município. Campina Grande: 2005).

Ronaldo Dinoá afirma que o processo pelo qual a cidade de Campina passou deveu-se a uma crise conjuntural em todo o Nordeste em detrimento do elevado e acelerado crescimento que passa a existir no Sudeste. Nesse momento, Campina Grande passa a assumir um papel sem o brilho de outrora, um papel secundário e subsidiário, que resulta em imigração, desemprego e crescimento exagerado do setor informal urbano, além da demanda por habitação.

Em ritmo mais lento, depois de sua crise, com o declínio algodoeiro que refletiu em todos os setores da sua economia e sociedade, a velha “Rainha da Borborema” não desiste e não deixa seu brilho se apagar, perdeu o poder de centro distribuidor de mercadorias, mas não parou de crescer urbana, educacional e culturalmente, como afirma Silêde Leila Oliveira Cavalcanti:

Atrevida que só ela, Campina funda duas Universidades entre as décadas de 50 e 60, transformando-se numa cidade universitária, com nível educacional invejável e bastante procurado agora por nossos 'forasteiros' famintos por saber acadêmico. Campina seduz agora por outros saberes científicos, apaixonando milhares de aprendizes ávidos por um futuro melhor. Portanto, apesar da crise no setor algodoeiro, Campina não deixou de brilhar, nem de ser cintilante e atraente, pois ela já atraía as luzes para ela própria ao 'dar a luz' à modernidade, talvez por isso, continuou luminosa, estrela e 'enxerida' que só ela (sic), ontem e hoje. (CAVALCANTI, 2000:75/76).

Resumidamente, o processo econômico da produção e comercialização algodoeira e, posteriormente, o advento da indústria local nos austeros anos de 1950 até 1980, mais a instalação da SUDENE nas décadas de 1970-1980, criou paulatinamente na memória do povo nordestino, uma posição de destaque e de glamour para aquela que chegou a ser "gloriosa" apesar de tantos momentos de desestruturação econômica que até então sofrera. Da reunião de um grupo de especialistas (economistas, sociólogos, geógrafos, arquitetos, historiadores, administradores, engenheiros e urbanistas), surgiu o PDLIC (Plano de Desenvolvimento Local Integrado) que se estendeu até o início de 1980.

Nesse ínterim, Campina passou a se preocupar com problemas de urbanização, bem antes que a maioria das demais cidades nordestinas. É interessante notarmos que, mesmo nas décadas de crise das indústrias locais (1950-1960), e das indústrias atraídas pela SUDENE (1970-1980), os números populacionais foram altos, o que nos permite concluir, o aumento populacional foi além do crescimento vegetativo, justificando-se pelo fluxo migratório que se manteve constante mesmo nos períodos de recessão da economia local, desencadeando um aumento da demanda habitacional, que contribuiu para uma extrema pobreza para grande parte dessa população migrante.

Segundo o Censo Demográfico realizado em 1980, cerca de 1.467 famílias campinenses (2,7% da população) não possuíam nenhum tipo de rendimento o que coloca em evidência o estado de profunda miséria física e social em que se encontrava parte da população.

O processo histórico que enfatizamos até o presente momento nos indica como se deu o desenvolvimento urbanístico de Campina Grande envolvendo seus aspectos sócio-econômicos como latentes desencadeadores das primeiras áreas periféricas na cidade. Entre essas áreas pioneiras da miséria campinense, fruto do reflexo da crise econômica e habitacional presentes em vários períodos da história da cidade, estão os bairros do Pedregal e do Jardim Paulistano, que serviram durante muitos anos como espaço de moradia de parte considerável da população que compõe o exército de reserva dos desempregados e sub-

desempregados, segregados sócio-espaciais. Nesses bairros, formaram-se as primeiras favelas, becos e cortiços. Nesse contexto:

O Brasil tem um processo de favelização, de lupemnização, de trombadização, de prostituição do trabalhador. O trabalhador sai do campo e, como trabalhador rural, vem ser bóia-fria, favelado, ou vai ser trombadinha, prostituta, etc. (SILVA, 1985:37).

Para isso, além da pesquisa bibliográfica, buscamos como mais um arcabouço a compreensão da problemática levantada, dados atuais fornecidos pela Prefeitura Municipal de Campina Grande (IBGE/SEPLAG/2000 e IBGE, bem como, IBGE/SEPLAN – estimativas - 2005), nos quais descobrimos que a cidade possui 354.061 habitantes, distribuídos em 48 bairros e áreas de riscos, ocupando 6.350 domicílios, no total de 38 favelas.

Iranise Silva (1982:63) afirma que o fator determinante da acelerada expansão de favelas sem as mínimas condições de urbanização entre 1980-1985 em Campina Grande é o intenso crescimento populacional que coincide com o possesso concentrado de terrenos destinados à construção de moradias de alto custo, “empurrando” para determinados acidentes geográficos, a imensa população miserável. Salientando, porém a distinção entre o que é fenômeno da urbanização e aglomeração. Dessa maneira:

Não confundir, entretanto, urbanização com aglomeração humana. Aquela implica na existência de alguma infra-estrutura física..., enquanto aglomeração carece de equipamentos na área utilizada pela massa populacional, que assim se amontoa desordenadamente..., sofrendo problemas muito mais sérios e graves. (ANAIS, 1980:49).

Segundo Wagner Geminiano dos Santos, a década de 1980 além de ter sido marcada por crises e tensões como déficit habitacional entre outros fatores sociais, econômicos, também foi um período da reelaboração de novos lugares e discursos sobre Campina, agora, a cidade “GRANDE” de “povo ordeiro” dava espaço a pujança cultural, a cidade do carnaval fora de época (MICARANDE), do “MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO!”. Destarte:

Além disto, tais mudanças terminaram por inviabilizar o projeto de industrialização da cidade defendido por suas elites, assim como passou a desestabilizar os territórios e lugares sociais, econômicos, políticos e culturais ocupados por aquelas. Isto implicou um redimensionamento nas práticas discursivas e não discursivas que buscavam constituir a cidade como “grande” “moderna” e “desenvolvida”. De forma que a partir da década de 80 do século passado a cidade passou a ser conhecida e decantada como “Capital Cultural”, “grande centro universitário”, “realizadora de grandes eventos culturais”, a exemplo do “Maior São João do Mundo”, do “melhor” e “mais” animado carnaval fora de época do país, a Micarande, do ‘mais’ ecumênico Encontro Para a Nova Consciência e o “mais” e “mais” e “melhor” e “maior” etc. e não mais como a “Capital do Trabalho”, “grande pólo comercial do Norte/Nordeste”.

Este redimensionamento na batalha implicou mudanças significativas na nomeação da cidade e na imagem que as elites haviam construído para ela, assim como deslocou a batalha para outros campos. Campos estes que não constituíam tão somente territórios econômicos, mas campos simbólicos, culturais.

A partir da década de 80 foram estes campos e territórios que se colocaram como lócus da batalha em torno e sobre o enunciado que diz Campina como cidade grande, moderna e desenvolvida. Foi neles e a partir deles que as diversas caras que compõe a sociedade local passaram a tentar ocupar os lugares de sujeito daquele discurso e imagem e a se constituírem e investirem nos lugares sociais, políticos e econômicos privilegiados na e pela sociedade local. (SANTOS, 2008:06).

De acordo com os jornais até então cotejados em nossas pesquisas, Campina Grande entre 70-80 aparece em vias de desenvolvimento e progresso, com a adoção do Projeto CURA¹⁰ uma cidade que recebia entre outras mudanças a construção de uma nova Rodoviária, comércio eficiente, empresas como a CANDE (indústria de canos e conexões), Caranguejo (indústria de bebidas alcoólicas), etc., funcionavam ativamente no setor industrial, além da expressiva procura pelo setor de educação (UFPB – Campus II, FURNE- hoje UEPB, escolas técnicas como Redentorista e SENAI). Sobre o Projeto CURA destacamos que:

O CURA abrangerá a princípio três setores da cidade com recursos previstos na ordem de 1.000.000 de UPCs, compreendendo os bairros de Santa Rosa, Santana, Quartel do Quarenta, Moita, Cruzeiro, Três Irmãs, Jardim Nordeste, Centenário, Prado, Provisão, Catolé, Ariús, Acanã, Sandra Cavalcanti, Passa Tempo, parte do bairro do São José e a ligação do trecho Açude Velho/ Estádio Municipal.

Os investimentos e recursos provenientes do Projeto CURA objetiva (sic) a melhoria e recuperação dos setores eleitos, através da urbanização e abertura de novas vias, construção de galerias, rede de água e esgotos (participação da CAGEPA) rede Elétrica (CELBE), Telefônica (participação da TELPA), melhoramento de Educação, Saúde destaque o conjunto de proposta para urbanização do trecho do Açude Novo e Açude Velho/ Estádio Municipal.

Esta área se reveste de específica importância para toda a cidade, para desenvolver o centro e possibilita a recuperação de um conjunto de equipamentos e áreas de lazer que venham a propiciar parte, as deficiências sociais e burocráticas da comunidade¹¹.

Nossa intenção, porém, não é a de analisar especificamente os projetos urbanísticos da cidade e se ou não surtiram os efeitos desejados no período. Contudo, é importante conhecer sua filosofia, sua implantação, visto que, na historiografia campinense encontramos referências de que o referido CURA além da forte migração proporcionou mudanças em Campina reforçando o deslocamento de famílias pobres de algumas artérias para os arrabaldes.

Naquela década também, a cidade começava a se inserir no projeto do turismo de eventos com realização de festas juninas, consolidando esta cidade no contexto nacional e

¹⁰ CURA – Comunidade Urbana para a Renovação Acelerada, esse sistema foi implantado em Campina Grande objetivando a aceleração do desenvolvimento urbano da cidade.

¹¹ TEJÓ, Willian. *Política. Jornal da Paraíba*. Campina Grande. P.04. Quarta. 31 de Maio de 1978.

inserindo este evento no calendário do setor turístico, que mais tarde passaria a ser um marco de reconhecimento campinense.

Vários projetos foram postos em prática para a consolidação deste evento, tal como a construção de um ambiente para realização do mesmo, no local do então, “Coqueiros de Zé Rodrigues”¹² passou por uma transformação urbana financiada pelo projeto CURA, dando origem ao Parque do Povo, influenciando toda a extensão, onde, a partir de então, o lugar passou a se mostrar como cenário turístico e festivo da cidade.

Conseqüentemente, as áreas próximas ao Parque do Povo passariam a ser influenciadas pelos eventos realizados no local e toda circunvizinhança se transformaria para atender as funções atribuídas. *(Ver imagem 01 – antes e imagem 02, 03,04 e 05 – depois)*



Imagem 01 – O ANTES -Em primeiro plano o Açude Novo e ao fundo a favela dos coqueiros de Zé Rodrigues. Esta favela foi removida pelo projeto CURA, que posteriormente originou o Parque do Povo (fotos 02, 03, 04 e 05). Fonte: DINOÁ (1993, p. 21).

¹² Antes da implantação do projeto CURA o lugar configurava-se como uma área composta de ruelas incrustada, popularmente conhecida por “becos, sem infra-estrutura adequada (água encanada e rede de esgoto).

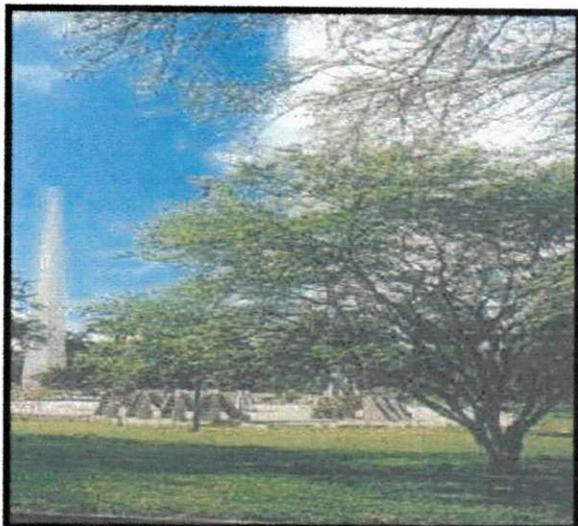


Imagem 02 – DEPOIS – Parque Evaldo Cruz - Açude Novo (Fonte: Site do Município. Foto: Édson C. Delgado. Acesso em 10/03/2009)



Imagem 03 – DEPOIS – Parque Evaldo Cruz Açude Novo (Fonte: Site do Município. Foto: Edson C. Delgado. Acesso em 10/03/2009).

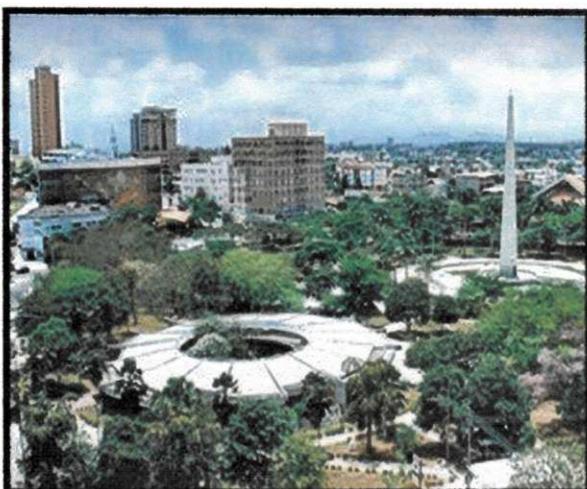


Imagem 04 – DEPOIS – Parque Evaldo Cruz - no primeiro plano o Museu Assis Chateaubriand. O obelisco do Açude Novo e no recanto esquerdo Fonte: Site do Município. Foto: Edson C. Delgado (Acesso em 10/03/09).



Imagem 05 – DEPOIS – Parque Evaldo Cruz- Açude Novo- Fonte: Site do Município. Foto: Édson C. Delgado. (Acesso em 10/03/09).

De tantos lugares que essa “ordeira” Campina foi ocupada, o único lugar onde os letrados não ressaltaram foi o de seus “excluídos”, aqueles que mesmo à margem fizeram e fazem história, sobretudo, aqueles que vivenciaram suas histórias, fossem nos arrabaldes da cidade, ou numa desolada manchete das páginas policiais de um Jornal ou de um Processo Criminal, donde, fossem ou não vítimas e vitimados. Lugares estes como os dos “sujeitos perigosos”, considerados a “escória social”, subjugada aos maus tratos, às perseguições e à prática insensata da violência por aqueles que se autodenominaram redentores da paz, da

ordem e civilidade, como foi o caso dos grupos de segurança privada que surgiram na década de 1980 em Campina Grande.

A Campina Grande de 1980, de acordo com os jornais que circulavam nesse período, não parava de crescer, uma cidade que ao mesmo tempo em que mostrava seu “glamour”, escondia o lado sombrio desse desenvolvimento, o aumento da violência, fator nada incomum para as cidades de maneira planejada ou não. Segundo destaque dos jornais já citados, a “Rainha da Borborema” em poucos momentos de sua história vivenciou assombrosos índices de violência, dando ênfase ao período em que atuou na cidade o grupo “Mão Branca”, período também em que dividiu opiniões sobre o tema na cidade, além de estabelecer um caloroso debate sobre o assunto em diversos segmentos: nas escolas, em casa, no trabalho, etc. Entre a heterogeneidade do assunto, destacamos a seguinte reportagem do Jornal Diário da Borborema:

Imagem 06¹³

Polícia diz que a cidade está tranquila depois que o Mão Branca surgiu

Investigadores comentavam, ontem, na Central de Polícia, que a ação do carrasco Mão Branca, em Campina Grande, foi muito boa para a cidade, pois o número de arrombamentos, assaltos, furtos e roubos diminuiu sobremaneira nos últimos dias, chegando ao ponto de 70% das queixas deixarem de ser registradas na DRF.

As opiniões em torno do assunto são as mais diversas, havendo investigadores que discordem do índice de arrombamentos e furtos praticados em nossa cidade. Os policiais acreditam que os ladrões estão agindo com mais cautela, embora haja uma grande queda no

número de denúncias na Polícia sobre arrombamentos e assaltos.

A verdade é que o Mão Branca - eliminando apenas oito marginais na Paraíba - deixou o Estado bastante tranquilo, ao ponto dos investigadores trabalhar apenas na apreensão de desordeiros e elementos sem documentos, pois nas rondas realizadas, durante à noite, a polícia não encontra marginais perambulando, como acontecia anteriormente.

O delegado Roberto Medeiros informou que sábado realizou quatro rondas, todavia apenas bêbados e elementos sem documentos foram presos. Os marginais que constantemente eram

vistos nas chamadas “tocas” nunca mais apareceram nos citados locais. Todas as “blitz” realizadas pela polícia foram negativas, pois os ladrões não foram encontrados.

As “malocas”, as favelas do Pedregal e Cachoeira, o bairro do Jeremias e muitos outros pontos de encontro dos ladrões foram visitados, no entanto os locais estavam “limpos”, numa prova de que mais de 70% dos bandidos que agiam em nossa cidade desapareceram depois que o justiceiro Mão Branca começou a eliminar marginais em Campina Grande.

¹³ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. Opinião. *Jornal Diário da Borborema*. Campina Grande – p.04. Maio de 1980.

Analisando a imagem, um recorte do Jornal Diário da Borborema, que demonstra como o debate sobre a violência e a ação do grupo “Mão Branca” dividiu até mesmo a opinião das autoridades locais que associaram à pobreza a falta de segurança e o aumento da violência.

No andamento de nossa escrita será feita uma melhor descrição do grupo de extermínio pesquisado bem como a representação de suas ações através de imagens e textos escritos nos jornais de época será elaborada com esmero no capítulo II. Aqui, portanto, apontamos apenas alguns indícios dessa análise já que a preocupação nesse momento é continuar o debate sobre a cidade e sua política destacando como se projetou a política como também seus políticos na Campina da década de 1980.

2. CAMPINA NA DÉCADA DE 1980: UMA HISTÓRIA EM MOVIMENTO

2.1-PASSOS E (RE) PASSOS DA POLÍTICA PARAIBANA E CAMPINENSE

Como foi dito, elaborar um estudo adequado sobre o grupo de extermínio “Mão Branca” e de sua atuação em Campina Grande durante a década de 1980 do século XX, foi uma escolha realizada, sobretudo, para entender esse período histórico no tocante aos aspectos políticos, sociais e principalmente culturais como pretendemos estabelecer nas próximas linhas.

Até então traçamos um panorama de uma historiografia específica sobre Campina na qual a “pacata” cidade do interior paraibano aparece como um lugar “moderno”, “grande”, “próspero”, e em “desenvolvimento”, contudo, indagamos: Como se encontrava essa cidade nos anos 80? Que “frenesis” políticos a cercavam? No tocante à segurança pública, qual era a preocupação de seus governantes? De sua população? O que pensavam? Como agiam? Porque os jornais mostravam ao mesmo tempo as imagens e manipulações da mídia política de um lado e de outro os rastros de sangue, terror, dor e medo nas ações de uma violência urbana desenfreada? Estas e outras indagações são tessituras a serem exploradas ao longo da escrita que comporta parte integrante desse capítulo.

Entendemos a cidade de Campina Grande de 1980 como uma cidade em movimento, contrários ou não nos seus mais diversificados campos, principalmente econômico, pois, é nesse período que perde o incentivo da SUDENE e sofre significativas mudanças em seu

aspecto social e urbanístico, como explicita Elizabeth Cristina de Andrade Lima e Fábio Gutemberg R. B. de Sousa (2007):

A década de 80 chega com o fim dos incentivos fiscais da SUDENE, muitas indústrias fecham as portas. Dá-se a diáspora do parque industrial, a transferência de capitais e empresas e um processo geral de desinvestimento, com repercussões negativas no setor comercial e de serviços da cidade. As transformações nas relações de trabalho no campo, aliada a uma série de outros fatores conjunturais, como a seca, fazem engrossar a corrente migratória para Campina Grande, que vai sendo absorvida precariamente, dentro de um quadro geral de desaquecimento da economia e aumento do desemprego, crescimento horizontal da cidade e favelização. (LIMA, 2002: 189).

Nota-se que é a partir do final da década de 1980 e início dos anos noventa, que a cidade de Campina Grande, viu-se transformada de forma intensa pela sua expansão urbana e, principalmente, pela valorização de certas áreas.

A chegada mais acentuada de populações “pobres” a Campina Grande nas décadas de 1970 e 1980 associadas ao aumento da crise econômica vão pressionar a demanda por moradia e conseqüentemente o aumento dos aluguéis e do preço de terrenos na área urbana, além de um significativo aumento de áreas nas mãos de famílias e pessoas que passam a utilizá-las como reserva de valor para especulação imobiliária. (SOUSA, 1996:111).

Nesse mesmo período, em que identificamos o surgimento e a ação do grupo de extermínio Mão Branca, Campina era administrada pelo prefeito Enivaldo Ribeiro, momento em que Tarcísio de Miranda Burity governava a Paraíba, ambos, protagonistas de luta pelo prestígio e poder entre dois grupos oligárquicos que manejaram e se revezavam historicamente no campo político local: os Arenistas X Pessedistas-peemedebistas. Segundo o historiador Wagner Geminiano dos Santos, Enivaldo Ribeiro não soube construir para a “elite letrada”, uma imagem de político forte, diferente, que quebrasse todo um “ranço” das velhas práticas políticas, ao contrário, subjetivou incerteza, e a ameaça dos interesses desses grupos. Enivaldo não foi visto com “bons olhos”. Nessa perspectiva:

Enivaldo representava para estes segmentos das elites locais a mesma imagem que Severino Cabral havia constituído, anos atrás, para si, a de um político “populista”, “bonachão”, de origem “simples” e “humilde” e ainda por cima ligado a estratos sociais que aqueles outros segmentos não viam com tão bons olhos. Mas, diferentemente de Cabral, Enivaldo parecia às elites de Campina, descabido nas suas ações e condescendente nas atitudes perante seus subordinados e aliados políticos, o que demonstrava certa fraqueza política, para quem tinha, no discurso dos letrados locais, como único objetivo a sua perpetuação nos aparelhos municipais de governo. Esta imagem que parte das elites locais havia construído para Enivaldo em grande medida foi subjetivada e elaborada também pelo mesmo. À medida que ele não dispensava a oportunidade para construir-se e constituir-se como um “político humilde” e “amigo do povo”, que na maioria das vezes dispensava seus assessores para despachar diretamente com a população. O mesmo também não era muito

afeito a pronunciamentos e propagandas de suas ações na imprensa local, preferindo comunicá-las diretamente a seu eleitorado, o que de certa forma contribuía para a “negatividade” de sua imagem perante os letrados e a mídia. Mas, para, além disto, aos olhos e nos discursos daqueles que ocupavam os lugares de elites aburguesadas na cidade, Enivaldo significava a reprodução de velhas práticas políticas que não condiziam mais com os destinos da cidade e com sua “inexorável vocação de grandiosidade”. (SANTOS, 2002: 57).

Ao contrário de Enivaldo Ribeiro, segundo consta, o governador Tarcísio de Miranda Burity procurou projetar-se no cenário político local, para isso, procurou se colocar em posição de vantagem em relação aos “políticos tradicionais”, como explicita Leila Maria Luciano de Paiva:

(...) Burity irrompeu sem compromissos com organizações políticas e partidárias tradicionais, o que o colocou em posição de vantagem diante de remanescentes como Humberto Lucena e Wilson Braga – este, num primeiro momento, prisioneiro das oligarquias históricas da Arena, aquele prisioneiro das oligarquias pessedistas-peemedebistas.

(...) Burity como governador fez apenas as composições políticas necessárias para sobreviver e para se testar politicamente. Procurou priorizar setores vitais como habitação, educação, transportes, agricultura e segurança pública. Construiu obras polêmicas e tidas como faraônicas, a exemplo do “Espaço Cultural”, em João Pessoa – e se projetou pelo paternalismo com que tratava o funcionalismo público, atribuindo-lhe já ao final do mandato os maiores índices de reajuste salarial de que se teve notícia na história dos governos locais”. (PAIVA, 2000: 18).

Como estabelecemos a pesquisa num período em que Campina vivenciou um momento de sua história em relação à violência, a insegurança e o medo, que compreende o período de ações do grupo organizado ao qual rege nossa temática (“Mão Branca”) – 1978 a 1983¹⁴; tornam-se interessante estender um pouco mais a discussão política nesse contexto, para saber quem sucedeu Enivaldo Ribeiro na Prefeitura de Campina Grande, bem como, quem ocupou a cadeira de Governador do Estado depois do mandato de Tarcísio de Miranda Burity, compreendendo os passos e (re) passos no cenário da política paraibana e campinense.

Segundo Wagner Geminiano, Enivaldo Ribeiro construiu durante sua gestão na prefeitura campinense a figura de um político “fraco”, “impopular” dentre a elite e os meios de comunicação (especificamente os jornais-Diário da Borborema - Diário e Emissoras Associadas), prejudicando assim a ascensão de seu partido-PDS, não conseguindo indicar nenhum sucessor para as eleições municipais. Outro fator preponderante para reforçar a

¹⁴ Vale salientar que estendemos a catalogação e coleta de dados de fontes como o Jornal da Paraíba até o ano de 1985, procuramos compreender em sua amplitude se outros grupos apareceram ou não em período posteriores. E ainda, serviu para reavaliar o conceito de violência, partindo da seguinte indagação: Se um dos parâmetros das ações do “Mão Branca” era a de inibir a marginalidade e perseguir os “sujeitos perigosos”, porque em Campina os assassinatos, roubos, estupros e tantas outras formas de violência, inclusive contra a mulher, mantiveram, quiçá, aumentaram seus índices?

impopularidade de Enivaldo no cenário político local, de acordo com o historiador, foi à política oposicionista aderida pelo vencedor das eleições para o Estado em 1982, o então governador Wilson Braga (1983 a 1987) e sucessor de Tarcísio de Miranda Burity -1978 a 1983. Wilson Braga usando de tais meios de comunicação mostrou apoio incondicional às candidaturas dos Srs. Vital do Rego e Williams Arruda contra Ronaldo José da Cunha Lima, candidato único do PMDB.

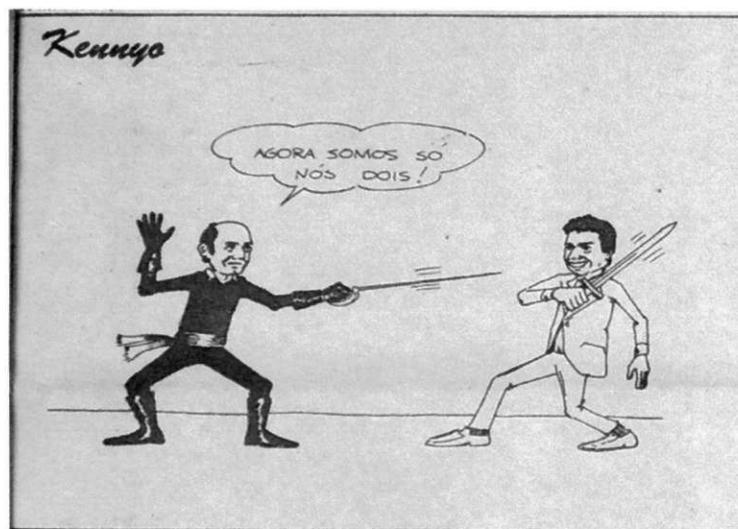


Imagem 07¹⁵

A charge em destaque foi publicada no Jornal da Paraíba, em 05 de Novembro de 1982, 10 dias antes do pleito eleitoral. Além da charge, a página traz ainda a publicação de cartas e críticas à política paraibana enviadas por leitores, políticos e comerciantes que compunham a “elite letrada” da época. Entre o teor discursivo vale à pena analisar o momento de tensão, violência e medo que envolvia partidos, candidatos e o povo que participava pela 1ª vez das eleições Estaduais e Municipais num “clima ostensivo e abrasador” dos últimos anos de Ditadura e de sua “abertura política”.

Entre os discursos veiculados pelos Diários Associados no que concerne ao perfil político de Enivaldo Ribeiro e suas dissidências com o governo do Estado, merece destaque:

Se o PDS perder o pleito municipal do dia 15 de novembro vindouro, o principal culpado será o prefeito Enivaldo Ribeiro, que durante os mais de cinco anos que está à frente da chefia do Executivo não conseguiu firmar uma liderança na cidade, perdendo, inclusive, o comando dentro do próprio partido. Foi o que comentou ontem um pedessista campinense, que não quis fazer seu protesto publicamente, por questão de conveniência partidária, mas que se constituiu em um dos segmentos do PDS local que estão insatisfeitos com o prefeito.

¹⁵ KENNYO. Opinião. *Jornal da Paraíba*- Campina Grande. p: A7. Sexta. 05 de Nov.1982.

A insatisfação com o prefeito nas hostes pedessistas locais é enorme, pois a boca miúda o Sr. Enivaldo Ribeiro tem sido alvo de duras críticas dos governistas da cidade, que prevêem uma derrota do PDS nas urnas no dia 15 de novembro exatamente por conta da falta de liderança do prefeito dentro do partido¹⁶.

Analisando algumas páginas escritas sobre a política campinense, especificamente a Dissertação de Mestrado de Fernando Luiz Alves Barroso¹⁷, verificamos como se desencadearam as estreitas relações institucionais entre os Diários Associados e o governador do Estado (Wilson Braga) durante as eleições municipais de 1982 e como se deu a disseminação do discurso publicado pelo jornal, explicitado acima. Em contrapartida, o grupo oposicionista liderado pelo candidato Ronaldo José da Cunha Lima aciona seu lugar de fala através do Jornal da Paraíba (meio de comunicação bastante conhecido e disseminado no cenário local) a favor de sua candidatura e contra as perseguições políticas sofridas ainda em 1969 e que desencadearam sua cassação.

Como bem enfatiza o historiador Wagner Geminiano dos Santos, esse período da história política campinense foi marcado pela *“emergência da estratégia Cunha Lima”*, já que Ronaldo, usando dos meios de comunicação de massa, procura “soerguer-se” durante o período eleitoral, se projetando em seus discursos como vítima e vitimizado, como um campinense nato que quer lutar pela reorganização da cidade e do seu povo e, principalmente, lutar contra a oposição governamental. Esses discursos conferiam-lhe lugares, já que ao ser cassado ainda em 1969, teve que sair da cidade e morar no Rio de Janeiro até retomar suas atividades políticas em Campina a partir de 1982. Sendo assim:

(...) O que lhe conferia, aos olhos da sociedade local, uma aura de mártir, de homem resignado em árdua luta “contra tudo e todos”, mas “por amor” a sua “terra” de adoção¹⁸, assim que Ronaldo se apresentava para os eleitores de Campina Grande nas eleições de novembro de 1982, como um “verdadeiro campinense” que havia incorporado todos os valores, princípios e qualidades da “gente de Campina” e que estava pronto a defendê-los, assim como a projetar Campina para “um novo tempo”. (SANTOS, 2002: 62).

Através de sua eloquência, e estratégia em “manipular” sua imagem (como o prefeito “ideal” para a cidade) durante as eleições de 1982, Ronaldo consegue suceder Enivaldo Ribeiro e assume o cargo em 1983. No poder, procurou administrar combinando ao

¹⁶ CANDIDO, J. I. R. Política. *Diário da Borborema*. Campina Grande. P.1.18 de Set.1982.

¹⁷ Cf. BARROSO, Fernando Luiz Alves. *“A Hora do Povo Na TV”: análise do discurso de uma experiência “popular” de televisão*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campina Grande. UFPB. 1996. Especialmente o segundo capítulo intitulado *“Trajetória político-institucional dos Diários e Emissoras Associados em Campina Grande”* P. 95 a 238.

¹⁸ Chamada assim porque Campina Grande representou para o político a cidade de projeção política e pessoal, pois era natural de Guarabira-Pb, nascido em 18 de março de 1936.

empreendedorismo (pautado na mudança, desenvolvimento e “progresso para a cidade) e **conservadorismo** (mantendo alguns vínculos e “honrando” a política conservadora), configuração adotada pela sua preocupação em atrair na política local, os variados segmentos sociais que compunham a sociedade da época (políticos, empresários, jornalistas e até mesmo o povo-“massa eleitoral”). Para tanto, usou massiva e tendesionalmente os meios de comunicação (televisivo e escrito - Jornais) na construção, espetacularização e disseminação da imagem de um administrador preocupado com a cidade, diferente do prefeito anterior (Enivaldo Ribeiro), ele (Ronaldo da Cunha Lima) estava disposto a manter “os laços e desenlaces” políticos e administrativos conservadores para a manutenção da “ordem e do progresso” e crescimento campinense. Contudo, essa imagem, segundo Santos vai...

(...) Para, além disto, esta estratégia comportava outras facetas, como, por exemplo, a tentativa de filiação da imagem de Ronaldo a uma tradição de políticos que as elites locais diziam ser os grandes líderes da história da política paraibana, como Argemiro de Figueiredo, José Américo de Almeida e Félix Araújo. E Ronaldo tentava encarnar esta tradição através da oratória grandiloquente, do seu bacharelato em Direito e dos românticos poéticos constantemente presentes em seus discursos e pronunciamentos (SANTOS 2002: 62).

Num extenso jogo de “gato e rato” e afetos e desafetos com a política de situação e opositorista de “degola”, como descreve o historiador na citação acima, o mandato de Ronaldo Cunha Lima vai se concretizar entre busca de “simpatias” ou “compras” de apoios, por exemplo: “o apoio subliminar dos Diários e Emissores Associados conseguidos pelo enquadramento de sua administração ao dispositivo Associado” (Santos: 2002: PP: 62). Nesse contexto estariam em jogo os interesses, principalmente os do então prefeito, como informa Fernando Luiz A. Barroso:

A informação associada prestar-se-ia à construção ou à neutralização política de lideranças, grupos e partidos políticos investidos da idéia de conformar as convicções do eleitorado.

A informação Associada estaria investida da condição de mercadoria disponível para venda às elites políticas locais e estaduais. Sua comercialização seria o móvel das ligações dos veículos e o meio de promoção de suas receitas. Assim, as ligações entre os veículos Associados e as elites políticas locais e estaduais estariam condicionadas à barganha da difusão de informações.

Esta barganha firmar-se-ia com base em interesses recíprocos. Para as elites instaladas nos aparelhos de Estado, o investimento em propaganda na mídia Associada garantiria a difusão massiva das políticas públicas (e dos seus gestores) e neutralizaria quaisquer “impulsos opositoristas” de veículos de comunicação consolidados como formadores da opinião pública na Paraíba (BARROSO, 1996:131) (...)

Assim, o jogo entre os veículos Associados e as elites políticas locais e estaduais armava-se pelo cruzamento de diferentes estratégias com diferentes objetivos. Este cruzamento dava-se numa relação de barganha entre as partes. Para aqueles veículos havia que barganhar os recursos oficiais destinados à propaganda nos meios de comunicação como contrapartida da difusão/construção da imagem do “político como liderança popular”. Esta barganha tinha o tratamento da informação Associada como meio de pressão (BARROSO, 1996: 172).

Ronaldo, ao praticar tais estratégias administrativas, planejou “fazer nova forma de política” segmentando os meios de comunicação ao seu favor, buscando atingir o público com um conjunto de discursos que apontaram uma identidade com a cidade e os interesses geral do povo. Como afirma Santos:

Com esta estratégia o que se queria construir era a impressão de que a cidade passava a ser a expressão da administração municipal, que era o prefeito quem a construía e a tornava uma realidade, imaginada em seus discursos e materializada em suas obras.

É justamente neste período e em relação a estas inúmeras mudanças pela quais a cidade vinha passando, que emergiu ou se constituiu o principal dispositivo da estratégia da família Cunha Lima, a invenção de determinadas festas, no caso do governo de Ronaldo, o “Maior São João do Mundo”¹⁹ (SANTOS 2002:64).

Segundo verificamos na historiografia campinense, a década de 80 se concretizou como um período de “*emergência da estratégia Cunha Lima*”, sobretudo porque Ronaldo, durante seu governo beneficiou-se política e administrativamente através da criação de uma “indústria de eventos” bem como da consolidação do “Maior São João do Mundo”. Sua postura gerou uma significativa adesão da “elite” (letrados, intelectuais, políticos e empresários, entre outros) interessada na melhoria econômica da cidade. Essa **estratégia** foi usada também para justificar e atrelar uma identidade ao lugar (a cidade), além de reafirmar ainda mais a representatividade política pessoal e familiar dos Cunha Lima. Nesse ínterim, estavam envoltos à manipulação econômica e política centrada nas mãos de um grupo advindo das velhas oligarquias. Nesse fim...

O turismo de eventos emerge perpassado por discursos que o constituem como alternativa e possibilidade para o soerguimento econômico de Campina Grande. Mas, seus usos pela estratégia da família Cunha Lima não ficariam restritos e limitados apenas ao uso da festa como possibilidade de auferir ganhos econômicos ou atração turística. Ela vai ser usada também como pretexto para invenção de uma identidade para a cidade e para o seu povo, no qual estes passam a servir como suporte discursivo e não discursivo para justificar e objetivar a estratégia de seus promotores. Além disto, a festa passa a ser usada em Campina Grande com o

¹⁹ Para aprofundamento na temática sobre as festas em Campina inseridas e a “Indústria de turismo” criada a entre 1980/90 com a emergência da família Cunha Lima no poder municipal ver: LIMA, Elisabeth Cristina de Andrade. *A Fábrica dos Sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano João Pessoa: Idéia*, 2002. A referida autora elabora um extenso estudo sobre a invenção da festa junina e do espaço urbano em Campina Grande, especificamente o “Maior São João do Mundo”.

objetivo de metamorfosear o político em festa e a política em espetáculo. De forma que a figura do político é construída pela festa por ele gestada, de maneira que não seja mais possível separar o evento de seu idealizador, com a festa se constituindo como um excelente palco de disputas e definições de papéis políticos. (SANTOS 2002:65).

Novos lugares e olhares foram construídos sobre a Campina dos anos 80/90 durante a ascensão dos “Cunha Lima” ao poder político local, forjava-se no plano político e sócio-cultural a caricatura de uma nova “*urbes*” moderna, desenvolvida e progressista. Mas nos questionamos até que ponto tais conjunturas “ofuscavam” ou escondiam a outra face da moeda social da época, pois, em minhas pesquisas, verificamos que as mesmas páginas de jornais que destacavam a política, seus protagonistas e ações itinerantes, “marchetavam” matérias obscuras de uma história em movimento. Nas páginas policiais desses mesmos jornais de época (Jornal da Paraíba e Diário da Borborema), merecem destaque, por exemplo, as variantes ações de violência desde as mais comuns decorrentes de uma cidade em desenvolvimento como Campina Grande (roubos, furtos, estupros, etc.), com mais “incomuns”.

A essas novas conjunturas, entre elas a de uma Campina Grande em pleno desenvolvimento através dos discursos elaborados (por políticos, empresários, etc.) e veiculados através dos meios de comunicação, não encontramos “frestas” que indiquem à preocupação dos políticos em evidência no tocante à segurança pública. Entendemos sim como esses mesmos se promoveram e espetacularizaram a imagem, a melhor caricatura em ascensão, como fez Ronaldo da Cunha Lima (através da criação da “Indústria Cultural de eventos”, usando entre essas a festa junina), ou a de ganhar adeptos e simpatizantes nas futuras eleições, elaborando algumas obras públicas itinerantes como pavimentação de ruas, construção de casas populares, revitalização de algumas áreas centrais, etc.

Sobre indícios de violência e os meios de combate à mesma, de acordo com os jornais pesquisados, vale destacar a “violência política” que demarcou o pleito eleitoral de 1982 durante as disputas pelo Governo do Estado e do Município. Aparecem referências de tensão e medo que assombravam a “abertura política” em Campina Grande bem como em outras regiões da Paraíba (Sertão e Brejo), além de demais estados brasileiros, como observamos na seguinte publicação:

Com a aproximação do dia 15 de Novembro, está aumentando a violência política de todos os recônditos do país, ou vê-se o brado dos que são atingidos pelas mais variadas formas de agressões, contra os princípios morais e físicos. Além dos achaques patrocinados por certos candidatos sem muita retórica, que se aproveitam

do mesmo momento para extravasarem as suas mágoas, há uma parcela de pessoas perigosas que não se incomodam de usar até arma de fogo.²⁰

E ainda:

A violência política na região do Brejo paraibano se agravava a cada dia. Lagoa Seca e Lagoa de Roça estão “em pé de guerra” com a briga entre partidos do PDS-1 e PDS-2. Não há PMDB... PROVIDÊNCIAS... Ontem o governador Clóvis Bezerra ao tomar conhecimento dos fatos, determinou ao Secretário de Segurança Pública, Pedro Adelson Guedes que reforçado o esquema policial nos dois municípios. O Superintendente, já esteve nas duas cidades conversando com os políticos locais.²¹

Violência política, o medo que assombrava a população envolvida nesse processo e as reivindicações populares a partir de publicações de cartas de leitores como ficou explicitado acima, nos permite pensar como o povo, a “massa eleitoreira”, aquele “homem comum” vivenciou acontecimentos políticos e sociais naquele momento histórico. Nessa constante, buscamos em nossas fontes jornalísticas meios de entender as representações populares em relação à política paraibana e campinense. Recortamos aqui duas charges que nos apontam indícios dessas representações, entre elas a da inconformidade, descrença e ciência da conjuntura que até então se estabelecera:

Imagem 8²²

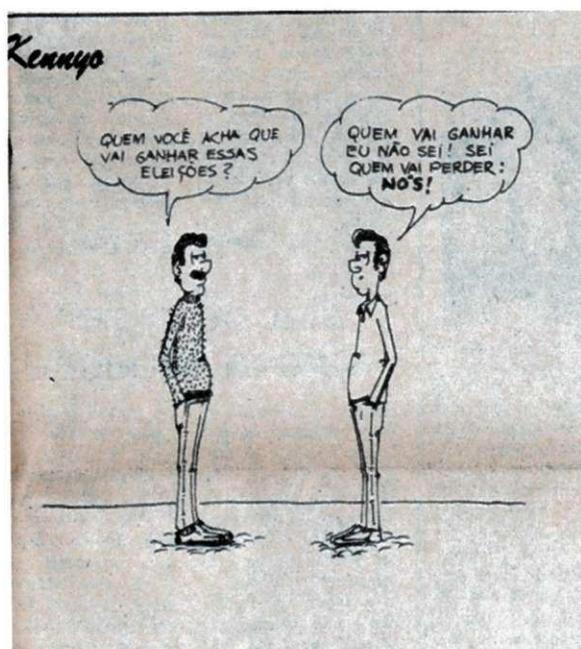


Imagem 9²³



²⁰ RODRIGUES, Antônio. Política. *Jornal da Paraíba*- Campina Grande. p. A7. Quarta. 27 de Out.1982. Sessão: Cartas a redação, expedida por Antônio Rodrigues. Rua Acre-Campina Grande.

²¹ ALMEIDA, Gomes. Politicando. *Jornal da Paraíba* - Campina Grande. P. A4-Política. Terça 11 de Fev.1982.

²² KENNYO. Opinião. *Jornal da Paraíba*- Campina Grande. P: A7. Sábado 23 de Out.1982.

²³ KENNYO. Opinião. *Jornal da Paraíba* - Campina Grande. P.: A7. Quarta-feira-27 de Out.1982.

Contudo, não objetivamos no referido trabalho afunilar tais abordagens sobre as representações políticas da história de Campina Grande, encontramos relevância em destacar sucintamente tais aspectos, sobretudo para contextualização do momento histórico recortado na pesquisa. Afinal, se aspectos como a segurança na cidade, a educação e a saúde regem a administração pública, então por que não entender como Campina Grande e a Paraíba organizaram a escolha dos seus governantes? Destarte, descrevemos até então os enlaces e (des) enlaces político-administrativos durante os anos de 1978 a 1985, sobretudo como se deu/deram os passos e (re) passos na política paraibana.

Verificamos em primeiro plano a conjuntura política no governo do Estado para então darmos prosseguimento a um período que demarca o surgimento e ações do Grupo de Extermínio estudado. De acordo com a análise dos documentos (Jornais e Processos Crimes), esse grupo surge em meados da década de 80—especificamente 1979 a 1980, pratica ações isoladas e se destaca pelo extermínio em série entre os meses de abril e maio de 1980, inquietando a população e os poderes públicos.

Sendo assim, no decorrer desse trabalho, abarcaremos como se dará a mobilização de alguns setores (Igreja e Estado especificamente) no combate à violência praticada por esse grupo. Entenderemos como a Igreja irá intervir nesse processo através da abertura de uma Comissão de Justiça e Paz com base na defesa dos Direitos Humanos bem como averiguaremos de que maneira o Estado na figura de Tarcísio de Miranda Burity (1978-1983) autorizou a abertura judicial de uma sindicância na apuração dos fatos ou até que ponto foi o próprio Estado foi o propulsor da emergência do referido grupo.

Campina Grande como ficou explícito, em diferentes momentos de sua história, foi alvo de estratégias e de múltiplos discursos, sendo principalmente alvo dos discursos intelectuais e políticos sobre a cidade. Em sua historiografia, encontramos escassos estudos acerca do problema urbano como a pobreza e violência²⁴. Nesse sentido, realizamos pesquisas sobre a referida temática e, no contato com os **Jornais da Paraíba e Diário da Borborema** como também com o **Processo Crime** movido contra o grupo, apresentaremos algumas considerações denotando o possível significado de violência.

Verificamos que a historiografia paraibana e campinense abrem possibilidades de estudo sobre as mais diversificadas temáticas, contudo nos deteremos sobre as “mazelas”

²⁴ Pretendemos, principalmente, lançar mão do tema da violência urbana para pensar Campina Grande na década de 1980, e verificar como e por que às ações de grupos armados na cidade mudaram a sensibilidade de seus moradores. Um lugar que no tocante ao período estudado em relação aos grandes centros Metropolitanos como Recife, Rio de Janeiro, São Paulo ou até mesmo a Capital paraibana (João Pessoa), parecia ser calma, “pacata”, com baixos índices de homicídios, roubos ou furtos, como noticiavam as páginas policiais de alguns Jornais da época.

decorrentes da má ocupação dos espaços (favelização) e, em decorrência da mesma, a violência urbana, assim como a situação dos sujeitos nesse contexto, verificando sobretudo as estratégias²⁵ usadas pelos “bem nascidos”²⁶ para combater esses males. Para tanto, traçaremos uma sùmula sobre violência, assunto na historiografia paraibana pouco estudada até o momento, examinando a Campina Grande da década de 1980 e tentando entender a emergência do Grupo de Extermínio “Mão Branca”. Contudo, antes de tal análise, passamos por mais uma página da história paraibana e campinense, a “**página política**”. Afinal, conhecer esse lado da história nos permite pensar se os grupos aí envolvidos se mobilizaram ou não por uma “política da não violência”. Será mesmo, como exposto nos jornais, que tais grupos estavam preocupados com esse assunto propriamente dito? Ou apenas se interessaram em manter-se político, econômico e administrativamente no poder? Como agiram e governaram os políticos paraibanos e campinenses na década de 1980? Essa e outras questões norteiam o segundo capítulo de nosso trabalho, o qual se organizará ao debruçamento dos jornais de época para entendermos como esses destacavam o grupo de extermínio Mão Branca expondo manchetes, Listões de pessoas a serem perseguidas e mortas, além de imagem de corpos das vítimas, entre outros.

²⁵ “Termo estratégia como o pensa Michel de Certeau, ou seja, como o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças”. Cf. CERTEAU, Michel de. Op. Cit. 2003. p 99.

²⁶ Um conceito usado (acreditamos) pela elite (políticos, comerciantes e médicos higienistas) que propicia as reformas urbanas e a higienização dos espaços, a partir da prática de destruição ou re-locação dos cortiços em Paris em fins do Século XIX e primeira metade do Século XX, bem como no Brasil “com a destruição do mais famoso cortiço carioca do século XIX” Cabeça de Porco “(CHALHOUB.1996: 19).

CAPÍTULO II

CURSOS E PERCURSOS DA VIOÊNCIA E DO JUSTIÇAMENTO PRIVADO NO BRASIL E O CASO “MÃO BRANCA” EM CAMPINA GRANDE-PB.

1-VIOÊNCIA E SUAS MÚLTIPLAS FACES

Averiguamos até então que Campina Grande em diferentes âmbitos foi alvo de estratégias e de múltiplos discursos sendo principalmente alvo dos discursos intelectuais e políticos. Contudo, em sua historiografia, de acordo com nossa leitura, não encontramos um estudo acerca do problema urbano da violência emergente em alguns de seus períodos históricos, como no nosso caso em específico, já que escolhemos a década de 1980 por ter surgido e atuado um Grupo de Exterminio na cidade e regiões circunvizinhas.

Antes de contextualizarmos alguns resultados da pesquisa elaborada no contato com o Jornal da Paraíba e Jornal Diário da Borborema da década de 80 bem como o próprio Processo Crime inquirido contra o grupo “Mão Branca”, apresentamos ressalvas ao entendimento do significado do termo (conceito) violência e seu uso em geral. Para tanto, há, segundo alguns autores²⁷, uma complexa definição acerca da própria etimologia, quanto mais do uso social do conceito, resumindo, o seu significado melhor empregado dá-se a “força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital”. Sendo assim:

Dificuldade na definição do que é violência e de que violência se fala é o termo ser polifônico desde a sua própria etimologia. Violência vem do latim violentia, que remete a vis (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento (sic), percepção esta que varia cultural e historicamente. As sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força, o conhecimento maior ou menor dos seus efeitos maléficos, seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta. Além de polifônica no significado, ela é também múltipla nas suas manifestações. Do mesmo modo, o mal a ela associado, que delimita o que há de ser combatido, tampouco tem definição unívoca e clara. Não é possível, portanto, de

²⁷Cf.: ZALUAR, A. “Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios”. In: VELLOSO, J. P. (org.): *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1995. Entre outras.

antemão, definir substantivamente a violência como positiva e boa, ou como destrutiva e má. Dessa definição relativizada (porém não relativista) da violência e do mal só escapam os substantivistas renitentes. (ZALUAR: 1995).

Na perspectiva de Alba Zaluar (1995), a indefinição de um conceito acerca da violência se dá, sobretudo no tocante aos seus variáveis níveis (violência contra a mulher, violência urbana, violência dos crimes como assassinatos, seqüestro, tráfico, etc.), mas em sua maioria a violência está associada, segundo estudos, à pobreza e à falta de condições sócio-econômicas: carência de moradia (favelização) falta de um sistema de saúde eficiente, segurança pública decadente, entre outros. Logo, estudos sobre ações de grupos de justiça privados através de Grupos de Extermínio e a participação de militares que, na teoria, deveriam ser os responsáveis pela segurança, só irão aparecer no campo acadêmico, a partir da década de 1980, dadas as condições históricas (Ditadura Militar no Brasil 1964-1985) e a quantidade de denúncias contra o poder abusivo do Estado a essas “classes perigosas”²⁸ - “refugos humanos”²⁹, rebaixadas ao íngreme desrespeito por parte das relações de forças então aí existentes. Nesse contexto:

De todo modo, desde os anos 70, o discurso predominante, mesmo entre alguns dos últimos textos, era de que os verdadeiros problemas e questões seriam evidentemente a miséria crescente, os desempregos, a falta de serviços públicos eficientes, em especial no setor da saúde e da educação, e a ausência de políticas sociais, todos entendidos como violência perpetrada pelo Estado contra a população. A indiferenciação entre essa ‘violência’ e a outra, utilizada para denunciar os desmandos do poder militar abusivo e ilegítimo, não pareceu trazer grandes preocupações teóricas em torno do próprio conceito de violência utilizado. Tudo era violência. Deslizando da opressão física para a necessidade material, continuava-se a denunciar o Estado. Esta formulação aparece pela primeira vez com clareza no texto, de orientação solidarista cristã com fortes tons marxistas, do Pe. Fernando D’Avila, membro do grupo de trabalho que escreveu o relatório encomendado pelo Ministério da Justiça em 1980: ‘As primeiras formas de violência (que vem de cima para baixo) são as propiciadas pelas estruturas sociais iníquas... Quem define o ato violento? Os que detêm o poder. Como definem o ato violento? Como transgressão das regras criadas pelo mesmo poder. Assim, se entre essas regras existem regras violentas, não são caracterizados como atos violentos, por exemplo, salários injustos; castiga-se como ato violento o roubo de 100 cruzeiros para matar a fome, porque é um ato violento, mas ficam impunes violências muito maiores, como todas

²⁸ Conceito encontrado no texto do autor CHALHOUB, Sidney. “Cortiços e epidemias na corte imperial”. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, que escreve: “A expressão ‘classes perigosas’ parece ter surgido na primeira metade do século XIX. A escritora inglesa Mary Carpenter, por exemplo, em estudo da década de 1840 sobre criminalidade e ‘infância culpada’. (...) (pág. 20). Segundo o autor o conceito no século XIX tanto foi empregado aos meninos de rua ou a pessoas que viviam as margens sociais por terem fichas criminais e devido à falta de trabalho e ocupação optarem pelos roubos e furtos para manutenção da família. Conceito pertinente a ser usado e analisado nesta pesquisa, já que identificamos que o Grupo de Extermínio “Mão Branca” antes de matar listava nos jornais os nomes e funções de suas vítimas, São exemplos: Vaqueirinho: traficante, Damião: arrombador, Nazário: desordeiro e criminoso... “O Listão” (publicado no Jornal Diário da Borborema em 20/04/1980).

²⁹ Conceito encontrado em BAUMAM, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. Esse conceito também está associado a pobres, marginalizados, ex-detentos, ladrões, prostitutas ou assassinos.

as formas de iniquidade social. É uma violência silenciosa... ‘Ninguém pode responsabilizar ninguém pelas dezenas de milhares de crianças subnutridas, famintas, retardadas, tuberculosas, bestificadas. Mas ninguém ignora que elas também foram vítimas de assaltantes, aqueles que deram um salário de fome a seus pais, que obrigaram suas mães. (ZALUAR: 1995).

Como podemos entender na visão da autora, violência é um fenômeno histórico e social produzido pelas relações humanas estabelecidas. Em outras palavras, pode ser apreendida como uma “expressão de força” do poder³⁰ que procura ser simbólica ou fisicamente um mecanismo de domínio de um ser sobre outro. Será através das relações simbólicas de violência que pretendo associar mais intimamente a discussão acerca do Grupo de Extermínio “Mão Branca”, pois verifico como os Jornais de época revelavam aos seus leitores a imagem da violência através da exposição dos corpos mortos e torturados bem como “Listões de Morte” dos “marginais” ou das citadas “classes perigosas”. Há ainda uma pergunta que acredito ser pertinente à nossa pesquisa e que precisa ser evidenciada e acompanhar as nossas investigações: até que ponto a exposição dessas imagens serviam para disciplinarização?

A violência como parte das relações que compõem a sociedade é segundo Roberto Da Matta³¹ (1982) uma condição de “*normalidade*” marcada precisamente pelo fato de ser reprimida e evitada. Se for um fato universal terá que tomar como ponto de partida suas singularidades e seus modos específicos de manifestação em cada sistema com seus valores, ideologias e configurações que se combinam concretamente em situações históricas particulares. Nessa perspectiva, a violência é inerente às relações sociais e varia de acordo com a particularidade e relações históricas de cada grupo de indivíduos.

A abordagem da violência como um fenômeno social pode ser feita através da análise teórica que a considera como um processo, um mecanismo social que é a expressão da sociedade, uma resposta a um sistema que se associa à forma de poder vigente onde a oposição entre dominante e dominado se reproduz de acordo com o contexto das relações sociais que o grupo desenvolve e, conseqüentemente, desemboca em medidas legais e jurídicas do próprio sistema.

³⁰ Sobre as relações de poder eminente nas relações sociais ver FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. 12ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Graal. 1996. Aqui podemos entender como Foucault estabelece os princípios do poder para possibilitar a compreensão e noção dos mesmos, ou seja, ele foi o primeiro pensador que analisou as estruturas de poder e as hierarquias sociais. Para esse Filósofo o poder se exerce, é ato, algo que se pratica ou se sofre, não algo que se possui ou não, podendo ser transferido. O poder é absolutamente imaterial e intrínseco as relações humanas.

³¹ Cf.: DAMATTA, Roberto **As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social**. In: BENEVIDES, M. V. *et alii*. **A violência brasileira**. São Paulo, Brasiliense. 1982

É arriscado expor um conceito da palavra violência, pois ela pode ter vários sentidos, tais como: ataque físico, sentido geral de uso da força física, ameaça ou até mesmo um comportamento ingovernável. Segundo o dicionário francês Robert a violência é:

- (a) O fato de agir sobre alguém ou de fazê-lo agir contra a sua vontade empregando força ou a intimidação;
 - (b) o ato através do qual se exerce a violência;
 - (c) uma imposição natural para a expressão brutal dos sentimentos.
 - (d) a força irresistível de uma coisa,
 - (e) o caráter brutal de uma ação.
- (ROBERT, 1964 apud MICHAUD, 1989: 7)

Raymond Williams destaca que “[...] se trata de uma palavra que necessita de definição específica inicial, se não quisermos cometer uma violência contra ela.” (2007: 407). Sendo assim, a palavra violência passa a ter o sentido de: arrancá-la de seu significado. Outro autor que trata desta conceituação é Michaud que tenta defini-la como:

[...] há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, acusando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade (Michaud 1989: 10)

Muito já se tem escrito sobre e da violência - como fato social -, e esse fenômeno expressa-se ainda em trabalhos como os de Viscardi³² e Riella³³ por exemplo. Ambos classificam o estudo da violência sobre **duas** tendências: uma delas **procura privilegiar a integração, o consenso** e a outra **o controle social dos atores**. Nessa percepção, os conflitos e violências são tidos como fenômenos “anormais” e passageiros, sendo classificados num quadro da ordem socialmente estabelecida e, mesmo tendo mudanças, ao ter a presença desses elementos, o futuro caminho será a “ordem” das forças sociais. Portanto, a preocupação nessa conjuntura, será a de privilegiar as regularidades em sociedade. Os conflitos e violências aqui são observados como estranhos e/ou patológicos.

Para entender melhor o que foi especificado acima, tomamos o que pensa Riella, esse autor, menciona três teorias que podem reger a tendência da “ordem baseada nas forças sociais”, das quais se destacam: **A teoria do controle**, postulando a idéia de que a violência ocorreria como fruto de uma inadequada socialização dos indivíduos à ordem. **A teoria do**

³² Cf. VISCARDI, Nillia. *Disciplinamiento, control social y estigma? Tres conceptos para una sociologia Del conflicto: El caso de la violencia em El espacio escolar em Uruguay.* In: Sociologia. Revista; Porto Alegre, ano 1, nº 1, Jan/Jun.1999, PP.168-199. Baixado pela Internet acesso em 11/08/2009 as 09h30min min.

³³ Cf. RIELLA, Alberto. 1999. *Violencia y control social: El debilitamiento Del orden social moderno.* In: Sociologias. Revista. Porto Alegre, ano I, nº 1, Jan/Jun.1999, PP.122-145. S. Baixado pela Internet, acesso em 11/08/2009 as 09h30min min.

desvio social defendendo a ótica de que a violência resulta do desvio de alguns indivíduos em relação ao sistema de valores culturais determinantes em uma sociedade, criando assim, “subculturas”. No terceiro exemplo, **a teoria da Tensão Social** defende que a violência resulta de um conjunto de ações ilegítimas utilizado pelos indivíduos para obter aquilo que a sociedade lhes prometeu.

A violência também pode ser definida de acordo com termos antropológico filosóficos, como uma fronteira da racionalidade e da destruição, da destituição dos homens da sua dignidade, ou seja, transforma-os em coisas. Além destes termos, ela pode ser definida de acordo com os termos sociológicos, em que a lógica excludente do capitalismo e do neoliberalismo considera os cidadãos como clientes e ainda os exclui dessa condição de cidadãos. Segundo Filho (2001: 22) a violência “organiza as relações de poder, de território, de autodefesa, de inclusão e exclusão e institui-se como único paradigma”.

Partindo para uma análise histórica de práticas violentas no Brasil, pode-se destacar o contexto de seu passado colonial e agrário. A violência do sistema escravocrata não era um fator que causava estranheza, seja quando vitimizava os escravos, seja quando era o “costume” para solucionar conflitos entre os homens pobres livres (FRANCO, 1978). Em concordância com Franco, Buoro (1999) destaca que no período colonial a sociedade era completamente desigual, a violência era algo comum devido às rivalidades e facções, a população andava armada e havia casos de emboscadas e guerras urbanas. O autor relata o elevado número de infanticídios neste período. Em relação ao período imperial e republicano, Buoro ressalta que houve levantes e a Guerra do Paraguai, e após a proclamação da República, floresceu o coronelismo, e conseqüentemente o banditismo rural de jagunços e cangaceiros.

Por outro lado, a visão do senso comum ou popular aborda a violência como um mecanismo que resulta da experiência cotidiana das pessoas, isto é, dos seres em luta, tendo em vista uma perspectiva moral, a injustiça dos destituídos e dos trabalhadores, algo concreto voltado contra um ser humano palpável, real e não contra um grupo ou classe definidos por meio de critérios estabelecidos. Sem, contudo, não deixar de se configurar como um fenômeno pessoal e interpessoal.

O sociólogo Zygmunt Bauman (2001) fala sobre os dramas próprios das sociedades contemporâneas, inseridas na experiência da modernidade líquida, em que tudo é temporário e fluido e grande parte dos indivíduos estão permanentemente confrontados com sua condição de desamparo, insuficiência e vulnerabilidade, sem que o Estado e as demais instituições políticas da própria sociedade ofereçam a atenção devida para os referidos dramas. A respeito

deste discurso sobre a modernidade, Giddens (1991) destaca que o mundo em que nós vivemos hoje está carregado e perigoso, e isto leva ao enfraquecimento da esperança de que a emergência da modernidade nos levaria a uma ordem social feliz e segura.

Aos dias atuais, se poderia dizer que a violência nada mais é do que um reflexo das mudanças cotidianas atribuída principalmente à marginalização social. Nesse contexto, a violência no Brasil estaria associada a sua conjuntura político-administrativa que muito tarde conheceu o sentido de DEMOCRACIA. Os poderes instituídos estiveram durante séculos nas mãos de uma pequena parcela da população (elite) e na década de 1960 não foi diferente, ao se implantar uma Ditadura deu-se continuidade ao autoritarismo e à “castração” da participação da maioria da sociedade, entre eles os mais marginalizados (pobres trabalhadores rurais, o pobre, etc.). O período da Ditadura Militar no Brasil, também refletiu na Paraíba (em específico, Campina Grande) o envolvimento de diversos seguimentos (soldados, investigadores de polícia, entre outros) militares na prática de atrocidades bem como a formação de grupos particulares armados conhecidos como grupos de justiça privado (grupos de extermínios), como enfatiza Leila Maria Luciano de Paiva:

Na sociedade brasileira contemporânea a violência é resultado direto da continuidade de uma longa tradição de práticas autoritárias das elites contra as “não-elites”, que por sua vez são representadas pelos mais pobres. A volta do constitucionalismo democrático pouco efeito teve sob a cultura da violência, da corrupção e de justiça privado, onde membros ou ex-membros da polícia participaram de execuções sumárias e extralegais, herança legada pela formação sócio-histórica na organização policial brasileira e das práticas autoritárias dos regimes militares aos quais vem ocorrendo.

Desde o período repressivo da Ditadura Militar de 1964 até os dias atuais, o principal alvo de arbitrariedade policial são os mais vulneráveis e indefesos da sociedade brasileira: o pobre, o negro, sindicalistas, trabalhadores rurais ligados ou não ao MST, grupos minoritários, crianças e adolescentes muitos desses vivendo nas ruas. Devido à discriminação enraizada em nossa sociedade pobres e minorias raciais, fazem parte da maioria das vítimas de homicídio, tornando-se comum a prisão arbitrária e práticas policiais de tortura e assassinatos extrajudiciais como os linchamentos e o extermínio. (PAIVA: 2000).

Boris Fausto (1984), numa das principais obras que se tornou clássica no estudo histórico do crime e da criminalidade: **Crime e Cotidiano - a criminalidade em São Paulo (1880-1924)** obra a qual o autor utilizando como fontes os processos-crimes e as estatísticas das prisões e inquéritos, procura apreender a dimensão social do fenômeno do crime e da criminalidade em uma periodização em que a cidade de São Paulo passa pelo processo de crescente urbanização, aumento econômico e demográfico, sobretudo com a imigração. A criminalidade e a violência como descritas nesse trabalho pode ser abordada de dois modos: um deles, de aspecto mais amplo, procura estabelecer quantitativamente as grandes linhas da

criminalidade do período, expressas no número de infrações, na sua distribuição por tipos de delito, na correlação entre nacionalidade, idade, sexo, cor, etc., e quebra da norma penal; o outro de uma perspectiva que se pretende ganhar em profundidade o que perde em extensão empreende a análise de três tipos de delitos – os homicídios, os furtos/roubos e os chamados crimes contra os costumes -, abrindo-se para os temas da vida e da morte, da propriedade e do sexo.

O olhar vigilante do Estado, segundo Boris Fausto, é em direção aos segmentos de população mais pobres, o que possibilita a criação de mecanismos de intimidação, que passam a ser vistos como indivíduos potencialmente criminosos. A discriminação pela origem social, racial, moralidade sexual, são elementos presentes nos processos-crimes e, ao se transformarem em unidades do discurso do aparelho Judiciário, revelam a construção de imagens sobre os comportamentos conflitivos que romperam as barreiras das normas sociais elaboradas pelo Estado.

Levando em consideração as idéias sugeridas, bem como o conceito de “classes perigosas”, em Sidney Chalhoub³⁴ entendemos o porquê da classificação dos nomes associados à “profissões criminosas” dos “elementos” perseguidos nos “Listões de morte” publicada no Jornal Diário da Borborema enviada à redação através do “relações públicas”³⁵ ou “Carrasco Mão Branca”. Verificamos que, em sua maioria, eram homens ou mulheres considerados “perigosos”, pobres e marginalizados socialmente que usavam como meio de sobrevivência o roubo, tráfico de drogas ou qualquer outro modo ilícito de sobrevivência. Ficando expostos abaixo, os nomes e as “profissões perigosas” das vítimas que eram caricaturados e recebiam identidades associadas ao que realizavam ou onde moravam ou como se comportavam. Morcego, por exemplo, o segundo nome que aparece no “Listão”, deveria está associado à agilidade em que tinha em roubar e assaltar pessoas à noite. Ser um “Lanceiro” pelo que entendemos nas análises dos Jornais de época designava aqueles que furtavam pequenos objetos de passantes no Centro da Cidade. Não apenas “Morcego”, mas outras figuras caricatas aparecem no “Listão de Morte” grupo “Mão Branca” como se verifica na imagem retirada do Jornal de época e exposto adiante...

³⁴ Cf. CHALHOUB. Op. Cit. 2002. Pág. 20.

³⁵ Esse personagem esquisito é citado pelo jornal como uma voz misteriosa que ligava para redação do jornal um dia ou horas antes das execuções das vítimas e se auto-intitulava “Relações públicas MB”.

POLICIAL

Campina Grande, domingo 23 de abril de 1980

Ataliba na lista "Mão Branca" anuncia listão de bandidos que irão morrer



Ataliba Arruda



"Padre Cirilo"



"Tramenha"



"Pão de Bico"



"Negro Toco"



"Ze Dentão"

Fac-Símile da carta enviada por "Mão Branca"

O "Mão Branca", relações públicas do Esquadrão da Morte, enviou carta às autoridades policiais de Campina Grande, datada de 8 do corrente, anunciando os nomes dos elementos que serão executados nos próximos dias nesta cidade pelo seu grupo.

Na relação estão incluídos advogados, políticos, criminosos, marginais, esquilhões, pistoleiros, traficantes de drogas, facinorosos, atropelados de polícia, bandidos, etc.

Idêntica carta foi, igualmente, enviada ao Diário da Boreborema, onde o relações públicas do "Esquadrão da Morte" solicita a publicação "para que ninguém seja executado sem antes saber que irá morrer".

Com as iniciais "M.B." e o símbolo usado pelo "Mão Branca", a carta chegou no parte da manhã, sendo imediatamente levada ao conhecimento dos delegados presentes à Central de Polícia, com as autoridades ficando surpresas com a relação nominal dos marginais, e, principalmente, a inclusão de políticos e advogados que, segundo o "Mão Branca" serão eliminados nos próximos dias.

Na referida carta vem a informação de que "amistosos estão sendo enviados para todas as cidades brasileiras, com o objetivo de realizar pesquisa dos bandidos que atuam nestas cidades, para que não haja esquecimento de pessoas inocentes. A pesquisa sobre a marginalização realizam levantamentos dos marginais que agem em Campina Grande e os munitas vizinhas, concluindo com uma relação de certo e quais elementos que, pesquisados pelos comissários do "Mão Branca", tiveram as conexões relacionadas para serem submetidas a apreciação do chamado Esquadrão da Morte.

RELAÇÃO NOMINAL

Eis, na íntegra, a relação nominal dos elementos pesquisados pelo Esquadrão da Morte em Campina Grande:

ARLINDO BOCAÇO — Arrombador
MORCEGO — Lanceiro
BAIROÃO — Desculpista
PEIXOTO — Intruço
PARAIBINHA — Arrombador
IGOSTANA — Intruço
SEVERINO PASTEIRO — Desculpista
NEGLI — Tático
BOBY — Tático
PEDRO BENTO — Cacoiteiro
MARINEZ — Desculpista
YAGNÉTI — Desculpista
GILVAN — Cacoiteiro
BASTINHO — Voleador
PELHO PALMEIRA — Esquilhonário
ANTÔNIO SUASSUNA — Esquilhonário
DELE LIRA — Puxador de automóveis
BOQUE FERREIRA — Ponteiro de Puxadores de Automóveis
ZÉQUINHA DO CARIMBO — Desviador de Carros
CARDO CARVAL (PM) — Despenhador de Carros
DIAMMA ALTO — Tráfico de Drogas
DIAMMA DE ZÉ DOS CÔCOIS — Fac Cadeiro
OSAIMA DE ZÉ PINHEIRO — Puxador de Automóveis
TOINHO DE COLORE — Arrombador
ZÉ PEREIRA — Tráfico de Maconha e Intruço
MI BRÃO — Intruço
CUNDA — Traficante de Drogas
CICERO DO LÍMÃO — Traficante de Drogas
SGT DECA — (reformado do Exército) — Intruço
TRAFICANTE DE DROGAS — Intruço
ANTÔNIO BOCA DE TRAIÇA — Puxador de Carros
LUNEZ — Puxador de Carros e Assaltante
WILLIAM CARREI — Assaltante
NASA — Desculpista
CEMA — Desculpista
SANTA DE MORAIS — Desculpista
TEODORO DE PALHOÇA — Desculpista
GILBERTO — Desculpista e Arrombador
MONTEIRO — Traficante
GINA — Viado em drogas e Arrombador de Carros
BERNÉZIA — Viado em drogas e Arrombador de Carros



Pedro Palmeira



"Cicero Bai"



William Carri



"Vaquerinho"



"Mocoto"



Paratinha

AGRADECE

³⁶ COSTA, Assis e RAMOS, Hugo. Ataliba na Lista-"Mão Branca" anuncia listão de bandidos que irão morrer. **Jornal Diário da Boreborema**. Campina Grande. P. 07. Seg.13 de Abr. de 1980. Vejamos que apenas Ataliba Arruda (1ª foto no canto esquerdo na página do "Listão"), um "suposto marginal" a ser perseguido e exterminado pelo "Carrasco Mão Branca" é o único que não é pobre. Filho de uma família de tradicionais juristas e advogados campinenses, Ataliba Arruda ainda jovem praticou diversos crimes na cidade no mesmo período do "Mão Branca" assim como anos depois. Fugiu para o Pará, onde também praticou mais delitos (assassinatos) e badernas públicas, acabou sendo indiciado e preso em Campina Grande mais ou menos entre 1984/85 e ainda se mantém pagando pena em um dos presídios pernambucanos. Sua aparição nas páginas policiais dos principais jornais, assim como para o senso comum foi tão marcante na década de 80, que ainda hoje, conversando informalmente com populares que vivenciaram o período, essas pessoas acabam confundindo Ataliba Arruda (que agia individualmente matando aqueles que considerava inimigo pessoal e não social) como tivesse participado do Grupo Mão Branca, sendo um dos seus componentes.

O LISTÃO

ARLINDO BOÇÃO - Arrombador; MORCEGO - Lanceiro; BARRÃO - Descuidista (Eliminado); PEIXOTO - Intrujão; PARAIBINHA - Arrombador (Eliminado); ROSENDO CARUARÚ - Intrujão; SEVERINO PASTEIRO - Descuidista; ENGELS BEZERRA - Traficante de tóxicos; BOBY - Traficante e maconheiro; PEDRO BENTO - Cascateiro; MARINEZ - Descuidista; IVONETE - Descuidista; GILVAN - Cascateiro; BASTINHO - Violeiro; PEDRO PALMEIRA - Estelionatário; ANTÔNIO SUASSUNA - Estelionatário; DEDÉ LIRA - Puxador de veículos; ROCK FERREIRA - Ponteiro e Puxador de carros; ZEQUINHA DO CARIMBO - Desviador de Cargas; CABO CABRAL - (PM) depenador de carros; DJALMA ALTO - Traficante de drogas; DJALMA DE ZÉ DOS COCOS - Faz cadáveres e desordens; DJALMA DE ZÉ PINHEIRO - Puxador de automóveis; ANTONIO DE COTA - Arrombador; ZÉ PIRRITA - Traficante de maconha e intrujão; MURRÃO - Intrujão; COROADO LIMÃO - Traficante de drogas; SARGENTO DECA (reformado do Exército) - Intrujão e traficante de drogas; ANTÔNIO BOCA DE TRAIRA - Puxador de Carros; LUNEZ - Puxador de carros e assaltante; WILLIAM CARIRI - Assaltante e desordeiro; NANA - descuidista; CEMA - Descuidista; MARTA DE MORATO - descuidista; LOURDES DA PALHOÇA - Descuidista e intrujona; GILBERTO - Descuidista e arrombador; ROGÉRIO - Viciado em tóxicos; CINA - Viciado em drogas e arrombador de carros; BERMUDA - Viciado em drogas e arrombador de carros (eliminado); GENILDA - Intrujona; MARIA - Descuidista; TEREZA - descuidista; ANTONIO DO BOLO - Intrujão; DULCE - Descuidista; CÍCERO PIRRITA - Ponteiro; CÍCERO BOI - Intrujão, Toxicomano, assaltante e homicida; NEGRO DA BOLA - Descuidista; BATISTA - Descuidista; NEGRO TOCO - Viciado em drogas e descuidista; QUEIMADAS - Descuidista e assaltante (eliminado); MOCOTÓ - Arrombador e descuidista (eliminado); GALEGO FISCAL (RUSSO) - Vigarista; MARIA GALEGA - Descuidista; NEQUINHO - Arrombador; GUACHITA - Lanceiro - JOÃO GOMES - Ponteiro; MARIA DAS NEVES - Descuidista; UM PM DE TRÂNSITO - Ponteiro; IRMÃ DE NÓ - Descuidista; CARRINHO BOIZINHA - Traficante; PALUGA - Descuidista e traficante; ZÉ DENTÃO - Vigarista; TAPIA - Vigarista; ANTÔNIO VIEIRA - Tráfico de dinheiro falso e negociações ilícitas; FERNANDO AZEVEDO - Tráfico de dinheiro falso; ADERBAL - Tráfico de dinheiro falso; TRÊS POLICIAIS CIVIS - Corrupção; UM ARAQUE DE POLÍCIA - Dedo Duro; BETO FUSCÃO (eliminado e riscado da lista); ROSTAND - Intrujão; EDMILSON - Descuidista; MARIA DE BIU - Intrujona; BERNADETE - Intrujona; PIRULITO - Assaltante de Taxis; PAULINHO - Lanceiro; IDROMEL - Assaltante; POMBO - Arrombador; PIPIA - Lanceiro; PÃO-DE-BICO - Descuidista; GEDA - Traficante; VICENTE GRANADOR - Traficante de drogas; PADRE CIRILO - Puxador de veículos e vigarista; DINDA - Assaltante; TRAMENHA - Latrocidia; SORVETEIRO - Traficante e descuidista; ATALIBA ARRUDA - Pistoleiro; LINDOLS ARRUDA - Desordeiro; NALDO - Descuidista; VAQUEIRINHO - Traficante; DAMIÃO - Arrombador; OS IRMÃOS CRENTES - Arrombadores; PAPA SERENO - Latrocidia; NAZARIO - Desordeiro e criminoso; OLINDETE - Viciada em drogas e descuidista; ZÉ BUCHADA - Desordeiro; SÔNIA DE NEGRO AILTON (Ela lanceira e ele descuidista); LUCIANO CARATE - Arrombador; LUCIANO DO SÃO JOSÉ - Traficante; BIL - Traficante; ZÉ LUIZ COTÓ - Intrujão e trambiqueiro; MATUZALÉM - Desordeiro; MATIAS - Arrombador; KLEBER - Arrombador e criminoso; CLOVINHO - Ponteiro; ZÉ RODEIRO - Ladrão de Bode; DALLAS - Estelionatário; GALEGO DA NORDESTE - Viciado em tóxicos; RATINHO DO CRUZEIRO - Descuidista; DOIS ADVOGADOS PROTETORES DE MARGINAIS, UM RABULA MILITANTE NO FORUM.

³⁷ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. O Listão. *Jornal Diário da Borborema*. Campina Grande - P-08- Seg. 14 de Abr. de 1980.

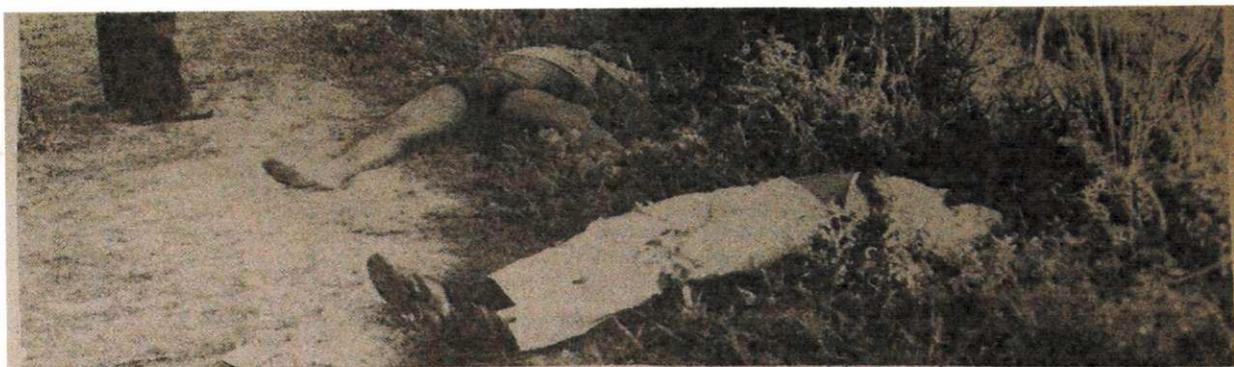
De acordo com a análise dos jornais de época, o “Listão” foi publicado entre Abril e Maio de 1980, entre outros motivos, essa lista de pessoas a serem executadas pelo “Mão Branca” servia de subsídio psicológico a chantagear aqueles que faziam parte do “submundo do crime. No caso por exemplo de Rostand citado na imagem 09 como intrujão ou interceptor, seu nome não aparece numa segunda publicação do Diário da Borborema. Segundo os jornalistas Assis costa e Hugo Ramos, que acompanharam na época toda a trajetória do grupo e relataram com ênfase nos jornais, “ se acredita que foi ‘Mão Branca’ ou a policia civil que recebeu dinheiro, só permanecendo os nomes de quem não podia pagar um resgate”.

Conforme relatou Assis Costa em uma de suas matérias, a ação do grupo de justiceiros começou a deixar os campinenses estarecidos no dia 17 de Abril de 1980. Naquele dia, o DB (Diário da Borborema) circulou com uma manchete dando conta do assassinato de três “bandidos”: Paraibinha, Mocotó e Queimadas. Logo após telefonema do “relação pública” “Mão Branca”, comunicando que havia serviço para polícia, o detento Marcos Antonio da Silva, conhecido por Paraibinha, tinha sido retirado da cela junto com dois menores anteriormente assassinados. Seu corpo foi encontrado perfurado por tiros de arma calibre 38, nas proximidades do bairro Cidade Universitária (Bodocongó). Como exposto nas imagens seguintes:



Imagem 12³⁸

³⁸ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. “Mão Branca” cumpre promessa: Mocotó, Paraibinha e Queimadas foram executados com 20 balaços. *Jornal Diário da Borborema*. Campina Grande. P.05. Quinta-feira, 17 de Abril de 1980.



Os corpos de "Mocotó" e "Queimadas", executados bem próximo um do outro



"Paraibinha" foi executado na estrada que dá acesso ao Hospital da FAP e sendo conduzido para o necrotério



"Queimadas" sendo colocado na viatura policial e chegando à Delegacia



A remoção do cadáver de "Mocotó" para a Central de Polícia



Imagem 13³⁹

³⁹ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. "Mão Branca" cumpre promessa: Mocotó, Paraibinha e Queimadas foram executados com 20 balaços. *Jornal Diário da Borborema*. Campina Grande. P.05. Quinta-feira, 17 de Abril de 1980.

As imagens 11 e 12 destacam a execução e a remoção dos corpos das três primeiras vítimas do “Mão Branca”, nelas a nítida impressão dos requintes de crueldade que o grupo exerceu na execução daqueles “marcados para morrer” cujo nomes foram expostos no “Listão”. Todos os eliminados apareceram torturados, com tiros de revólver na cabeça ou no tórax, além de serem “desovados” em terrenos estrategicamente planejados na cidade de Campina Grande ou municípios vizinhos, já que na década de 1980 lugares como o Bairro de Bodocongó (no caso os corpos da imagem 12), o Bairro do Catolé, especificamente terrenos próximo ao Estádio Governador Ernani Sátiro (conhecido por **O Amigão** e cuja inauguração se efetivou em 1975, no final do mandato do então governador Ernani Ayres Sátiro e Sousa) eram lugares afastados, de difícil acesso e precária iluminação, lugares estes que se tornaram acessíveis ou “ideais” a “desova” desses corpos.

Após os assassinatos de “Mocotó”, “Paraibinha” e “Queimadas”, no dia 18 de Abril também de 1980 uma quarta vítima do “Listão” foi eliminada. Tratava-se do ex-detento Barrão, cuja atividade principal na época era a de pedir esmolas na Feira Central, área de comércio movimentadíssima na cidade. Segundo os relatos nos Processos Criminais, Barrão foi preso por Zezé Basílio e todos os moradores da vizinhança presenciaram quando esse investigador de polícia, também conhecido como “policia de araque”⁴⁰ acompanhado de outros investigadores prenderam Barrão publicamente sem nenhuma explicação legal. Logo depois de ter sido levado preso, Barrão foi encontrado morto no outro dia perto de um lugar chamado Bananal, próximo dos limites entre as cidades de Campina Grande, Lagoa Seca e da favela da Cachoeira. A morte do ex-detento Barrão, regenerado e doente de leucemia, segundo opiniões de época e exposto tanto nos jornais quanto nas páginas dos depoentes do Processo Criminal, que entre os crimes cometidos pelo grupo esse assassinato foi mais um caso de tortura e sadismo, já que a vítima foi arrancada a força da favela da Cachoeira para ser eliminado. O local que foi encontrado seu corpo foi amplamente divulgado, como lugar de “desova” de corpos e oportunamente próximo a uma granja pertencente a Zezé Basílio. Assim como na reportagem do dia 17 de Abril, que divulgou com ênfase a morte das três primeiras vítimas, o caso do assassinato de Barrão também foi amplamente exposto e explorado pelos meios de comunicação, principalmente pelo Jornal Diário da Borborema, como publicado na manchete seguinte:

⁴⁰ Quanto à explanação sobre como havia até a década de 1980/90 e períodos anteriores o ingresso de pessoas na polícia brasileira, veremos mais a frente da escrita do referido trabalho. Quanto às informações sobre a morte e “desova” dos indivíduos dispostos no “Listão” reservamos ao final uma leitura mais elaborada sobre esses lugares, e as formas de tortura como representação simbólica.

Carrasco risca mais um da lista

“Mão Branca” executa “Barrão” com 16 tiros



O corpo de “Barrão” foi encontrado próximo ao Bananal, perfeitamente de acordo com a localização dada pelo Mão Branca

Aos 40 minutos da madrugada de ontem um agente da Delegacia de Roubos e Furtos recebia o seguinte telefonema: “não fique apavorado com a notícia. Aqui é ‘Mão Branca’. Tem um bandido no inferno. O corpo está nas imediações do ‘Bananal’, do lado esquerdo, antes da rampa, há uma estrada. O cadáver está lá. O resto é com vocês. Agora vou desligar, entendido?”

Como durante à noite vários telefonemas haviam chegado à Central de Polícia informando a existência de cadáveres em locais diferentes dos arredores da cidade, os policiais não deram crédito a ligação feita aos 40 minutos da madrugada de ontem, pois pensava-se tratar-se de mais um “trote”.

Os policiais permaneceram na Central de Polícia recebendo presos diversos, na maioria desordeiros e elementos embriagados. Por volta das 6 horas da manhã os policiais resolveram, depois da insistência dos repórteres, em fazer uma diligência para verificar se o telefonema dando conta da execução de mais um marginal era ou não verdadeira.

Uma viatura da Delegacia de Roubos e Furtos seguiu para a localidade “Bananal”, imediações de Bairro das Nações. O motorista da Polícia nem os investigadores e repórteres observaram a existência de uma estrada, bastante escondida, que havia antes da “lombada”, e a viatura seguiu pela BR-104. Numa outra rampa viu-se, do lado esquerdo, uma estrada estreita com marcas de pneus de carros. A camioneta policial entrou na ferrelada estrada, acompanhando as marcas deixadas por um veículo indo parar em uma residência ali existente.

Imediatamente verificou-se que ali não havia nenhum morto. O motorista fez a manobra e revelou que iria retornar à Central de Polícia “pois o telefonema havia sido trote”. Quando a camioneta desceu a lombada do “Bananal” observou-se a existência de uma outra estrada. Para tirar todas as dúvidas, os policiais entraram na chamada “vareta”, observando-se marcas de pneus de carros. Seguindo as a polícia encontrou um trabalhador braçal que transitava em sentido contrário, com destino a BR-104. Os investigadores perguntaram se ele havia “visto al-

gum cadáver por ali”, tendo o popular afirmado que sim, e que o corpo estava há poucos metros dali, debaixo de uma jaqueta. A viatura seguiu para o local, encontrando o cadáver exatamente onde o “Mão Branca” havia descrito.

IDENTIFICAÇÃO

Tendo em vista o grande estrago existente no cadáver, notadamente, no rosto onde observou-se vários tiros, e a falta de um olho, os policiais tiveram dificuldade para identificar o morto. Além do mais, o cadáver estava com parte do rosto sobre o solo. Quando o agente Jaramil “viu” o corpo identificou como sendo o de Antônio Cavalcante de Aquino - “Barrão” de 29 anos, casado, residente na Cachoeira, autor de várias entradas na Delegacia de Roubos e Furtos, sendo a sua última prisão verificada no dia 12 de março último por prática de armamento em uma residência.

16 TIROS

O corpo de “Barrão” foi encontrado com nada menos de 16 bolachos, assim distribuídos: 5 na ca-

beça, 1 no olho esquerdo, 2 no braço direito, 1 no ouvido, 1 no pescoço 2 no peito direito, 2 no peito esquerdo e 2 no abdômen.

O marginal estava estendido ao solo, estacionado no local onde fora executado, à beira da estrada e de fácil acesso ao Bairro das Nações. “Barrão” estava trajando calça preta, camisa amarela com “bolachas” pretas, calçado com sandálias japonesas.

O cadáver foi visto por um popular que passou pelo local, por volta das 6 horas da manhã, exatamente no ocasião em que a viatura da Polícia encontrou aquele destino, depois de rodar mais de vinte minutos procurando o corpo.

O trabalhador braçal que viu primeiro o corpo foi indagado pelos policiais, tendo o popular afirmado que, realmente havia constatado que na beira da estrada havia o corpo de um homem, sem nada de mais de uma jaqueta.

A viatura chefiada, pelo agente Jaramil seguiu para o local, ali encontrando a desolação. O local indicado pelo “Mão Branca” no telefonema foi feito para a Central de Polícia por volta das 6 horas da madrugada de ontem.



Policiais colocam o cadáver na viatura policial

Imagem 14⁴¹

Depois de uma “trégua” o grupo executou, segundo os indícios dos Jornais de época, o famigerado “Nego Rei”, em 13 de junho 1980. Esta noção de trégua é relativa como é noticiado na coluna binóculo do jornal:

(...) o famigerado Mão Braça deu ontem dois telefonemas desconhecidos. Para a polícia ele disse que iria fazer uma trégua, mas que todos seriam executados; Para o Diário da Borborema o carrasco afirmou: vou matar dois por dia a partir de agora... (Jornal Diário da Borborema, 19/04/1980, p-08- grifos do jornal).

⁴¹ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. “Mão Branca” executa “Barrão” com 16 tiros. *Jornal Diário da Borborema*. Campina Grande. P-08. Sexta 18 de Abril de 1980.

O corpo do "Negro Rei" com 16 tiros foi encontrado também em um lugar de "desova" do grupo, e apresentou indícios de crueldade, como nas vítimas anteriores: tortura, maltratos, etc. Como fica exposto na imagem: abaixo:

MÃO BRANCA

Mata assaltante com 16 tiros



"Negro Rei"

Impiedoso, **Mão Branca** voltou a agir, em nossa cidade, Executou o marginal Exedito Ferreira da Silva, o "Negro Rei", com 16 tiros. O corpo do bandido foi encontrado ontem pela manhã nas proximidades do Estádio O Amigão, com dois tiros na cabeça, cinco no peito esquerdo, três no direito, um no braço esquerdo, um no pescoço, um no olho esquerdo e

outro no direito, um no abdômem e outro nas costas.

"Negro Rei" tem mais de dez entradas na Central de Polícia e tinha como modalidade a prática de arrombamentos e descuidos. Ultimamente era apontado como o assaltante que atuava no O Amigão. No último dia 10, ele disse ao **DB** que não era o assaltante do "Amigão".

TELEFONEMA

Mão Branca havia telefonado para a redação do **DB**, às 21 horas da quinta-feira, anunciando que a partir daquela data voltaria a atuar. O repórter não deu crédito, pois pensava tratar-se de mais um trote.

! -Ontem pela manhã, o carrasco ligou para a Central de Polícia e

informou ao agente Jurandy "que havia um cadáver no amigão, Mão Branca disse: "vamos conversar pouco, pois não tenho tempo a perder. Estou ligando para informar que reiniciei minhas atividades. O assaltante "Negro Rei" está no inferno e o seu corpo nas proximidades do estádio "O Amigão. (Policial)

O cadáver sendo removido para o necrotério

Imagem 15⁴²

⁴² COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. "Mão Branca" mata assaltante com 16 tiros. *Jornal Diário da Borborema*. Campina Grande. P-01. Sábado 01 de Junho de 1980.

O grupo "Mão Branca" após tantos assassinatos cometidos e amplamente divulgados nos Jornais e outros meios de comunicação passaram a eliminar uma série de pessoas supostamente envolvidas com o mundo do crime. A lista, composta por 115 nomes, não respeitava sexo nem idade como explanamos anteriormente no primeiro "Listão" publicado em Abril de 1980 e como podemos observar num segundo documento também expedido pelo grupo, enviado aos jornais quase um mês depois:

POLICIAL

Campina Grande, sexta-feira 09 de maio de 1980

Mão Branca divulga novo listão

O relações públicas do Esquadrão da Morte, nacionalmente conhecido como Mão Branca, voltou a enviar carta a direção do *Diário da Borborema* anunciando a sua segunda **lista negra**, sendo que desta feita o personagem determina que os elementos incluídos na citada relação deverão deixar o Estado da Paraíba até o dia 31 do corrente mês sob pena de serem executados com a mesma marca que vem caracterizando a sua presença na Paraíba, qual seja, bandidos crivados de balas.

O carrasco, desta feita, não revelou apenas os vulgos dos elementos, como fez da vez anterior quando enviou cartas ao *Diário da Borborema*, Secretaria de Segurança Pública e Central de Polícia de Campina Grande, mas os verdadeiros nomes, endereços e "atividades" de cada elemento.

O ultimatum do justiceiro foi recebido com surpresa, uma vez que "os marginais por ele anunciados para morrer não foram, ainda, todos executados". Entretanto, pelas características e revelações contidas no segundo **listão**, o personagem - num trabalho de pesquisa profundo - não se preocupou, apenas, em relatar os vulgos, mas os próprios nomes dos que "irão morrer".

A NOVA RELAÇÃO DO MÃO BRANCA

Antonio Novo (ladrão e traficante); Iosinete Araújo Fonseca (maconheira e traficante - Avenida Canal); Olindina Francisca de Assis (cascateira e maconheira - rua Silva Jardim); Manoel Aristides Filho (assaltante e maconheiro - rua 2 de Julho); Reginaldo Souto Maior (vigarista e cascateiro); Maria do Socorro Costa (maconheira, cheira cola e traficante - rua Campos Sales); Joaquim Américo Gomes "Quinca" (ladrão e maconheiro - Tambor, nesta cidade); Milton Severino Pereira (arrombador de automóveis - rua Arrojado Lisboa, Monte Santo); Geraldo Francisco Zeca (descuidista e traficante - Bairro do Catolé); João Antonio de Abreu "Joca" (ladrão de animais - Montadas - Campina Grande); Severino Luiz da Silva "Canguru" (arrombador - Vila Cabral); Ricardo Pereira Tostes "Bico Fino" (traficante e maconheiro - Rua Castro Pinto); Jailton Gomes (travesti, traficante - Bairro do

40 em Campina Grande); Lindalva Margarida da Silva (ladra doméstica - Campina Grande); Antonio Natalino Agra "Natal" (ponteiro e maconheiro); Eduardo de Sousa "Edu" (Santa Teresinha - Campina Grande); Severino Ferreira dos Santos - Parajaracá - arrombador - Av. Redenção, João Pessoa; Edvaldo Orlando da Silva - homicida - João Pessoa; Gilvan Tavares Pessoa - ladrão; Maria do Carmo - intrujona - Av. Rui Carneiro, João Pessoa; José Gilberto Alves - lanceiro - João Pessoa; Luiz Carlos Rodrigues de Lima - ladrão, João Pessoa; Edvaldo Henrique da Silva, assaltante, rua Capitão José Pessoa - João Pessoa; Severino Ramos de Oliveira - ladrão de animais - Av. Beira Rio, João Pessoa; Antonio Francisco da Silva - intrujão - Av. Epitácio Pessoa - João Pessoa; Walter Trigueiro Vete - Estelionatário - João Pessoa; Erivaldo Pires da Silva - "Bilú" - descuidista, Mandacaru - João Pessoa; Francisco Trafuá - "Chico Trafuá" - intrujão - João Pessoa; Aureliano Barbosa - Arrombador - João Pessoa; Jurandir Ferreira de Brito - Traficante - Rua

Joachim Pereira de Melo - João Pessoa
Inaldo Severino - Lucínio
dos Santos - Traficante
Jardim Samaritano - João Pessoa

Roberto Galdino do Nascimento - "Beto Fuscão II" - Mandacaru - João Pessoa
Luiz Carlos Rodrigues - intrujão, rua
Paulino Albuquerque, Jaguaribe - João
Pessoa; José Hilton Vieira - ladrão - João
Machado - João Pessoa; Francisco
de Assis Marinho - Casquete II - ladrão,
rua Rafael Silveira, João Pessoa; He-
naldo Ferreira da Silva - intrujão - João
Pessoa; Edivaldo Ferreira Dantas -
intrujão - João Pessoa, rua General Pedro
Gonçalves; Arnaldo Carneiro da Silva
"pintado" - assaltante - João Pessoa
Luiz Avelino da Silva - assaltante - rua
do Rio, João Pessoa; Marinaldo Pereira
de Araújo - traficante - Maconheira -
rua José de Anchieta Mascarenhas -
ladrão - João Pessoa; Dorgival da Silva
ladrão e maconheiro - Bayeux; Altair
Mendes de Lima - traficante - Bayeux
José Francisco de Souza - intrujão -
José Gomes de Abreu - Bayeux - Car-
de Brito; arrombador de automóveis

Imagem 16⁴³

⁴³ COSTA, Assis e RAMOS, Hugo. O Listão. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande - p-08- Sexta 09 de Maio de 1980

Sempre que planejava matar alguém, o grupo ligava antes para os jornais fornecendo detalhes da execução e fazia o mesmo com a polícia indicando, inclusive, o local onde os corpos seriam jogados. O repórter policial do DB na época, Assis Costa, em uma de suas reportagens, conta que a direção do DB montou um plantão na Central de Polícia e outro na redação. Os repórteres ficavam até meia noite esperando o telefone tocar para correr até o local onde o corpo da vítima estaria jogado.

Segundo Paiva, o uso da força física contra suspeitos de crimes, apesar de ser um ato arbitrário e abusivo de poder, durante a Ditadura Militar no Brasil, assim como em qualquer outra região (no nosso caso Campina Grande-PB) foi um método imanente, principalmente porque essas práticas advinham da própria polícia e das características históricas da repressão e justicamento privado, sendo assim:

O uso injustificado da força física, como práticas abusivas contra suspeitos prisioneiros são características imanentes não só da polícia brasileira, mas de modo geral de todas as democracias latino-americanas. O velho hábito de “primeiro atirar e depois perguntar”, como é ensinado nos quartéis ou, utilizar-se de tortura como método de confissão, são práticas freqüentes porque raramente estes procedimentos arbitrários são investigados e quando o são, os responsáveis raramente são punidos.

Executar sumariamente suspeitos e criminosos não é exclusividade das polícias do eixo Rio - São Paulo, mas de todo o país. Essas execuções podem ter o caráter público como sendo de autoria da polícia, ou de revestir-se no “anonimato” através da promoção e divulgação de grupos de extermínio “(PAIVA: 2000).

Nesse limiar, a Paraíba, em entendimento Campina Grande na década de 1980, não esteve isenta de enfrentar tal ato, desencadeou em sua conjuntura, a formação desse grupo de “justicamento privado” fortemente elogiado por alguns, como também muito criticado e inibido por outros, a exemplo da Igreja Católica, segmento social muito significativo na época e que lutou ao lado da lei e do Estado (representado na figura do governador Tarcisio Miranda Burity) a favor dos Direitos Humanos, gerando iniciativas como palestras e movimentos (missas, mobilizações sociais através de passeatas, campanhas da fraternidade, etc.) agindo em unidade com o Ministério Público no indiciamento e subsequente prisão dos envolvidos do Grupo de Extermínio “Mão Branca”. Como fica exposto abaixo, o fragmento de um livreto publicado pelo Padre Redentorista Cristiano Joosten que nos foi doado durante uma entrevista realizada no mês de Abril de 2009.

O referido padre nos recebeu carinhosamente em sua casa no Colégio Redentorista de Campina Grande e disse que apesar de não ter participado da Comissão de Justiça e Paz, aberta pela Igreja Católica e pelo Bispo Dom Manuel Pereira da Costa junto aos advogados Geraldo Beltrão e Teresa Braga, vivenciou aquele momento “como se fosse hoje”. O livreto

traça a história e a missão dos padres Redentoristas na cidade, bem como a história de evangelização do Bispo Diocesano Dom Manuel Pereira da Costa (1962-1981). Para tanto, destacamos o fragmento que compõe a participação desse clérigo, intitulado: **“justiceiros desmascarados pelos Pequenos”**, segundo ele:

No dia 13 de Abril de 1980 a primeira página do Diário da Borborema apareceu com uma lista com o nome de 115 pessoas taxadas de marginais e criminosos com retratos e antecedentes criminais. Um elemento que se autodenominava de MÃO BRANCA avisou na mesma página que ia eliminá-los nos próximos dias. O espanto era geral, e alguns foram se lembrando que já no dia 13 de Março este mesmo sujeito MÃO BRANCA tinha avisado na Central de Polícia, por telefone, que chegaria para eliminar os criminosos. Todos ficaram também admirados que os nomes e os retratos de várias pessoas assassinadas nos últimos dias eram nomes da lista publicada no jornal. Parecia-nos que Mão BRANCA, de alguma maneira, tinha acesso ao arquivo da polícia! No dia 14 à noite me encontrei no Colégio das Damas com Tereza Braga e Irmã Etienne. Achamos que a brutalidade do anúncio era, mesmo em tempo de Ditadura com toda sua ideologia de “Segurança Nacional” algo fora dos limites que não podia ser aceito. Decidimos ir naquela mesma hora a casa do nosso Bispo. O encontramos lendo o livro de Hélio Bicudo: “O esquadrão da Morte”. Depois de poucos comentários sobre o acontecido, Dom Manuel nos disse: “Da minha parte, vou denunciar amanhã a viva voz o tal de MÃO BRANCA, vocês, da C J e P, vão articular uma plataforma cívica de apoio a uma representação pública que solicita uma intervenção do governo contra uma abominação deste tamanho”. No dia seguinte foi publicado nos primeiros noticiários que MÃO BRANCA tinha assassinado mais um da lista: Paulo Roberto Nascimento, o Beto Fuscão. Logo depois veio pelo rádio Caturité a palavra de Dom Manuel chamando o projeto de matança dos 115 uma VERGONHA NACIONAL, dizendo que MÃO BRANCA era outro nome vergonhoso por mais um Esquadrão da Morte. Ele dizia: “Numa terra onde se prega a doutrina da segurança nacional, grupos organizados matam e trucidam e levam insegurança a nós todos. Como explicar mortes misteriosas e impunes no anonimato? É indigno a um poder que se presa (sic) utilizar as mesmas que os bandidos...” (pág. 13/14).

O que fora exposto acima caracteriza tanto a marcante participação da Igreja Católica contra as ações de violência em Campina no início da década de 80, como reafirma os “resquícios” do poder que tal instituição exerce (eu) ao longo da História. Em nome da FÉ, da IGUALDADE e LIBERDADE coletiva e individual, a Igreja Católica, mesmo na atualidade, procura manter sua participação social efetiva, não tão marcante como em outros momentos da História da América e do Brasil (poder separado do Estado a partir da adoção da República, contudo até essa separação ambos os poderes foram protagonistas de diversos fatos históricos que não nos cabe aprofundamento nesse trabalho).

Os crimes, como constata nossa pesquisa, causaram revoltas da Igreja Católica ao ver que o caso poderia tomar proporção incontrolável, sendo muito divulgado pela Mídia, e que ocorreu justamente num período em que o “PAPA JOÃO PAULO II” estaria para visitar o Brasil. O Bispo da época, dom Manoel Pereira da Costa, pediu a intervenção do Estado. O então governador Tarcísio de Miranda Burity criou uma comissão Judicial presidida pelo

promotor Agnelo Amorim e a professora Estadual Letice de Brito Braga Lira (que posteriormente foi perseguida, mudou inúmeras vezes de residência, chegando a mudar de Estado), que prestava serviço na casa de detenção; sua irmã, a advogada Tereza Braga, que teve o muro de sua residência metralhado, e o jornalista Jânio da Costa Rêgo que atuou como escrivão. Entre as principais imagens publicadas tanto nos jornais como no Processo criminal verificamos:

Imagem 17⁴⁴

Igreja e entidades acusam indiferença do Governo nos crimes do Mão Branca

“Mão Branca, a nova face do Esquadrão da Morte” é o título de um manifesto distribuído ontem, conjuntamente, pela Igreja, advogados, professores, políticos e entidades sociais e de classe, denunciando a impunidade dos integrantes do Esquadrão e a indiferença das autoridades”, “que ainda não tomaram nenhuma providência.

Enfatiza, a nota, que “a morosidade na tomada de atitudes, diante da perseguição sofrida por padres e advogados, nos leva a crer que a vida de pessoas está em jogo”.

A nota, que traz também um apelo ao povo campinense, tem o seguinte teor:

“Os crimes praticados em várias cidades do Brasil, ocorrem hoje em Campina Grande. Escondendo-se sob o vulgo de Mão Branca, o Esquadrão da Morte assassina pessoas de modo arbitrário gozando de impunidade. Segue-se a estas ações a tentativa de desmoralizar e atemorizar membros idôneos da comunidade com o claro propósito de confundir a opinião pública e denegrir a causa da defesa dos Direitos Humanos.

“A morosidade na tomada de atitude, diante da perseguição sofrida por padres e advogados, nos leva a crer que a vida de pessoas está em jogo.

“Está patente a indiferença das autoridades!!! Isto porque apesar da Comissão de Justiça e Paz já ter se dirigido ao Governo do Estado nenhuma providência foi tomada até o presente momento, além da nomeação de um promotor para a realização de inquérito e da recepção de denúncias contidas num relatório.

“As entidades e personalidades que subscrevem esta nota conclamam toda a população campinense e paraibana a exigir das autoridades competentes, medidas concretas e urgentes que acabem de vez com a insegurança reinante em nossa cidade”.

Seguem as assinaturas: Pastoral da Juventude, Faustino Moura Neto; AMPEP, Agamenon Vieira da Silva; Associação Doméstica, Anaiza Otávia da Silva; Diocese de Campina Grande, D. Manuel Pereira da Costa; Partido dos Trabalhadores, Wagner Braga; Associação de Pós-graduados da UFPb; Wilton Cunha; DCE da FURNe, Marco Durão; Associação de Docentes da UFPb; Moema Soares de Castro; Vereador João Fernandes do PMDB; Diretório Acadêmico 11 de Agosto, Oliver Adriano Von Shtun; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Paulo Torres; Sindicato dos Bancários, José Brandão Maracajá; Comissão de Justiça e Paz; Padre Cristiano, Padre Charles, Hermanos Nepomuceno e Tereza Braga; Pastoral dos grupos Evangélicos, Abdias Miguel Patrício; Paróquia Sagrado Coração de Jesus, Padre Luis Vandaele; Paróquia do Rosário, padre Lorildo Soares da Silva; Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padre Cristiano; Paróquia do São Francisco; Frei Dagoberto; Capelão dos Hospitais S. Francisco, Frei Loyola; vereador Mário Araújo, do PMDB; Comitê Brasileiro pela Anistia; vereador Lindaci Medeiros, do PMDB; AMPEP José Neto Brasileiro, Letícia Braga Lima; PT Iracy Guimarães, Jonas Araújo Neto e Félix Araújo Sobrinho, PMDB Jovem”.



DOM HÉLDER FAZ HOMÍLIA FALANDO SOBRE VIOLÊNCIA, MISÉRIA E UNIÃO

Interrupção durante a missa por pessoas que saíram e se voltaram para dentro da sagrada Igreja de Jesus Senhor da Consolidação. Dom Hélder Câmara, Arcebispo de Brasília e Bispo, ao pregar a homilia de Missa do Dia, doutrina o povo pela manhã - celebrando especialmente em solidariedade com Dom Manuel Pereira e a Comissão de Justiça e Paz pelas atrocidades sofridas - além, repentinamente, sobre a violência, ressaltando todos os crimes e os crimes, afirmando que a violência não é a única, mas diz ele, “é a violência número um”.

Dom Hélder tentava a homilia com ênfase sobre os crimes de Dom Manuel Pereira “já que o abuso que se cometeu no País não só para nós, foi para todo o Nordeste, todos os Bispos, Padres, religiosos e leigos”, e logo após a conclusão, dentro do templo, levantaram-se alguns, protestando com todos os bispos e padres que acompanhavam a missa, sem gesto que simbolizasse a violência e o roubo.

Além de Dom Hélder, estavam presentes os Bispos: Dom José Maria Pires, que foi o bispo de Itapetininga (A paróquia do Rio de Janeiro), Dom Antônio Costa, Bispo de Natal, Dom Expedito de Paiva, Dom José Brilhante, de Paraíba, Dom Manoel Carneiro, Bispo auxiliar de Aracaju, Dom Francisco de Assis, Dom Fernando Gomes, de Mato Grosso, Especialmente representado de Dom Evaristo Aires, de São Paulo, estava o Frei Almirante Almeida.

A Igreja já se encontrava cheia, antes mesmo das 9h e algumas pessoas chegaram antes que os primeiros, perdendo lugares e cartões nas fileiras de bancos laterais, indicando de qual Paróquia se originaram.

Cum o tempo de um, outro logo após iniciar a missa, cerca de 400.



A Catedral ficou pequena para conter o número de pessoas.

Dom Manuel recebeu muita solidariedade

Imagem 18⁴⁵

⁴⁴ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. Igreja e entidades acusam indiferença do governo nos crimes do Mão Branca. **Diário da Borborema**. Campina Grande - p-08- Sexta 04 de Julho de 1980.

⁴⁵ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. Dom Hélder faz homilia falando sobre violência, miséria e união. **Jornal Diário da Borborema**. Campina Grande - p-12- Terça 05 de Agosto de 1980.

Sabemos que a Igreja Católica sempre exerceu um papel significativo junto à administração e imposição da ordem, elementos tão contundentes pelo que verificamos no que foi exposto até então. A problemática que rege nosso trabalho não é a de entender como ou até que ponto a Igreja Católica contribuiu para o “desmascaramento” das ações do Grupo de Extermínio “Mão Branca”, nem tampouco entender que “poderes” maiores sustentaram e justificaram por quase **um**⁴⁶ ano a crueldade contra tantas vidas humanas. Mas, fica nossa inquietação, se a Igreja não tivesse tomado iniciativa e solicitasse a intervenção política do Estado, até onde iria esse grupo? Já que ao publicar esse livreto o Padre Cristiano Joosten descreve a adesão de grande parte dos setores sociais na luta contra as ações de violência na cidade, para isso ressalta a coleta de assinaturas, como foi enfatizado, e ao mesmo tempo critica o governo Municipal em não aderir à campanha:

É necessário que a sociedade civil se mobilize isto é: Ordem dos Advogados, setores políticos, magistrados, entidades religiosas e sociais e opinião pública, para exigir que o poder público e a justiça cumpram seu dever em defender a sociedade contra este grupo que se esconde debaixo de um falso e criminoso anonimato”. A C J e P, agora com uma tarefa explícita no meio urbano fez o documento de Representação Pública e procurou as assinaturas. Era de novo uma hora da verdade. Uns assinaram de boa vontade outros se negaram ou até pediram para tirar seu nome posteriormente da lista das assinaturas. Uns faziam isto por medo outros porque ainda não tinham descoberto que o grupo de MÃO BRANCA (MB) organizava, eles mesmos, boa parte dos crimes praticados na cidade ou tiravam deles o seu proveito. Causou admiração que ninguém do governo municipal quis assinar a representação pública ou tinha protestado contra a atuação de MB. A Representação Pública foi entregue ao governador Tarcísio Miranda Buriti e este nomeou no dia 18 de Abril como procurador de Justiça o Dr. Agnelo Amorim. Este começou no dia 24 de Abril o trabalho de apuração dos fatos. As nove pessoas. A investigação foi concluída no dia 19 de Maio e entregue ao governador pela Comissão de Justiça e Paz no dia 27 de Junho. Apoiado por Dom José Maria Pires convidou Dom Manuel o criminalista Geraldo Beltrão para acompanhar os atos da justiça e do governo em relação o grupo do MB na polícia Civil e de outro grupo de criminosos na Polícia Militar.

Como vimos às figuras foram tomadas como registro histórico realizado por meio de ícones, de imagens pintadas, desenhadas, impressas ou imaginadas (...). A iconografia exposta até então, são registros com os quais os historiadores devem estabelecer um diálogo contínuo.

É importante destacar que a iconografia como fonte histórica, proporciona diversas

⁴⁶ Dizemos “um ano” porque as ações do referente grupo se deram com maior ênfase em 1980, entre seus seis primeiros meses foram mortos 09 marginais que apareceram no “Listão”, os períodos que antecedem e sucedem as ações 1979, 1982, 83, 84 e 85, verificamos outros fatores no tocante ao grupo. Em 1979, por exemplo, algumas publicações dos Jornais catalogados apontam o desaparecimento misterioso de algumas pessoas (marginais) que apareciam mortas sem explicação, e esses “sumiços” foram alvo de cogitações variadas. No tocante aos demais anos (1982 a 1985), verificamos o andamento da Comissão de Justiça e Paz, o processo de prisão, indiciamento e Júri dos cinco acusados: José Basílio- “Zezé Basílio”, Cícero Tomé, Antônio Gonçalves da Costa (“Temporal”), José Carlos de Oliveira -“ Cacau” e Francisco Alves.

informações, nas quais estão embutidos os pontos de vista de quem a produziu, por isso tomá-la como verdade é um grave erro que transforma a história em algo pré-concebido conforme interesses, quando se sabe que a História, embora passada, é dinâmica. As mais diversas formas de iconografia históricas foram criadas no sentido de impressionar o leigo, passando uma imagem para provocar impacto ao longo do tempo.

Percebemos que as imagens, sobretudo a fotografia (no nosso caso, representadas nos recortes dos jornais) como qualquer outra fonte de registro, por si só não constitui uma fonte de informação precisa e completa, isoladamente é como um ínfimo fragmento da história, essas imagens, portanto, mesmo que superficialmente interagiram com outros complementos ou fontes, quer sejam escrita, quer sejam visual ou de outras naturezas para uma verdadeira apreciação de seus registros. É dito popularmente que "uma imagem vale por mil palavras", mas esta frase só se fez sentido no nosso trabalho porque se procurou extrair palavras ocultadas na própria imagem iconográfica, não apenas as ligadas ao primeiro contato visual. Segundo se sabe uma fotografia por si só, já memorizou com fidelidade uma parcela da realidade que se situava no campo da objetividade. Quando observamos uma imagem devemos elaborar uma leitura apurada de que a interpretação do real pode representar-se forçosamente influenciada por várias interpretações anteriores. Sabendo que apesar da ampla potência de informações contidas em uma imagem, ela apenas traz informações visuais de um fragmento do real selecionado.

A partir da leitura iconográfica e bibliográfica das fontes verificamos como a violência desencadeia uma infinidade de fatores, entre eles o justicamento privado e os grupos de extermínio no Brasil. Nesse intuito, abarcaremos adiante, a visão de alguns autores sobre o tema, bem como, uma descrição da formação histórica da polícia brasileira e paraibana.

1.2-DAS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA AO “CONTROLE” DA POLÍCIA: JUSTIÇAMENTO PRIVADO (GRUPOS DE EXTERMÍNIO) NO BRASIL E NA PARAÍBA

“Os governos passam, as sociedades morrem, a polícia é eterna”.

(MANUAL-CFSD-2009)

A violência e coerção à liberdade individual não foi um fato isolado na década de 1980, seus reflexos advêm de um processo histórico agregado a uma organização policial brasileira arraigada ao militarismo conservador. Segundo a socióloga Maria Luciano de Paiva, entender o ideário da justiça e do justicamento privado no Brasil é tratá-los pensando na recorrência histórica de uma polícia *“repressora e militarista”*, nessa conjunção:

“... Esse conjunto de práticas e saberes tem recorrência histórica com a organização policial brasileira em torno do século 17, onde o *militarismo*, ou as *forças repressivas* desempenham papel primordial no processo de preservação da formação colonial. Embora tenhamos deixado de lado práticas de tortura e sadismo conhecidos com a utilização do *tronco*, *bacalhau*, *gargantilha*, etc.; indicamos de outra parte a noção de “ordem” retificada no principal crime perseguido, que era de *lesa-majestade* ou de traição ao rei e à Coroa. Um exemplo oportuno, passado o bicentenário de morte, é o de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

A referida autora descreve o “arquétipo” da Polícia como um órgão gerido pelo Estado ainda no período Colonial e explica porque durante muito tempo foi legal a prática de Pena de Morte. Tece também considerações para entendermos como o Estado monopolizou a violência de forma repressora, e o Rio de Janeiro, como palco de *exemplaridade* na formação de uma **polícia à brasileira**, já que durante muitos períodos de sua história e da história brasileira esse lugar foi sede política, administrativa dos “poderes centrais”. Assim sendo:

(...) Guardadas as proporções, identificamos uma questão de *exemplaridade*, demarcando um campo de particularidades para a instituição policial na cidade do Rio de Janeiro e também do Corpo Policial Permanente, origem da atual Polícia Militar Paulista. O que há de *exemplaridade* é que o fato de localizar-se na cidade do Rio de Janeiro a sede do governo Central. Assim, as leis e regulamentos judiciais feitos para todo o país e reelaborados ou simplesmente aplicados em nível dos poderes locais tomavam como referência, quase sempre, as ocorrências da capital. Isto porque, provavelmente, o Rio de Janeiro tende a *reproduzir* as relações sociais presentes na formação social brasileira. Identificamos uma tendência que vai se insinuando aos poucos no sentido de focalizar no Estado o monopólio da violência e repressão. A pena de morte passa a ser usada para crimes de homicídio. E, conseqüentemente, a necessidade da ciência e da técnica passam a ser justificadas, gradativamente, na luta contra o crime. (PAIVA: 2000).

Uma polícia que tradicionalmente sustentou e ainda sustenta os “poderes” no Brasil. Como vimos na reflexão da autora que elabora um percurso de como se deu a manutenção da ordem ainda no período colonial e explicita a formação da polícia e da repressão enraizada a hierarquia de valores estatais. Em suas origens, como descreve, a polícia brasileira se sustentou a partir da idéia de defesa da Monarquia⁴⁷ Absolutista de Portugal no século XVI, que procurava lutar contra invasões externas. No entanto, a experiência da colonização e a falta de recursos serão alguns diferenciais na constituição da polícia à brasileira, mas, esses diferenciais acabaram por justificar seu *militarismo e forças repressivas*, em outras palavras:

Quando afirmamos que a organização policial brasileira tem suas origens na idéia de defesa da monarquia, queremos dizer que o militarismo, ou as forças repressivas desempenha papel primordial no próprio processo de preservação da formação colonial. Sobretudo, na fase inicial da colonização, estas forças têm por função precípua de criar mecanismos para a ocupação e preservação da terra. Nesta fase, há evidentemente, uma identificação de todos os setores colonizadores com os objetivos destas forças. Todavia, não há sequer uma distinção entre o homem civil e o militar. Justifica-se assim, a afirmação de que as raízes da organização militar da formação colonial brasileira foram dadas, primeiramente, pela necessidade de assegurar a posse de terra. (PAIVA: 2000).

Analisando artigos que compõem o Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba, manual de 2009(MANUAL-CFSD-2009), encontramos trechos que demonstram o pensamento da socióloga Maria Luciano Paiva, citada acima, onde entende-se o surgimento da polícia e a idéia de defesa de Monarquia. Assim fica exposto:

Em 1549, Tomé de Sousa, primeiro governador geral do Brasil trouxe ao desembarcar no solo Brasileiro uma tropa de linha (exército: tipo de polícia que existia na época, com função dupla), que possuía a finalidade de defender os interesses portugueses no Brasil e cuidar também da segurança pública. Essa tropa era composta de 600 homens, todos Portugueses. Assim, essa força policial defendeu os interesses portugueses, mas era muito limitada, pois o território brasileiro era muito amplo e o efetivo muito reduzido. Assim, o governador geral sancionou Lei e obrigou aos senhores de engenhos a se armarem e defenderem por conta própria o território, principalmente o território dos próprios e verdadeiros donos “os silvícolas” (índios). Dessa forma, surgiram as milícias, que tinham poder de polícia e eram genuinamente brasileiras e então passaram a auxiliar a tropa de linha (Exército que também tinha função policial). Essas milícias constituem-se então como as primeiras instituições policiais brasileiras. Paralelamente as milícias, existiam as ordenanças, que eram organizações policiais não remuneradas, pois os próprios componentes defendiam tratavam de defende seus interesses particulares e de suas comunidades. (MANUAL-CFSD-2009).

⁴⁷ Sobre a afirmação da organização policial brasileira e suas origens na idéia de defesa da Monarquia regem as obras de SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, bem como em FERNANDES, Heloisa. *Política e Segurança*. São Paulo: Alfa - Omega, 1973.

Ao afirmar que a organização policial brasileira tem suas origens na idéia de defesa da Monarquia, a autora enfatiza como *o militarismo* e as *forças repressivas* desempenharam papéis importantes na conservação e formação da unidade territorial brasileira ainda no período colonial. Nesta fase, porém, apesar de se tentar manter a terra através da força, a inexistência de distinção entre um homem civil e um militar justificou a afirmação das raízes da organização militar da formação colonial brasileira arraigado no ato de posse da terra.

Nesse entendimento, alguns estudiosos sobre a violência urbana no Brasil como Sergio Adorno e Nancy Cardia afirmam que a existência de grupos de extermínio (grupos de justiça privados) não é fenômeno recente na sociedade brasileira tendo sido detectado desde a história colonial, dos conflitos seculares entre índios e bandeirantes, quilombolas e capitão do mato, entre Casa Grande e Senzala, grileiros e posseiros, cangaceiros e volantes, entre coronel e os moradores, nos dias atuais da “guerra” travada entre os bandidos e a sociedade, que corrobora no surgimento desses grupos de justiça privados nos grandes e médios centros urbanos.

Retomando ao apanhado histórico do surgimento e organização da polícia no Brasil e na Paraíba a entender o porquê dessa instituição manter-se arraigada ao *militarismo* e as *forças repressivas* o Manual de Formação de Soldados explica:

A realidade brasileira nos anos de 1830, a tensão que passava todo o Império e a criação, já no período da Regência, da **Guarda Nacional**, o embrião que deu origem as

Polícias Militares brasileiras.

O curto período da Proclamação da Independência e o período das Regências (07 de setembro de 1822 a 07 de abril de 1831) foi bastante truncado e acirrado com constantes revoltas internas, entre elas podemos destacar a Confederação do Equador (você já leu a respeito?), a precária situação financeira brasileira (balança comercial desfavorável) e os frequentes empréstimos obtidos junto à Inglaterra culminaram numa crescente onda de insatisfação dos brasileiros frente ao imperador e seu autoritarismo. Além desses problemas mencionados, não podemos deixar de ressaltar que o Brasil foi a única colônia que deixou de ser colônia e foi ser Império, administrado pelos seus antigos “colonizadores” (gozado não?) e, sua população não participou do processo de independência.

Esses problemas levaram a uma crescente insatisfação e um medo de que o imperador tivesse intenções de recolonizar o Brasil. O envolvimento do Brasil na Guerra da Cisplatina (1825) e na questão sucessória de Portugal (1826) serviu para elevar os ânimos brasileiros. Além desses motivos, a crescente falta de “jogo político” fez com que o imperador destituisse um ministério liberal, formado unicamente por brasileiros e os substituísse por outro, formado por portugueses. Foi à gota d’água.

Pressionado, Pedro I abdicou em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, com apenas 5 anos de idade.

Dentro do Império a 10 de outubro de 1831, na Cidade do Rio de Janeiro, quando o regente uno do Brasil era o Padre Antonio Diogo Feijó, resolveu-se criar um Corpo de Guardas Municipais Permanentes para combater em especial os movimentos sociais e em segundo plano defender a sociedade que tinha boas posses dos menos empossados.

Esse Corpo de Guardas substitua as ações da tropa de linha, que a partir daquele momento passou a ser exclusiva de defesa do território nacional. O mesmo decreto que instituiu a Polícia no Rio de Janeiro, capital do Império Brasileiro, também autorizou aos Estados a criarem suas próprias polícias. (MANUAL-CFSD-2009).

Segundo o exposto no documento podemos verificar que a polícia e sua estrutura civil e militar já no período Imperial da História Brasileira surgirão regulamentadas por lei e serviu de modelo na adoção de uma polícia efetivamente paga, disciplinada e formada por um corpo hierárquico completo e permanente uma espécie de infantaria, cavalaria. Como paralelo a esse **Corpo Policial Permanente**, foram criados vários outros corpos policiais para tarefas específicas, como foram os casos da **Guarda Policial**, depois a **Polícia Local** ou **Guarda Local** e especificamente para o interior, a **Companhia de Guardas Municipais** para policiar estradas. Posteriormente, várias fusões foram feitas entre as polícias, todas elas militares e com a Proclamação da República em 1891, a fusão da policias militares recebe o nome de **Força Pública**, denominação guardada até os anos de 1970. Segundo o Manual de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba:

As Guardas Civas foram extintas no Brasil em 1969 e em 1970, por Decreto Federal, a Polícia Militar ganha o novo nome de Força Pública, observando a Guarda Civil, a Polícia Feminina e a Polícia Marítima. (MANUAL-CFSD-2009).

E vai ser entre a conjuntura que compõe a formação da polícia e sua atuação, que aparecem no início da Primeira República os grupos de justicamento privado (Grupos de Extermínio) semelhante e com as mesmas características do grupo Mão Branca da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro e grupo Mão Branca de Campina Grande na década de 1980. Como ressaltam os jornalistas Adriano Barbosa e José Monteiro:

No início de 1958, o Rio vivia dias muito difíceis, em termos de segurança pública. Homens perigosos, numa até escondida ousadia, assaltavam roubavam, matavam e ainda enfrentavam a Polícia. As autoridades admitiram até mesmo que a criminalidade se organizara em bandos ou quadrilhas, tal qual a desenvoltura e eficiência com que levavam a termo seus objetivos. O chefe de Polícia, General Amauri Kruehl... Decidiu criar um Grupo de Diligências Especial, diretamente subordinado ao seu gabinete. Entregou a chefia ao detetive Eurípedes Malta (...)

Enquanto os crimes alardeavam sua força e seu desafio, o Grupo de Diligências Especiais do General Kruehl operava em silêncio. As manchetes dos jornais começaram a mudar. Ao invés dos assaltos com roubo e tiroteios, o destaque eram chefões de bandos encontrados mortos, crivados de tiros, numa subida de morro, num barranco qualquer.

Era a primeira vez que a desatualização do nosso aparelho policial impunha uma ação de emergência pra “consertar” as coisas que caminhavam errado em termos de prevenção contra o crime. A notícia mais remota que se tem desse tipo de ação, na História da Polícia carioca, foi a de um Mão Negra, que andou matando marginais talvez lá pelos idos da República. Mas sem semelhanças com o Grupo de

Diligências Especiais, que a imprensa batizou de Esquadrão da Morte. (BARBOSA: 1985).

De acordo com Maria Luciano Paiva, as características de uma polícia repressora e militarista não demarcaram apenas a Colônia e o Império e início da primeira República, essa mesma polícia durante o “Estado Novo” (1937-46) agirá indiscriminadamente: matando, reprimendo e perseguindo políticos, criminosos comuns, suspeitos, etc. Mantêm-se assim os traços de atrocidades, crueldade e extermínio, traços estes que se arrastarão até o golpe de 1964 e se perpetuarão com a Lei de Segurança Nacional que sustentou todo aparato repressor da Ditadura Militar no Brasil. Nesse contexto, explicita a autora:

No Estado Novo, temos um estado eminentemente *policialesco*, que encheu as prisões de presos políticos e fez seus opositores viverem os horrores que as chamadas classes pobres sempre experimentaram nos cárceres (...). É no governo Getulista deste período, que a polícia prende indiscriminadamente militantes políticos, criminosos comuns, suspeitos, mantendo-os presos pelo tempo que quisesse e utilizando-se da tortura e de práticas de extermínio “(PAIVA: 2000)

O período da Ditadura Militar, portanto, será o ápice da repressão do militarismo cometido pela Polícia e seu papel passa a ser significativamente importante na sustentação a repressão e censura de todos os segmentos (jornais, escolas, universidades, etc.). A Lei de Segurança Nacional compreende a exclusividade adquirida no sentido de *exterminar* o que consideravam *criminosos políticos* e simultaneamente *criminosos comuns*. Segundo a socióloga Martha K.Huggins⁴⁸:

Promulgado apenas nove dias depois do Golpe militar (9/4/1964), o primeiro “Ato Institucional” repressivo o novo governo militar apresentou inúmeros aspectos autoritários. Fixou nova data para as eleições presidenciais de Novembro de 1965, conduzidas pelos Militares, reduziu drasticamente os poderes do congresso Executivo militar, suprimiu os direitos civis de extensa lista de cidadãos e estabeleceu condições para suspender por dez anos os direitos políticos de indivíduos- a chamada “cassação”. A repressão governamental ampliou-se entre meados de 1964 e fins de 1966 na medida em que o General Castelo Branco – presidente do Brasil nomeado pelos militares- desencadeou uma “Operação Limpeza” de âmbito nacional para eliminar os “subversivos” dos sistema político, militar, administrativo, policial e judiciário em âmbito federal, estadual e municipal . Nas ruas, onde batidas policiais e militares executavam a “limpeza”, houve amplas buscas, detenções e prisões em massa. No final da primeira semana após o golpe militar, mais de 7 mil pessoas haviam sido detidas no Brasil. Depois de mais de três meses, aproximadamente 50 mil pessoas haviam sido presas. A Time Magazine

⁴⁸Cf. HUGGINS, Martha K, Mika Haritos Fatouros e Philip G.Zimbardo; tradutor Lóllio Lourenço de Oliveira. In: **Operários da violência: torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras**: Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2006. A referida obra aborda uma rica coletânea de textos organizados pelos autores norte-americanos que elaboraram uma pesquisa e entrevistas com 23 ex-policiais civis e militares (“perpetradores” ou “operários” da violência como intitulado na obra) que participaram de Grupos de Extermínios no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985).

(17/04/1964: 49-50) apresentou a estimativa de que, no decorrer de uma única semana do início de Abril de 1964, pelo menos 10 mil pessoas foram detidas- 4 mil só na cidade do Rio de Janeiro.”(HUGGINS: 2006).

A Força Pública naquele momento ganha proeminência subordinada ao Exército, através da criação das Inspetorias das Polícias Militares. O comando exercido diretamente por oficiais do Exército se transforma na força auxiliar das Forças Armadas que uma vez integrada, se voltou ao combate de *“guerrilhas rurais e urbanas”*.

É importante entender que nascem nesse mesmo período na Polícia Militar, as equipes formadas para reprimir a *“guerrilha urbana”* e que posteriormente ficam conhecidas por *“ROTA”* ou *“Esquadrões de Morte”*. *“Grupos de execuções”* que na verdade se configuraram como batalhões da polícia especializada em perseguir e exterminar *“suspeitos”*.

Com o fim da Ditadura Militar, em 1984/85, o Estado pára com as perseguições aos grupos políticos e cidadãos comuns assim como inibe as repressões aos atos públicos. Nesse mesmo período, a polícia toma como alvo principal de suas investidas o combate a criminosos que praticavam atos como roubos, homicídios, lesões corporais, etc. Contudo, o alvo dessas investidas policiais continuaram sendo a *“escória social”*, indivíduos de baixa renda, favelados e/ou negros.

As forças policiais são inerentes aos dias atuais, a violência na verdade é um processo contínuo e irrelevante, talvez em quase nada tenha mudado suas práticas e quiçá se apresentem muito mais intensas e atrozidades em vários âmbitos sociais (na escola, na família através de atos abusivos contra mulheres e crianças, nas comunidades ricas ou periféricas, etc.). Hoje, podemos dizer que os Esquadrões da Morte continuam atuantes em muitos centros metropolitanos, como o mostram, por exemplo, os acontecimentos e o inquérito policial desenvolvido para esclarecer as chacinas de Vigário Geral, da Candelária e de Acari, no Rio de Janeiro, neles há o nítido envolvendo de policiais, políticos, bandidos comuns e traficantes de drogas.

Em algumas cidades de médio ou grande porte, atos de *“justiçamento privado”* ainda são bastante comuns através de *“execuções”* e perseguições a minoria pobre e marginalizada, acentuada característica do *“Crime organizado”*. Dessa maneira podemos notar que...

Atualmente, paralelo e essas execuções, continua a existir o chamado *“crime organizado”*, que no Brasil pode ser formado por criminosos comuns, funcionando em diversos setores incluindo o do narcotráfico. Isto ocasiona um profundo descrédito da população quanto à honestidade e eficiência da polícia, restando-lhes apenas recorrer a práticas de justiçamento privado, como os linchamentos e os crimes de mando e em alguns momentos dando apoio a grupos de extermínio. (PAIVA: 2000).

Destarte na concepção dos autores Adorno & Cardia⁴⁹, três circunstâncias contribuem para problematizar o esforço de caracterização de grupos de extermínio e violência urbana no Brasil. Alguns autores admitem primeiramente que nem sempre é possível “estabelecer com clareza as fronteiras entre a ação do grupo de extermínio e a ação de linchadores, notadamente porque possuem algumas características comuns – como o anonimato, os rituais de morte e, sobretudo as motivações de ordem moral que inclinam as ações para o desejo de vingança e liquidação judicial imediata, sem apelo a instituições de mediação – o que dificulta a distinção”. Tendo em vista que é freqüente a ação do grupo de extermínio estar associada à violência policial e tenha por alvos preferenciais jovens e adolescentes. Em terceiro, porque o fenômeno envolve ações de grupos de indivíduos isolados, o que torna o fenômeno ainda mais multifacetado.

A esse respeito, um levantamento realizado nos anos de 2005 e 2006 pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (SDS/PE), constatou a existência de 170 quadrilhas atuando na Região Metropolitana do Recife (RMR). Ganha destaque os chamados grupos de extermínio, desses, atuam 83 na RMR. Duas facções se destacaram na execução desse tipo de crime: os Thundercats e os Abelhas. O segundo grupo ainda está operando. O primeiro foi quase que totalmente desarticulado pelas forças de segurança pública do estado⁵⁰.

O sentimento de insegurança advindo da violência generalizada tem gerado mais angústia e medo na sociedade. E nos últimos tempos tais sentimentos têm alcançado todas as classes sociais, dos guetos aos bairros mais abastados das cidades. O medo está presente em várias maneiras como se referem

O medo do aquecimento global, do subdesenvolvimento, do crime organizado, das armas nucleares, do imperialismo, do terrorismo, são apenas alguns dos muitos medos que vivenciamos. Porém, existe um medo que está muito mais próximo do nosso cotidiano: o medo da violência urbana. Medo e violência parecem mesmo andar juntos (LUIZ e HELENA: 2007.p.01).

O sentimento de insegurança e medo nas cidades é real, resultante, dentre outros fatores, da atuação de grupos de extermínio, organizações criminosas típicas de regiões pobres, com atuação ainda restrita, os quais surgem para criar uma “falsa segurança”, dando um suporte à sociedade que o Estado não consegue dar. Em meio às brechas deixadas de maneira, proposital ou não pelo Estado, tais grupos se inserem criando uma nova ordem,

⁴⁹ Cf. ADORNO, S. & CARDIA, N. “Dilemas do controle democrático da violência: execuções primárias e grupos de extermínio em São Paulo”. São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência - USP, 1997, Mimeo.

⁵⁰ Anais do Iº SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE AS GEOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA E DO MEDO: “POR UM ESPAÇO GEOGRÁFICO SEM CÂRCERES PÚBLICOS OU PRIVADOS”. Autores: Messias Luiz e Lúcia Helena: *Thundercats e Abelhas: Medo e Violência na Pós-modernidade: a Ação dos Grupos de Extermínio em Pernambuco*. UFPE – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Recife, 2007.

exterminando as “mazelas” ou “grupos perigosos”. Até então, esses grupos não são uma ameaça aos demais membros da sociedade, exceto aos ditos “refugos humanos” ou vagabundos.

A polícia como vimos no contexto que estudamos aparece como a protagonista central dos crimes contra a maioria pobre e marginalizada, a “escória populacional”. A mesma polícia que historicamente deveria ser um órgão a se responsabilizar e agir pela segurança do cidadão tem efeitos contrários à ética e moral que deveria reger sua prestação de serviço. Porém, como explicar esses fatores, o que levaria a um ou mais policiais civis e militares a agirem e perseguirem “cidadãos” e se sentirem os redentores e salvadores da paz? A partir da análise dos próprios jornais pesquisados, entendemos que a instabilidade proporcionada pelo Estado é um dos principais componentes desse processo, visto a falta de investimentos propriamente ditos, além de manterem-se arraigados a uma rígida preparação e escolha de seu efetivo (componentes do corpo policial). Assim, apreendemos por meio das leituras realizadas em algumas charges dos jornais de época como os cidadãos pareciam ou eram caracterizados como inseguros com o que estava acontecendo em Campina Grande, já que a própria polícia não garantia a segurança.

Imagem 19⁵¹Imagem 20⁵²

⁵¹ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. Coluna Opinião. *Jornal Diário da Borborema*. Campina Grande. P. 04. Terça. 08 de Jul.1980.

⁵² COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. Coluna Opinião. *Jornal Diário da Borborema*. Campina Grande. P.04. Sab 12 de Jul.1980.

Imagem 21⁵³Imagem 22⁵⁴

Diante da fragilidade do Estado em garantir a efetivação dessas ações, a segurança pública torna-se privada considerando a incongruência de se combater a violência com a própria violência a emergir mais violência. Assim, os grupos de extermínio, ao que tudo indica, representam de fato uma falsa segurança, e o pior: são aceitos ou tolerados pelas populações, tudo porque o Estado, ao invés de combater tudo isto com programas sociais e educacionais, não fazem sua parte.

Observa-se que os grupos de justicamento privado cumprem nas suas “comunidades” o papel de “protetores” e são agraciados. Muitas vezes, aqueles que “contribuíam” na forma de pagamento dos *serviços* ou que apoiaram as suas ações. Essa frágil relação entre aqueles que oferecem segurança e aqueles que são “segurados” existe porque as favelas e lugares segregados das cidades (bairros populares, becos e cortiços) tornaram-se espaços não só de exclusão, mas um destino certo para os chamados/considerados “refugos humanos”. Torna-se “normal” em um espaço menosprezado pelo poder público, a ascensão de “poderes” paralelos que transformam tais espaços muitas vezes em territórios autônomos, com regras próprias.

Segundo Zygmunt Bauman

A segurança, como todos os outros aspectos da vida humana num mundo inexoravelmente individualizado e privatizado, é uma tarefa que toca cada

⁵³ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. Coluna Opinião. *Jornal Diário da Borborema*. Campina Grande. p. 04-Terç. 07 de Out. 1980.

⁵⁴ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. Coluna Opinião. *Jornal Diário da Borborema*. Campina Grande. p. 04-Quinta-feira. 04 de Dez. de 1980.

indivíduo. A “defesa do lugar” vista como condição necessária de toda segurança, deve ser uma questão de bairro, um ‘assunto comunitário. (BAUMAM: 2003. p.102).

Ao catalogar alguns jornais de 1978 a 1985, verificamos na prática a afirmação acima, já que várias reportagens (principalmente nas crônicas policiais) dão ênfase à falta de segurança associada à carência de contingente policial, levando além do aparecimento de grupos de justiça privada, como é o caso de Grupos de Extermínio a ação de guardas particulares provocando desordens e abusos contra a população, entre essas crônicas, vale destacar a de **“Olho de Lince”**:

Ainda não se encontrou uma solução contra os abusos dos Guardas Noturnos... Está na hora dos comandantes estudarem uma maneira de tirarem esses guardas de circulação a fim da manutenção na segurança...

Em toda grande cidade existe um serviço de Guarda Noturno, organizado por lei... São homens preparados, nunca interferindo no serviço Policial, mantendo a contra investidas de marginais que agem à noite. Aqui, nunca se ouviu falar que se tenha prestado serviço à comunidade, sequer prenda, um ladrão, ferir ou até matar, isso já existiu...

Retratando que Campina Grande já possuiu segundo seus moradores mais antigos uma Guarda Noturna organizada, até com Quartel comandante e tudo. Campina Grande deveria estudar como organizá-los. Já está na hora de se organizar novo corpo de Guarda Noturno, competindo aos Senhores Delegados dos Costumes estudar uma maneira para isso. Em João Pessoa existe uma Guarda Noturna cujo Estado mantém verba para sustentar os que nela trabalham.

Alguns alegam que esses “papa serenos” ajudam muito em um Posto Policial servindo para entregar intimações e até fazendo pressões o que é bastante errado. No entanto é de se lamentar que a polícia por faltar elementos em suas fileiras venha precisar de civis sem qualquer formação fazer trabalho que só a ela compete.⁵⁵

Para associar a insegurança imbuída à carência do próprio Estado em selecionar e capacitar o policial isso não apenas na década de 1980, mas como em outros períodos históricos e entender como “entre brechas” apareceram tais categorias de trabalho (Guardas noturnos e grupos de justiça privada) que se auto-intitularam responsáveis pela manutenção da ordem, por isso é significativo pensarmos historicamente como surgiu a polícia paraibana. Nesse contexto, seu aparecimento está agregado à formação de uma guarda Municipal:

A polícia Militar da Paraíba no ano de 1831 foi pioneira em criar um ano antes da instituição do Corpo de Guardas Municipais Permanentes dois tipos de serviços semelhantes ao serviço policial. Eram as rondas cívicas e a guarda municipal provisória do Estado da Paraíba, mas só criou a Guarda Municipal Permanente da Paraíba (atual Polícia militar) em 03 de fevereiro de 1832.

⁵⁵ LUNA, Maciel Gonzaga de. Crônicas “Olho de Lince”. *Jornal da Paraíba*. Campina Grande. P- 4. B-Policial. Quarta-feira, 15 de Fevereiro de 1978.

Além de uma Guarda - Municipal mais tarde transformada em Polícia, as “Ronda Cívicas” representaram um serviço semelhante, mas não iguais aos dos “Guardas Noturnos”, pois:

As Rondas Cívicas foram um serviço autorizado pelo governo, mas sem remuneração e foi criado devido às grandes agitações sociais da época. Era auxiliar da tropa de linha (Exército), ou seja: auxiliavam a tropa de linha na tarefa de segurança, trabalhando sempre em conjunto, sendo subordinada diretamente a um juiz de paz.

Sabe-se até então que os “guardas-noturnos” ou “papa serenos” como eram popularmente conhecidos não tiveram a mesma força e autoridade para funcionar tal quais as “Rondas Cívicas”. Podiam até possuir semelhança no tocante a não terem vínculos diretos com o Estado, mas em muito se diferenciaram das “Rondas Cívicas”, no sentido de que compunham seu efetivo: homens pobres e desempregados, que assumiam as funções particulares de cuidar das ruas, praças ou logradouros em troca de favores da comunidade ou pagamento por sua prestação de serviço oferecendo uma “falsa segurança” e , quando não, entre esses estavam marginais armados e que agiam arbitrariamente através da força e autoridade imprópria. Como bem exposto nos jornais cotejados, no quando crônica policial:

Registra a crônica policial. Os guardas noturnos, organização criada para vigiar as ruas da cidade, defendendo o patrimônio das famílias contra a ação dos mal-feitores, está se tornando perigosa à tranquilidade e segurança das pessoas.

Os guardas noturnos, abusando do uso de armas que lhes são confiadas para o trabalho de policiamento noturno, estão se convertendo numa rédua de criminosos, assassinando a três por quarto.

Nada menos de quatro crimes de morte foram praticados nos últimos meses em Campina Grande por elementos da guarda noturna. O mais importante a ser assinalado. O mais importantes a ser assinalado nesses fatos é que algumas das vítimas dos ferozes vigilantes eram pessoas que se encontravam completamente desarmadas, e que não tiveram oportunidade de esboçar nenhuma defesa, não se tratando sequer de indivíduos que fossem flagrados na prática de qualquer ação criminosa.

Com tal procedimento, a guarda noturna que deveria merecer a confiança do povo que paga os seus ordenados para que eles zelem pela segurança, vêm se transformando em elementos perniciosos a ordem pública e, portanto, carentes de serem afastados do serviço que exercem, pela falta de confiança que inspiram a população⁵⁶.

No tocante à insegurança pública e à prática de violência generalizada na Campina Grande da década de 1980, conferimos ainda que os principais componentes do Grupo de Extermínio “Mão Branca” foram policiais ou investigadores de polícia, homens que na teoria deveriam proteger o Estado e não o fizeram, ao contrário, amedrontaram, particularizaram a

⁵⁶ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo *Jornal Diário da Borborema*. Campina Grande. Página de crônicas policiais. Quarta-feira. 15 de Fevereiro de 1980.

ordem, cometeram atrocidades como: extorsão, corrupção, tortura, vício em drogas, etc. Policiais Civis que praticavam “(in) justiça com as próprias mãos”. Como podemos ler na exposição dos dados extraídos dos Processos Crimes:

O primeiro denunciado pela Promotoria Pública, José Basílio, também conhecido com Zezé Basílio, investigador de polícia, proprietário de oficina mecânica de carros e de uma casa de venda de carros usados, era acusado de extorsão de dinheiro e objetos furtados pelos marginais...

O segundo denunciado Cícero Tomé de Sousa, investigado e supervisor de polícia, partilhava das mesmas atividades ilícitas de seus colegas, ou seja, extorquindo, torturando, prendendo ilegalmente alguns ex-presos ou pessoas pobres...

O terceiro denunciado Cacau, era viciado em drogas e amigo de Temporal, também foi um dos componentes do grupo de extermínio considerado pelas vítimas como sendo o ‘araque’ de polícia, que é aquele que extorque para outros policiais, dinheiro e objetos dos marginais e de pessoas pacatas, mediante exação violenta ou ameaça, suas coletas de propinas geralmente eram destinadas para Zezé Basílio.

O quarto denunciado também investigador de polícia, Antônio Gonçalves da Costa, mais conhecido como Temporal, não era o que se poderia chamar de uma pessoa calma, como seu nome indica e também pelo fato de que a própria ex-mulher testemunhou contra ele nos autos processuais, denunciando seus crimes e apresentando cartas íntimas do casal onde ele conta o esquema de corrupção dentro da Polícia Civil de Campina Grande no tempo que foi policial⁵⁷.

Tais fatores devem-se principalmente ao fato de que, a partir da década de 1980, tanto a Polícia Civil como a Militar, apresentam graves problemas de corrupção, e adesão de policiais envolvidos no chamado “Crime Organizado”, que inclui o tráfico de drogas e roubos, em sua maioria esses atos foram protegidos pela própria polícia.

Na pesquisa, encontramos intelectuais: jornalistas, juristas e outros segmentos sociais que partem em defesa da polícia brasileira e até mesmo do justicamento privado que a mesma pratica (ou). Alguns desses levantam a bandeira para a impunidade, à injustiça de modo que os lugares as quais assumem nesse processo acabam reforçando e arrastando a sujeira da desigualdade.

⁵⁷ Denúncia redigida pelo Promotor Antônio de Pádua Torres em 25/07/1980 nos autos nº. 3431/80, nº. 020-Volume 01; pp. 255.

1.3- EM DEFESA DE UMA POLÍCIA JUSTA SÉRIA E EORGANIZADA

“A polícia é a instituição oficial, hierarquicamente organizada, encarregada da manutenção da Ordem Pública nos respectivos Estados, Territórios e no Distrito Federal. É a faculdade discricionária da administração pública de limitar, dentro da lei, as liberdades individuais, em favor de interesse maior da coletividade”.

(MANUAL-CFSD-2009).

Continuando a indagar: onde o Estado fracassou, poderá a *comunidade local*, uma comunidade corporificada num *território* habitado por seus membros e ninguém mais, deve “está segura?” Ou “sentir-se segura?” Poderá também essa mesma comunidade servir de vítima às ações de grupos particulares? Entendemos que os membros do grupo “Mão Branca” foram indivíduos semelhantes aos próprios “sujeitos perigosos” a quem eles mesmos combatiam, na verdade, não foram à solução viável dos problemas da violência recorrente. Uma vez que essa violência se acentuou e se acentua ainda hoje, desencadeando o medo, a insegurança e a perda do referencial de nós mesmos em detrimento à marginalidade. Nossa realidade infelizmente nos condiciona (ou) costumeiramente a fechar nossas casas com muros ou grades se quisermos ter “segurança”.

Será que ao supostamente nos proteger contra o aumento desenfreado desse mal, tão real e complexo em qualquer cidade acabamos reforçando-o? Nossa intenção no presente exposto, não é de julgar lugares, mas de tentar refletir sobre eles, é a de analisar, criticar e pensar como, ou se, alguns setores sociais, entre eles os intelectuais e letrados, partiram em defesa da polícia brasileira.

Nesse limiar, a citação que abre o presente sub-ítem do capítulo, como verificamos, é um fragmento do Manual de Formação para Soldados da Polícia Militar da Paraíba, publicado em 2009 com intuito de preparar os ingressos da Polícia Militar aqueles que se submeteram ao último processo seletivo (concurso) de efetivos oferecido pelo Estado ainda no final de 2008 e início de 2009.

O referido fragmento é parte de um dos artigos que visa entender a história da Polícia Militar da Paraíba e aviva a idéia de que é o único órgão responsável para a manutenção da ordem pública tendo por base a *hierarquia militar repressora*. Cabe aqui, no entanto, a

inquietação de entender porque alguns jornalistas como Adriano Barbosa⁵⁸ e José Monteiro⁵⁹ partiram em defesa de uma polícia **justa, séria e organizada**. A obra escrita e publicada em 1980 por ambos jornalistas a qual nos instiga a análise de tais informações intitula-se: **“VIOLÊNCIA: DO ESQUADRÃO AO MÃO BRANCA”**. Logo em seu prefácio expõe que a intenção do livro é a de mostrar **verdade(s)** sobre a polícia devido ao desconhecimento que o povo tem sobre a mesma, ao mesmo tempo em que tenta se afastar de um compromisso em mostrar as verdadeiras faces e (dis)farces dessa polícia, os autores acabam aludindo-a, exaltando seus ícones(personagens).

Os capítulos do referido manual compõem descritivamente como policiais de alta (delegados) ou baixa patentes (soldados) se sentem na defesa da ordem e da justiça. A obra resumidamente descreve a trajetória de mais de 60 policiais e acaba apenas por elogiar seus feitos, sua participação nessa conjuntura. Vejamos o fragmento introdutório de uma das histórias desses personagens:

Delegado
ODILON CASTELÕES

Não são poucos os policiais que fizeram de sua profissão uma devoção; não são muitos os que fizeram nela irmãos de perigo e dever. Entre uns e outros, na história da Polícia brasileira, a presença de Odilon Castelões Moreira César. Aqui, sua verdade, seu sentimento, seu depoimento:
-Sou policial por vocação e por paixão.
- A minha vida funcional, entretanto, mais parece uma montanha russa, cheia de altos e baixos, ora estou à frente de uma Delegacia, ora chefiando um serviço especial contra o banditismo, ora estou encostado, sem função nenhuma, no ‘museu’ como se diz na gíria policial”. (BARBOSA e MONTEIRO: 1980).

Ao traçar todo um perfil individual de mais de 60 policiais e seus respectivos depoimentos a serviço do “amor” e dedicação pelo dever. (Entendo que) Os autores não contribuem para pensar como essa mesma instituição desvirtuou a ética e a moral que deveriam compor seu funcionamento e acabou coibindo as atrocidades, as desigualdades e insegurança.

Na verdade, discurso proferido pelos autores se realiza em defesa do corpo policial da época, pois tece desde a primeira capa da obra a foto e fragmento escrito sobre um ex-policial que morreu em nome do serviço e dever e se tornou um “mártir e mito” dessa empreitada:

⁵⁸ Adriano do Nascimento Barbosa foi repórter da cobertura policial do Rio de Janeiro. Morreu no dia 31 de Dezembro de 2009, aos 87 anos de idade. Foi ex-chefe de reportagem dos jornais **Globo, Dia, Jornal dos Sports**. Destacou-se na imprensa carioca por desvendar um caso que chocou o Brasil nos anos 50 - conhecido como o crime da Sacopã —, quando era repórter do jornal **O Mundo Ilustrado**. Dados retirados do site: <http://www.abi.org.br/primeirapagina.asp?Id=3317> em 20 de Junho de 2010.

⁵⁹ José Monteiro, também Jornalista Investigativo, que trabalhou ao lado de Adriano do Nascimento Barbosa. Dados retirados do site: <http://www.abi.org.br/primeirapagina.asp?Id=3317> em 20 de Junho de 2010.

Ao tombar no cumprimento do dever, ele se transformou num símbolo, pelo trabalho, dedicação e fidelidade. Entre a lenda e a realidade, pelos mundos e veredas do combate à violência e ao crime, ficaram seus idéias puros de uma Polícia que vagava em seus sonhos, honrada, dedicada e leal; acatada, respeitada, eterna. A polícia de Milton Le Cocq Oliveira, o Gringo. Realizá-la PE tarefa de cada membro da grande família policial. (BARBOSA: 1980).

Desde suas origens a polícia no Brasil e na Paraíba está arraigada numa hierarquia *militarista e repressiva*, portanto muito diferente do que “pintaram” os referidos jornalistas na obra a qual citamos. A essencial contribuição da referida obra e idéias dos seus autores para o desenvolvimento do nosso trabalho (pesquisa) é no tocante a origem do grupo de extermínio MB (“Mão Branca”) e de outros grupos de justiça privada no Brasil, entendendo como agiram em períodos históricos diferentes, principalmente entre o Rio de Janeiro e São Paulo. O elemento importante aqui é analisar que todos esses grupos que apareceram nas diversas regiões brasileiras tiveram características iguais ao MB (“Mão Branca”) campinense, já que apresentaram semelhanças comuns no que concerne ao mesmo critério de seleção das vítimas, a forma de divulgação na mídia (jornais), a desova dos corpos em locais estratégicos das cidades etc.

Desse modo, ficam as críticas e a relevância da referido obra, pois quando lemos as páginas 82 a 89 ao fazermos um paralelo analítico comparativo aos Jornais e Processo Crime, percebemos que o grupo “**Mão Branca**” na sua forma de agir, torturar e matar na cidade de Campina Grande foi um modelo (cópia) semelhante a outro grupo que já agiam na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. O grupo “Mão Branca”, portanto, foi uma cópia importada por policiais e investigadores que compunham o grupo campinense (especificamente José Carlos de Oliveira (“Cacau”), que partindo de suas experiências e convivência transporta para Campina Grande esse modelo de ação individual e indiscriminada). Como exposto numa das páginas de Jornal da época:

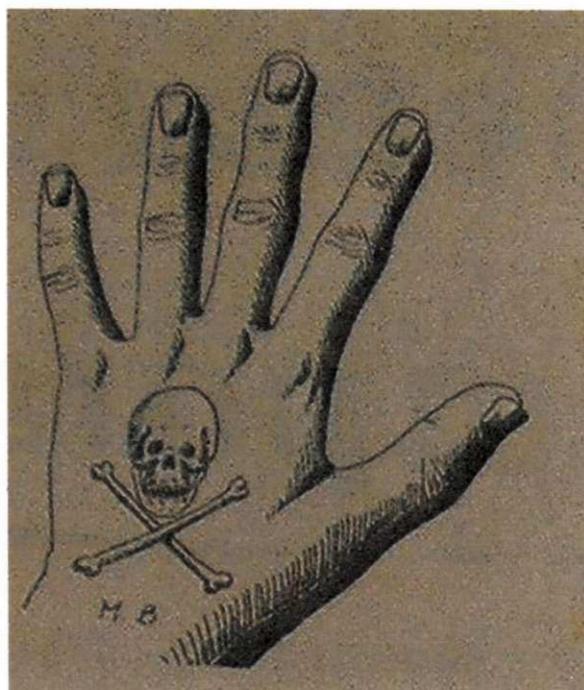
Graças ao empenho que tem caracterizado este matutino, conseguimos chegar até ao relatório que desvendou os autores dos crimes do Mão Branca, e que consta do Processo ora em tramitação na 5ª Vara de Execuções Criminais.

Neste documento, que contem o relato final de todas as apurações e investigações do caso que havia sido enviado sigilosamente ao Governador, Tarcisio de Miranda Burity, cita nominalmente os cinco investigadores envolvidos com a sigla Mão Branca, tendo culminado, a decretação de Preventivas para os implicados.

O ex-policia José Carlos de Oliveira - “o Cacau” (sic) com experiência na Baixada Fluminense, é apontando como o elemento que trouxe pra esta cidade a sigla do Mão Branca e, principalmente, os conhecidos meios de atuar⁶⁰.

⁶⁰ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. Coluna Opinião. *Jornal Diário da Borborema*. Campina Grande. P. 01, Terça, 08 de Ago. de 1980.

No caso paraibano a constituição de Comissão de Sindicância conforme orientação do Governador Tarcísio de Miranda Burity apresenta reflexos no desdobramento do processo judicial. Uma vez que o caráter sigiloso excluiu importantes membros da sociedade política, mais do que da sociedade civil de prestarem seus depoimentos, reintegrou a tese de que “Mão Branca” apenas se constituiria de cinco membros, assim como os cinco dedos de uma mão⁶¹.

Imagem 23⁶²Imagem 24⁶³

Finalizando, a particularidade de Campina Grande, guardadas as proporções com o que ocorrera em São Paulo, com o Esquadrão da Morte e no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense – que dera origem ao nome “Mão Branca” é que no decorrer do processo de julgamento entre eles fora a demonstração e existência ampla desse grupo de extermínio resultaram no julgamento de crimes comuns, todos os membros do MB campinense foram julgados não como membros de grupos organizados ou grupo de justiça privada, mas como membros sociais desviantes que praticaram crimes comuns.

⁶¹ A imprensa local como indagamos em muitos dos momentos no referido trabalho, explorou exaustivamente a insígnia da Mão e de forma bem menos expressiva o símbolo ou gravura da caveira desenhada bem na palma, essa mesma figura do ponto de vista ideológico e jornalístico significava a prática de “Justiça pelas próprias mãos”.

⁶² COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. Coluna Opinião. **Jornal Diário da Borborema**. Campina Grande. p.05. 23 de Abr de 1980.

⁶³ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. Coluna Opinião. **Jornal Diário da Borborema**. Campina Grande. p.05. 18 de Abr de 1980.

Contextualizada a violência e emergência do grupo de extermínio “Mão Branca”, tentaremos verificar na última parte de nossa pesquisa, na medida do possível, os principais pontos de clivagens para entender a inserção do nosso objeto no campo das representações simbólicas. Para isso, traçamos um panorama teórico da violência no campo de estudo das Ciências Sociais (Sociologia e Filosofia) e da História. Contudo, nosso intuito é o de pensar a violência na cidade (Campina Grande) e entendê-la no limiar das representações simbólicas tomando por parâmetro também as abordagens teórico-metodológicas e a análise das fontes de Jornais e Processos Crime.

2- GRUPOS DE EXTERMÍNIO E AS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS

As idéias de Natalie Zemon Davis (1995) e sua lição de método são importantes para refletir como a violência e ação do grupo de extermínio estudado transformaram a comunidade campinense que passou a assumir novos valores, novos papéis. Afinal, a cidade, como se verifica em certas representações de época, a exemplo das idéias que identificamos nos jornais⁶⁴, passou a ter maior segurança, maior tranquilidade, já que os “elementos perigosos” não constituíam mais o medo e a insegurança. Nesse aspecto, é importante pensar sobre as manchetes na página seguinte:

⁶⁴Catalogamos os periódicos de Março a Maio de 1980 do acervo do Jornal Diário da Borborema. Nestes, encontramos diferentes referências sobre o medo e a insegurança em Campina Grande até ação do Grupo de Extermínio estudado. Encontramos ainda alguns aspectos bizarros, como uma matéria que traz como descrição o arrependimento de um bandido, vulgarmente conhecido por “Queimadas”, larápio que se dizia arrependido por cometer tais crimes, pois não queria ser executado pelo “Esquadrão da Morte”. Prometia, segundo a reportagem, se tornar um “homem de bem” (Jornal Diário da Borborema – Diários Associados – 4 de Março de 1980 – n°: 1070 - ano 20, na página policial).

Imagem 25⁶⁵

Grande, Quarta-Feira, 23 de abril de 1980 - Nº 1110 - Ano 20 - Cr\$ 15,00

MÃO BRANCA:



Marginais estão escondidos, mas ninguém escapará

Mão Branca ligou ontem para justificar o que denominou de "trégua" no prolongado final de semana, ao mesmo tempo em que destacou que "o esquema de segurança montado pela Polícia não evitaria que bandidos sejam executados no decorrer desta semana".

- Toda a cidade sabe que fiz uma pequena trégua. Campina é pequena, mas mesmo, assim, fica difícil descobrir os escondidos dos marginais. Muitos deles já fugiram principalmente os que considero perigosos. A vez daqueles que estão na lista, chegará.

O justiceiro sanguinário interrompeu a ligação e verdade é que o final de semana foi calmo com relação a crimes de morte, mas registrou-se vários assaltos e arrombamentos.

Por outro lado, durante o longo final de semana, vários "trotes" por telefone foram dados à polícia anunciando deslovas de cadáveres, o que obrigou a polícia a se movimentar, vasculhando várias áreas (Policial).

Imagem 26⁶⁶

POLICIAL

MÃO BRANCA APAVORA MARGINAIS

Olindete arrumou as malas e fugiu

A mulher Olindete Silva residente no bairro da Liberdade, desapareceu de Campina Grande na última quarta-feira, não se sabendo o destino que ela tomou. Uma versão atribuída aos familiares que Olindete apareceu no bairro da Liberdade, foi sua participação em um crime de morte cometido por ela e seu marido. A mulher de quarta-feira, segundo a reportagem da quarta-feira, recebeu uma ligação de sua filha em que ela lhe disse que estava em uma casa de rua da cidade e que ela havia sido esfaumada. Ela não conseguiu mais falar e desligou o telefone. Ela estava em uma casa de rua da cidade e que ela havia sido esfaumada.

Os familiares de Olindete não sabem para qual cidade ela fugiu. Ela não conseguiu mais falar e desligou o telefone. Ela estava em uma casa de rua da cidade e que ela havia sido esfaumada.

Os familiares de Olindete não sabem para qual cidade ela fugiu. Ela não conseguiu mais falar e desligou o telefone. Ela estava em uma casa de rua da cidade e que ela havia sido esfaumada.

Os familiares de Olindete não sabem para qual cidade ela fugiu. Ela não conseguiu mais falar e desligou o telefone. Ela estava em uma casa de rua da cidade e que ela havia sido esfaumada.

Marginais choram com medo do carrasco



O Mão Branca está pondo os marginais em polvorosa. Ontem dois bandidos choraram no xadrez, com medo do Esquadrão da Morte.

- Por tudo quanto é sagrado, pelo amor de Deus não deixem que eu caia nas mãos do carrasco Mão Branca! - O apelo - entre lágrimas - era do marginal José Carlos da Silva, o "Carrinho II", solicitando que publicassem no jornal. "Eu peço, não quero morrer como 'Beto Fusão'".

Outro marginal que mostrava-se visivelmente abatido era Giovane Lopes, o "Mussun" que disse: prefiro morrer de câncer do que cair nas mãos do Mão Branca.

Ambos fazem parte da lista dos marginais marcados para morrer pelo famigerado Mão Branca (Policial).

Imagem 27⁶⁷

Polícia diz que a cidade está tranquila depois que o Mão Branca surgiu

Investigadores comentavam, ontem, na Central de Polícia, que a ação do carrasco Mão Branca, em Campina Grande, foi muito boa para a cidade, pois o número de arrombamentos, assaltos, furtos e roubos diminuiu sobremaneira nos últimos dias, chegando ao ponto de 70% das queixas não serem registradas na DRF.

As opiniões em torno do assunto são as mais diversas, havendo investigadores que discordem do índice de arrombamentos e furtos praticados em nossa cidade. Os policiais acreditam que os ladrões estão agindo com mais cautela, embora haja uma grande queda no número de denúncias na Polícia sobre arrombamentos e assaltos.

A verdade é que o Mão Branca, eliminando apenas oito marginais na Paraíba - deixou o Estado bastante tranquilo, ao ponto dos investigadores trabalhar apenas na apreensão de desordeiros e elementos sem documentos, pois nas rondas realizadas durante a noite, a polícia não encontra marginais perambulando, como acontecia anteriormente.

O delegado Roberto Medeiros informou que sábado realizou quatro rondas, todavia apenas bebados e elementos sem documentos foram presos. Os marginais que constantemente eram vistos nas chamadas "tocas" nunca mais apareceram nos citados locais. Todas as "blitz" realizadas pela polícia foram negativas, pois os ladrões não foram encontrados.

As "malocas", as favelas do Pedregal e Cachoeira, o bairro do Jeremias e muitos outros pontos de encontro dos ladrões foram visitados, no entanto os locais estavam "limpos", numa prova de que mais de 70% dos bandidos que agiam em nossa cidade desapareceram depois que o justiceiro Mão Branca começou a eliminar marginais em Campina Grande.

Imagem 28⁶⁸

⁶⁵ COSTA, Assis e RAMOS, Hugo. Coluna Opinião. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande. P.05.23 de Abr de 1980.

⁶⁶ COSTA, Assis e RAMOS, Hugo. Coluna Opinião. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande. P.05. 19 de Abr de 1980.

Entendemos na leitura visual o MEDO e a suposta segurança relacionada à atuação do Grupo de Extermínio na cidade. O medo, conforme Bauman discute também se associa à idéia de mal. De acordo com o autor, a crença moderna na racionalidade humana e, conseqüentemente no maior controle do mundo natural e social não se concretizou. O mal pode surgir de qualquer lugar, a qualquer momento. A conseqüência mais grave disto, tal como nos adverte Bauman, é a aterrorizante crise de confiança, como vemos claramente na figura 14, em que um dos marginais que compõe a Lista de Morte do MB chora de medo, apesar de ser um elemento conhecido socialmente pelos seus atos desviantes e cruéis.

A cidade, antes símbolo de proteção, de acordo com Bauman, se transformou em fonte de ameaça e de perigo permanente. Os “muros” (psicológicos ou materiais) que antes protegiam seus habitantes dos riscos externos, agora as recortam. Os encontros no espaço urbano tendem a ser evitados ou marcados pela suspeita, mediados por guaritas, grades, câmeras e o que mais as modernas empresas de segurança possam oferecer para os habitantes aterrorizados e economicamente privilegiados. No caso em estudo, lemos nas imagens e na escrita dos Jornais que a Campina da década de 1980 se transforma no cenário propício a auto-reprodução da falsa segurança proporcionada através do MEDO.

As representações de época dada ao Grupo Mão Branca elaboradas socialmente são usadas como instrumento especulativo pelos Jornais, que promoviam com as exposições de imagens, textos e manchetes de forma atrativas, inebriadoras, convincentes à maioria consumidora. Esse órgão usou e abusou do assunto, em todas as edições do Diário da Borborema, por exemplo, no ano de 1980.

À luz da contribuição da simbologia no campo da Antropologia Cultural como reitera as idéias em Davis, se dá principalmente se analisarmos a forma pela qual o MB (“MÃO BRANCA”) selecionava, torturava e matava suas vítimas. Chamamos a atenção para os seguintes aspectos:

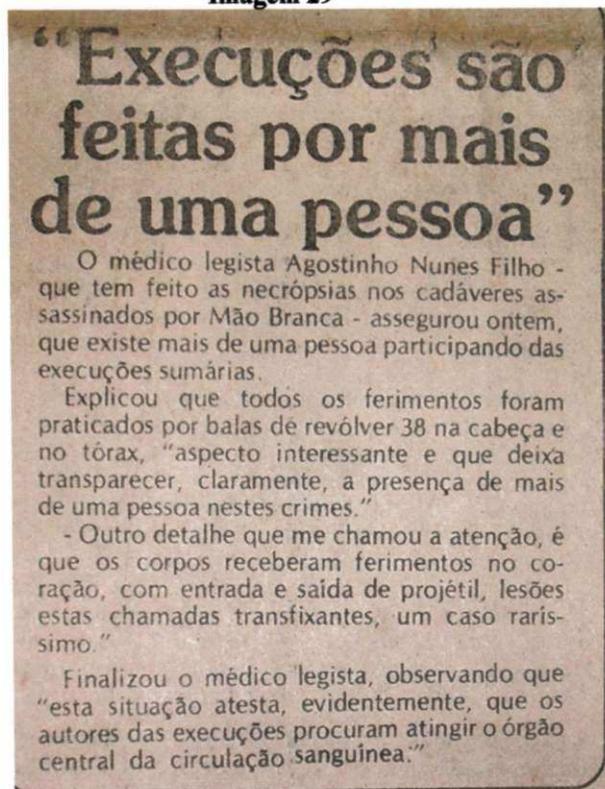
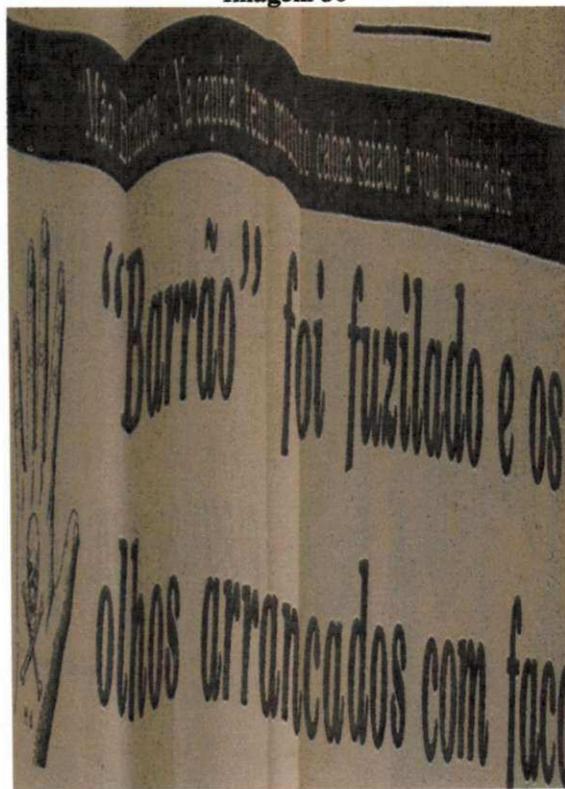
- a) O cuidado que o grupo tinha em escolher suas vítimas e publicar nomes, “profissão” criminal como um ritual que antecedia a execução. Além de classificar, reforçar a discriminação as “classes pobres como classes perigosas”.

⁶⁷ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. Coluna Opinião. *Jornal Diário da Borborema*. Campina Grande. P.04. 20 de Abr. de 1980.

⁶⁸ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. Coluna Opinião. *Jornal Diário da Borborema*. Campina Grande. P.05. 28 de Abr. de 1980.

- b) Outro fator que merece destaque é o requinte de crueldade no tratamento das vítimas. A cidade em si possuía espaços que serviam somente para a “desova” de corpos (situada por trás do Estádio Amigão ou em Sítios particulares nos arredores da cidade), geralmente um lugar esquisito de difícil acesso para a maioria das pessoas. O sigilo e cuidado com a preservação da identidade dos indivíduos estavam imbuídos em todo limiar de captura, tortura e execução. Como explícito nos Jornais e Processos Crimes.

Nas manchetes, examinamos como o Grupo conhecia táticas de espancamento, tortura e execução, visto as condições com que os corpos foram encontrados, na maioria deles os ferimentos apareciam em pontos estratégicos do corpo como os olhos, e o coração. Ficando as indagações, se comumente executavam suas vítimas com as mesmas características tinham eles rituais próprios para tais intenções ou executavam apenas por executar? O que motivou enfim essas pessoas a prática da violência generalizada contra pessoas pobres e marginalizadas? Será que não havia entre esses policiais e os bandidos, rixas anteriores?

Imagem 29⁶⁹Imagem 30⁷⁰

⁶⁹ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo *Jornal Diário da Borborema*. Publicado em 19 de Abril de 1980.

⁷⁰ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. *Jornal O Diário da Borborema*. Campina Grande. Publicado em 18 de Abril de 1980.

Segundo Assis Costa, repórter que acompanhou de perto a ação do grupo e escreveu inúmeros artigos publicados nos jornais de época, a forma da morte das vítimas eram sempre feitas com requintes de crueldade. Quase todos os corpos tinham os órgãos arrancados. Braços, pernas, e até a língua das vítimas eram extraídos. Cerca de 18⁷¹ pessoas foram assassinadas pelo grupo. Na época, o DB esgotou todas as suas edições. O jornal mal chegava às bancas e já ia parar nas mãos dos leitores. Todos queiram saber quem seria o próximo nome da lista.

Esses jornais, portanto, abusivamente exploraram as imagens do grupo, bem como, transformaram a história em um suspense recheado de capítulos inéditos diariamente, ou seja, a partir das imagens e produção da escrita, persuadiam seus leitores com a intenção de circulação e capitalização dos mesmos.

Finalizando, a Antropologia simbólica até então exposta está inscrita na ação conjunta, ou seja, na ação de um determinado grupo ou conjunto de pessoas em um período e lugar específico, como foi na década de 1980. Portanto, é de se pensar a experiência cotidiana da violência experimentada pelos campinenses da época e que lhes foi imposta pelo grupo de extermínio estudado já que nas notícias dos jornais acerca das ações desse grupo envolveu uma extensa rede de jornalistas, policiais, bandidos, políticos, personalidades e pessoas comuns, se tornando pauta obrigatória nas conversas diárias dos leitores. Assim, acreditamos estar diante de um caso muito “rico” para análises diferenciadas acerca do fazer jornalístico e histórico, principalmente na construção de mitos pela imprensa e do contexto histórico desta imprensa dentro da década de 1980.

O “Mão Branca” começa a ocupar as páginas dos jornais, inicialmente na Última Hora (Jornal publicado e distribuído na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro), depois na “mídia campinense”, embora com intensidades, proporções e enfoques diferentes, como também demonstramos e, isso se transforma, no período estudado, em comoção pública. Mas quem seria Mão Branca que patrocinou um verdadeiro banho de sangue na cidade de Campina Grande com mais de trinta crimes praticados pelo grupo de “extermínio”? Trata-se de um “justiceiro” que assume a autoria de diversos “lixos humanos” como ele mesmo define em suas diversas manifestações junto à imprensa, suas ações de “extermínio de bandidos?”

Mesmo com as variantes em termos de versão, há uns entendimentos generalizados,

⁷¹ Vale salientar que essas 18 vítimas só foram destacadas segundo as análises dos Jornais pesquisados, já o Processo Criminal aberto pela Comissão de Justiça e Paz, concluiu o inquérito com 09 vítimas executadas pelo grupo “Mão Branca”.

visíveis na própria imprensa da época e mais ainda na visão dos pesquisados hoje, de que “Mão Branca” se trata de uma “invenção”, de uma “criação”, um “mito”, uma “brincadeira”, uma “ficção”, uma “estratégia para vender jornais”, dentre outras expressões recolhidas em nosso levantamento e no decorrer da pesquisa já realizada.

Assim, o personagem que, pelo menos de janeiro a agosto de 1980, chamou a atenção de toda a imprensa campinense, sendo objeto diário de matérias feitas pelos jornais e principalmente o “Diário da Borborema”, que em várias edições dedicou mais de uma página ao tema e muitas vezes utilizou-o como chamada de primeira página, foi na verdade uma criação do “denuncismo” encoberta pela outorga do chamado jornalismo investigativo.

Além do período do qual delineamos a pesquisa, a velha e “austera” cidade de Campina Grande, conhecida e ovacionada por “Capital do trabalho”, apresenta acentuado crescimento populacional, econômico (indústrias diversas como: calçadista, bebidas, têxteis, etc., merecendo destaque para o setor tecnológico) cultural (promoção de eventos: carnaval fora de época-Micarande e o “Maior São João do Mundo”) e decorrente a esses fatores observamos o aumento do número de violência, no entanto, não aparece na historiografia dessa cidade, a ação de outro grupo de extermínio ou de justiça privada como foi evidente o “Mão Branca” na década de 1980. Um fato, intrigante visto que na memória de muitos de seus moradores, através de conversas “indiretas”, percebemos a alusão ao “Mão Branca” como também a “aspiração” de algumas pessoas, que referem-se de forma positiva ou não que outro grupo em “novo estilo” pudesse agir no combate a desordem da cidade que se aumenta cada vez mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trabalho que se preocupou pela escrita de mais uma página da história da cidade de Campina Grande-PB, especificamente mostrando uma face de sua história ainda pouco explorada, no que se refere à violência e as representações sobre a mesma. Principalmente no tocante à representação dada ao grupo de justiça privada, como foi o caso “Mão Branca” que atuou na cidade entre as décadas de 1980/90 cuja visibilidade nos Jornais da época, especificamente os Jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba foi marcante. Apresentamos algumas conclusões sobre a pesquisa realizada no percurso de mais de dois anos junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Entre as principais considerações acerca desse trabalho traçamos:

Primeiramente a de refletir como buscamos aproximação em Roger Chartier para a compreensão e apropriação do conceito de representação na análise das fontes, estas por sua vez se resumiram aos Jornais da época- **Jornal da Paraíba**, as publicações concernentes aos anos de 1978 a 1982, e o **DB- Diário da Borborema**, no período de 1978 a 1985, bem como, a análise (não tão bem elaborada como se efetivou nos Jornais) dos Processos Criminais inquiridos contra o Grupo “Mão Branca” composto por mais de 2000 páginas, nas quais estão descritas a participação de depoentes (testemunhas), promotores, advogados, jornalistas, professores e demais indivíduos que vivenciaram as ações desse grupo estudado.

Num segundo momento de nossas considerações, descrevemos como se deu o fim do grupo “Mão Branca” e o destino de alguns de seus componentes, para isso, fazemos sucinta descrição do que é e porque grupos de justiça privada se organizam nas cidades de grande ou médio porte no Brasil, principalmente o porquê desse fenômeno na Paraíba na década de 1980.

Finalmente, findamos as considerações desse trabalho apontando as principais dificuldades existentes no percurso de realização do mesmo. Nossos anseios e experiências, o porquê de não terem sido realizadas entrevistas com pessoas que vivenciaram direta ou indiretamente o momento em que o “Mão Branca” atuou na cidade e regiões vizinhas.

Justificando nossa prioridade pelas fontes jornalísticas, sabemos que a escolha das mesmas para um historiador depende não apenas do objeto e dos objetivos da pesquisa, mas também da delimitação e problemática. Isto é, dos recortes efetuados. Partindo do pressuposto de que a linguagem jornalística se apresenta com pretensões de objetividade, procuramos no decorrer do trabalho compreender como se deram as formas de ação, silêncios e divisões de

papéis (como o grupo “Mão Branca” foi visto pela sociedade- imprensa e vice versa.). Portanto, as fontes primárias escolhidas para este estudo primaram pela riqueza de informações, bem como por fornecer caminhos metodológicos. Desta forma, há uma série de questões que foram observadas, principalmente no tocante à forma de representação que se manifestou na aludida fonte, tendo em vista que a linguagem enquanto discurso foi à interação, e um modo de produção social; ela não foi neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso, um lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

Assim, ao trabalhar com a imprensa procurei ter em mente que não basta perceber de forma linear e orientada os diversos momentos em que se passaram os periódicos num determinado espaço social. De acordo com Nelson Werneck Sodré, por muitas razões, fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista (*apud* SODRÉ, 1999, p. 140). Pois na busca pelo controle dos meios de informações, é possível verificar um verdadeiro campo de batalha, onde aparecem personagens dos mais diversos segmentos sociais, culturais, religiosos, entre outros, porém todos com a mesma finalidade: deter o controle desse meio de informação, como fizeram os Jornais da Paraíba e, especificamente, o Diário da Borborema, que usou e abusou das imagens e outros recursos na exploração do assunto “Mão Branca”, principalmente quando havia execuções de vítimas do “Listão”.

Nesse sentido, à luz da história cultural, o presente trabalho além de contribuir para o estudo da historiografia da cidade de Campina Grande-PB, aproxima-se de uma história que envolve a imprensa, já que problematiza quem foi o produtor das representações dadas sobre a violência exercida pelo grupo de extermínio “Mão Branca”, mostrando de que forma e como se produziram suas imagens e quais foram às conseqüências dessa produção para a sociedade. De certa forma, o trabalho também elaborou um resgate do cotidiano de alguns personagens anônimos ou não, como foi o caso de Ataliba Arruda, de Mocotó, Paraibinha e tantos outros “elementos perigosos” que apareceram no “Listão” de execução do grupo.

Segundo Roger Chartier, um dos expoentes da Nova História Cultural, o principal objetivo dessa corrente historiográfica é identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço a ser decifrado. Dessa forma, as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam (CHARTIER, 1990, p: 17). Portanto, para cada caso, torna-se necessário relacionar o

que foi criado, dado a ver, dado a ler. De acordo com Chartier, representação é um instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente, através de sua substituição por uma “imagem” capaz de reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é. A representação permite ver algo ausente, o que supõe uma clara distinção radical entre o que representa e aquilo que é representado. Por outro, a representação é a exibição de uma presença, a apresentação pública de algo ou de alguém, como foi o caso “Mão Branca” tão explorado pelos jornais de época.

No primeiro sentido, a representação é instrumento de conhecimento imediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma imagem, capaz de trazê-lo à memória e de o figurar tal como ele é. A relação de representação é entendida deste modo como correlação de uma imagem presente e de um objeto ausente, um valendo pelo outro. O autor também atenta para a distinção fundamental entre representação e representado, isto é, entre signo e significado, que é pervertida pelas formas de teatralização do antigo regime. Ou seja, todas têm o objetivo de fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação.

Nesse sentido, o conceito de representação é visto por Chartier como a pedra angular de uma abordagem da história cultural, permitindo articular essas três modalidades da relação com o mundo social. Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos. Segundo, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição. E em terceiro lugar, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.

Se a noção de **representação** é considerada por Chartier a “pedra angular” da nova história cultural, a de **apropriação** é o centro de sua abordagem. Tal reformulação distancia do sentido empregado por Michel Foucault (que pensava na apropriação como um confisco que colocava os discursos fora do alcance dos que os produziam), pois, Chartier afirma que a apropriação tal como entendemos tem por objetivo uma história social das interpretações, remetida às suas determinações fundamentais, que são sociais, institucionais, culturais e inscritas nas práticas específicas que as produzem (CHARTIER, 1990, p.187). Ao pensar em práticas culturais, convém antes de tudo, ter em vista que esta noção deve ser pensada não apenas em relação às instancias oficiais de produção cultural, mas também aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador. Logo, para Chartier, são

práticas culturais, não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também, os modos como, em uma determinada sociedade, os homens falam, e se calam, comem e bebem, sentam e andam, conversam ou discutem, morrem ou adoecem, solidarizam-se ou hostilizam-se, entre outros.

A respeito da história cultural, Chartier afirma que é preciso pensá-la como a análise do trabalho das representações, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço. Desse modo, as estruturas do mundo social não são um dado objetivo nem são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem suas figuras. São as demarcações e esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar integralmente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio e as representações supostas, como refletindo-o ou dele desviando (CHARTIER, 1990: p. 27). Da mesma forma, esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Daí a caracterização das representações dadas aos jornais como produtores de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação.

É em função das discussões apresentadas que se justifica o diálogo com Roger Chartier, para se pensar as maneiras com que a imprensa escrita se *apropria* das imagens e versões da violência exercida pelo grupo “Mão Branca” na década de 1980/90. Jornais estes que *representaram* essas imagens, reorganizando-as de acordo com seus interesses particulares, tendo como pano de fundo uma verdadeira disputa mercadológica.

No tocante à discussão de justicamento privado no Brasil, verificamos que não é um fenômeno recente na história. Segundo os sociólogos Sergio Adorno e Nancy Cardia, é bem “verdade que a existência de grupos de extermínio na sociedade brasileira tenha sido detectada desde a história colonial”, dos conflitos seculares entre índios e bandeirantes, quilombolas e capitão do mato, entre a Casa Grande e a Senzala, grileiros e posseiros, cangaço e volantes, entre coronel e os moradores, nos dias atuais da “guerra” travada entre os bandidos e a sociedade, que desemboca no surgimento desses grupos tanto nos grandes como nos médios centros urbanos. No caso de Campina Grande-PB, na década de 1980/90 especificamente, o grupo de extermínio estudado surge em contraste à situação política vigente no país. Já que no período da Ditadura Militar (1964 a 1985) muitos grupos de extermínio atuaram em regiões diversas, sendo o “Mão Branca” uma continuidade desse

fenômeno.

De acordo com os Processos Criminais a particularidade de Campina Grande, guardadas as proporções com o que ocorrera em São Paulo, com o Esquadrão da Morte, ou em outros lugares do país, o “Mão Branca” da Paraíba na sua forma de agir, torturar e matar foi um modelo semelhante a outro grupo que agia na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. O grupo “Mão Branca”, portanto, foi uma cópia importada por policiais e investigadores que compunham o grupo campinense. No caso, Campina Grande por José Carlos de Oliveira vulgo “Cacau, que, partindo das experiências e convivência com o grupo de extermínio da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, transporta para a cidade natal o modelo de ação individual e indiscriminada.

Nesse desfecho, o justiceiro é uma categoria freqüentemente citada em crimes de extermínio que atua no vazio ou na omissão do Estado, atribuindo a si a tarefa de eliminação dos indesejáveis. As favelas e os bairros populares são, de preferência, o contexto social onde viceja. Aí se cria a sua autodesignação, embora esta figura nada mais seja que um criminoso com status de defensor. Mais do que um personagem isolado, o justiceiro atua articulado com outros atores de extermínio e a mando de grupos interessados na “limpeza social”. Sua origem vincula-se às práticas de justiça, fora e acima da lei, e do coronelismo, em que o senhor de terra utilizava a figura do jagunço ou do pistoleiro para defender seu território, ampliá-lo, eliminar inimigos e perpetrar vinganças.

A convivência mais ou menos pacífica da população com essas figuras sociais deve-se à sua legitimação, através ora do medo, ora da aprovação. O medo tem sua expressão mais sensível no silêncio, enquanto a aprovação vem de uma convicção tácita de que é preciso eliminar os que causam problemas sociais.

Sobre desfecho dos componentes do grupo “Mão Branca”, verificamos que ao final do Processo Criminal, bem como pelas exposições de matérias jornalísticas, os trabalhos da Comissão de Justiça e Paz chegaram à conclusão que os crimes atribuídos ao grupo foram cometidos por vários integrantes da Polícia Civil. Sendo o “cabeça” o supervisor da Polícia Civil na época, Cícero Tomé da Silva. Culminaram com a descoberta de que o bando era formado por policiais e com as prisões de seis agentes. Os policiais foram julgados, mas nem todos cumpriram a pena.

No final da década de 90 faleceu, no presídio do Serrotão, o agente José Basílio Ferreira (ou simplesmente Zezé Basílio), considerando o “verdadeiro Mão Branca”. “Além de Zezé Basílio, integrava o grupo de extermínio, Cícero Tomé da Silva, Antônio Gonçalves da Costa, “o Temporal”; José Carlos da Silva também conhecido por “Cacau” e Francisco Alves

de Oliveira.

Verificamos ao final da pesquisa que a ação de grupos de extermínio no Brasil e na Paraíba foi viável entre as décadas de 1980/90 por inúmeros fatores. Contudo, no momento atual, apesar de inviáveis esses Esquadrões da Morte continuam atuantes em muitos centros metropolitanos, como o mostram, por exemplo, os acontecimentos e o inquérito policial desenvolvido para esclarecer as chacinas de Vigário Geral, da Candelária e de Acari, no Rio de Janeiro, envolvendo policiais, políticos, bandidos comuns e traficantes de drogas. Além de percebermos que nos dias atuais esses grupos procuram atuar com menos visibilidade, já que a imprensa e os meios jurídicos através da discussão sobre os Direitos Humanos estão em constante investigação.

Quanto às dificuldades no percurso da pesquisa em relação às entrevistas, tivemos inúmeras, pois como é um assunto recente, delicado e polêmico por se tratar da violência exercida por policiais, poucas pessoas se dispuseram. Procuramos para entrevista algumas pessoas que vivenciaram diretamente a ação dos “Mão Branca”, como foi o caso de um policial civil reformado que trabalhou com José Basílio e foi seu grande amigo. Esse, por sua vez, recuou e disse que conheceu Zezé, mas que não iria nos ajudar. Apesar de muita insistência, não conseguimos convencê-lo. Preferimos deixar seu nome e endereço no anonimato.

Outra pessoa que se recusou em falar foi uma ex-esposa de um dos componentes do grupo que, coincidentemente foi vizinha nossa por mais de 15 anos e que quando a procuramos ela se escondeu e hoje mora em outra cidade.

Através de uma colega de trabalho, Soraia de Paci muito amiga da família de Vital do Rêgo, advogado de defesa do “Mão Branca” na época, procurou mediar em 2009 maneiras de obter uma entrevista com esse personagem importante, contudo, devido a sua debilidade na saúde, não conseguimos. Vindo esse personagem a falecer em 02 de Fevereiro de 2010.

Os únicos que se dispuseram a falar foram: Edgard Malagod, professor de Ciências Sociais aposentado pela Universidade Federal de Campina Grande, ex- membro da Comissão de Justiça e Paz (C J P). Mas que devido à inflexibilidade de horários, foi impossível conversarmos. Tivemos apenas um diálogo informal por telefone. Como ele se mudou para São Paulo há mais de 06 meses, a dificuldade de entrevistá-lo foi ainda maior. Ficando apenas a sua simpatia e disponibilidade, seremos eternamente gratos. E os Padres Cristiano Joosten e Luiz Vandaele.

Sobre a entrevista realizada com padre Redentorista Cristiano Joosten, usamos algumas de suas contribuições no capítulo II do referido trabalho, pois o mesmo descreveu a

relevância da Comissão de Justiça e Paz (C J P) e a participação da Igreja Católica e do Estado com o apoio do governador Tarcísio de Miranda Burity, na abertura do inquérito policial movido pelo Ministério Público contra o grupo “Mão Branca”.

Quanto ao ex-padre belga Luis Vandaele que passou apenas três dias do mês de Abril de 2009 em Campina Grande, o procurei duas vezes no Hotel do Vale onde se hospedou, mas só tive oportunidade de conhecê-lo e conversarmos por poucos minutos devido a sua urgência em passar pela capital antes de voltar para Europa, portanto o acompanhei no táxi até a Rodoviária de Campina Grande, e passamos cerca de 20 a 30 minutos. Em 1980/81 ele foi secretário do Bispo Dom Manuel Pereira da Costa nas investidas da Comissão de Justiça e Paz (C J P), conheceu de perto as pressões e perseguição dos “Mão Branca”. Não tivemos muito tempo de conversa, nosso encontro se configurou mais como um “desencontro” devido à pressa e dificuldades no tempo, mas nesse parco período detalhou-me informações sobre sua participação na C J P.

Enfim, essas foram nossas maiores dificuldades, mas que conseguimos enfrentar, contribuindo com nossas experiências e crescimento pessoal, intelectual e acadêmico.

FONTES PRIMÁRIAS CATALOGADAS E ANALISADAS

JORNAIS ESCRITOS:

JORNAIS ESCRITOS	ANOS	MESES E ANOS PESQUISADOS
Diário da Borborema	De 1978 a 1985	De Março a Dezembro de 1978. Janeiro a Dezembro dos anos de 1980 a 1985.
Jornal da Paraíba	De 1979 a 1982	Janeiro a Dezembro desse período. Do ano de 1979 no acervo existe apenas o mês de Dezembro e não há nenhum exemplar de 1978. Em 1980 existem apenas os meses de Março a Dezembro. De 1981 e 1982 os meses Janeiro a Dezembro.

PROCESSOS CRIMINAIS:

Tribunal de Justiça da Paraíba. Comarca de Campina Grande. Juízo da Segunda Vara do Tribunal do Júri. Distribuição nº. 3431/80, nº. 020-Volume 01; pp. 255. Volume 02, pp.: 250-487; Volume 03, pp. 491-745; Volume 04, pp.: 746-997; Volume 05, pp.: 998-1359 e Volume 06, pp.: 1360-1467. Ano de 1980.

CRONOGRAMA DE PESQUISAS:

MESES E ANO	LOCAIS
De Novembro de 2008 ao início do mês de Junho de 2009	Todas as manhãs no acervo do Jornal da Paraíba (Catolé).
Março a Junho de 2009	As tardes das Segundas, Terças Sextas no acervo do Jornal Diário da Borborema (Centro).
Apenas 02 dias do mês de Abril de 2009.	Tribunal de Justiça da Paraíba. Comarca de Campina Grande-Católé (acervo da 2ª Vara Criminal).

REFERÊNCIAS

ADORNO, de Abreu, S. F. **Violência Urbana, Justiça Criminal e organização social do crime**. São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência – USP, 1990. Mimeo.

ADORNO, S. & CARDIA, N. “**Dilemas do controle democrático da violência: execuções primárias e grupos de extermínio em São Paulo**”. São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência - USP, 1997, Mimeo.

ARANHA, Gervácio Batista. “**Realismo vs Nominalismo e a escrita da história: questões sobre o século XXI**”. IN: Conferência da abertura no XI Encontro Estadual dos Professores de História da ANPUH_PB. Campina Grande, mimeo, 2004,31p.

_____. **Modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP. 2001.

_____. **Seduções do moderno na Parahyba do Norte: Trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)**. In: *A Paraíba no Império e na República: Estudos de história social e cultural*. Idéia. João Pessoa, 2003.

ARESENT, Hanna. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARBOSA Adriano e MONTEIRO José. *In: Violência: Do Esquadrão ao mão Branca*. Gráfica Editora. Rio de Janeiro, 1980.

BARROS, José D Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **A história Cultural Francesa – Caminhos de investigação**. In: FENIX, *Revista de História e Estudos Culturais* (www.revistafenix.pro.br)- vol.: 2. Ano II nº. 4. Acesso em 10/03/2009. ISSN 1807.6971. Outubro/Novembro/Dezembro de 2005.

BARROSO, Fernando Luiz Alves. “**A Hora do Povo Na TV**”: análise do discurso de uma experiência “popular” de televisão. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campina Grande. UFPB. 1996.

BAUMAM, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

BICUDO, Hélio Pereira. **Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte**. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1. e 2. ed. out. 1996.

BURGUIÈRE, André. “**Antropologia histórica**”, In: LE GOFF, Jacques (org.). **A História nova**, trad.: Eduardo Brandão, 4ª ed.; 2ª tiragem, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- _____. **Dicionário das Ciências Históricas**, Trad.: Henrique de Araújo Mesquita, Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BURKE, Peter. “Reações: antropologia política e narrativa”. In: BURKE, P.A **Escola dos Annales: a Revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**, São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- _____. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro, Zahar Editor, 2005.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. “A Imprensa como fonte para a história do Brasil”, em Eurípedes Simões de Paula (Org.), ANAIS. V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo, Sessão Gráfica da FFLCH/USP, 1971, VII, p. 225-23.
- CÂMARA, Epaminondas. **Renovação Urbana. In: Os alicerces de Campina Grande, 1943**. Edições Caravelas. 1943.
- _____. **Datas campinenses**. Edições Caravelas. Campina Grande, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.
- CASSIERER, Ernest. **Linguagem e Mito**. 3ª ed. SP: Perspectiva, 1992.
- CAVALCANTI, Silêde Leila O. **Mulheres modernas, mulheres tuteladas**. Mestrado em História. Recife: UFPE, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tomo 1: Petrópolis, Rio de Janeiro.
- CERQUEIRA, Fº. Gisálio. **A Ideologia a Favor e a Ignorância Simbólica da Lei**. Vice Governadoria do Rio de Janeiro, CEUEP-Centro Unificado de Ensino e Pesquisa: Rio de Janeiro, 1993. Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. “Cortiços e epidemias na corte imperial”. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **Cidade febril**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996,
- _____. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1998.
- _____. “O mundo como representação”. In: Estudos avançados, texto nº. 02. Vol.5.11 São Paulo Jan./Abr. 1990.
- _____. **À beira da falésia: A história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CRUZ, Evaldo. **Campina e o Planejamento Urbano**. In: Anais de Campina Grande, 1980.

_____. Evaldo. **Desaceleração do desenvolvimento campinense**. In: Anais de Campina Grande, 1981.

Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba, **manual de 2009** (MANUAL_CFSO_2009).

Da MATTA, Roberto **As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social**. In: BENEVIDES, M. V. *et alii*. **A violência brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1982

DESAN, Suzane. **Massas, comunidade e ritual na obra de E.P.Thompson e Natalie Davis**. In: HUNT, Lynn. **A nova história Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

FERNADES, Heloisa. **Política e Segurança**. São Paulo: Alfa - Omega, 1973

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. 12ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1996

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **A Micro-história e outros ensaios**, Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. **“O inquisidor como antropólogo”**. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 11, nº 21 - setembro 1990/fevereiro 1991.

GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria de Educação, 2000.

HALL, Peter. **“A Cidade da noite apavorante. Reações à cidade encortificada do século XIX: Londres, Paris, Berlim, Nova York (1800-1900)”**. In: **Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

HOBBSBAWN, Eric J. **Bandidos**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

_____. **O presente como história**. In: HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUGGINS, Martha. **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. .

HUNT, Lynn. **A nova história Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JOOSTEN, Cristiano. Padre Redentorista. In: **Dom Manuel Pereira da Costa. Bispo de Campina Grande-1962-1981: Uma História de Evangelização libertada e libertadora custosa e arriscada**. Livreto publicado em 18/07/2007. (Acervo pessoal). Campina Grande.

LARA, Sylvia Hunold. **“A herança dos ‘Annales’: O princípio e seus discípulos”**. In:

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, SP. EDUSC, 1996.

- JUNIOR, Gilson Porto (org.). **História do Tempo Presente**. Bauru, SP, Edusc; 2007
- PAIVA, Leila Maria Luciano de. **"Justiça pelas próprias mãos: Análise do Grupo de Extermínio Mão Branca no Município de Campina Grande - Paraíba (1978-1982)"**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. João Pessoa-UFPB; 2000.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2003.
- ROCHE, Daniel. **História das Coisas Banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVIII ao XIX**. RJ; Rocco, 2000.
- JÚNIOR, Gilson Porto. (org.). **História do Tempo Presente**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- SANTOS, Wagner Geminiano dos. **ENREDANDO CAMPINA NAS TEIAS DA CULTURA: (dês) inventando festas e (re) inventando a cidade. 1965 – 2002**. Dissertação de Mestrado. UFPE, 2008.
- SILVA, Luciana Estevam. *In*: **"Catolé em foco: Trajetória urbano-modernizante de um bairro de 'elite' campinense (1980/1985) e seus elementos de segregação: becos e cortiços"**. Monografia de conclusão de curso. UFCG; 2005.
- SILVA, Vanderlan Francisco da. **Compondo vidas, tecendo destinos. Conflitos territoriais e trajetórias individuais na penitenciária do Serrotão em Campina Grande-PB**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campina Grande, UFCG. 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994.
- SOUSA, Fábio Gutenberg R. B. de. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2001.
- _____. **Territórios de Confrontos – Campina Grande (1920-1945)**. EDUFCG, 2007.
- SOUZA, Antonio Clarindo B. de. *A construção da imagem da cidade grande*. In: SOCIEDADE, CULTURA E LAZER NA CAMPINA GRANDE DOS ANOS 50 A 60. Doutorado.
- SOUZA, Antonio Clarindo B. De. **Lazeres Permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2002.
- THOMPSON, E, P. **Costumes em Comum: Estudo sobre a Cultura popular tradicional**: SP: Companhia das Letras, 1998.
- VISCARDI, Nillia. **Disciplinamiento, control social y estigma? Tres conceptos para una sociologia Del conflicto: El caso de La violencia em El espacio escolar em Uruguay**. In: Sociologia. Revista; Porto Alegre, ano 1, nº 1, Jan/Jun.1999, PP.168-199.

ZALUAR, A Violência e crime. In: Miceli, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré; ANPOCS, 1999, p. 13-107.

_____. **“Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios”**. In: VELLOSO, J. P. (org.): **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1995.

ANEXOS

8. ANEXOS:

❖ **Parte dos dados lidos e destacados dos Processos Crime: nº. 3431/80, nº. 020-Volume 01; pp. 255.**

- **Envolvidos:**

1. JOSÉ BASÍLIO- “Zezé Basílio” – proprietário de uma oficina mecânica em frente à Sorveteria Rainha (casado).
2. ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA – ex- investigador de Polícia conhecido por “Temporal” (separado judicialmente).
3. CÍCERO TOMÉ – investigador de Polícia (casado).
4. JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA – ex- investigador de Polícia, conhecido por “Cacau” (não traz dados sobre o casamento).
5. FRANCISCO ALVES – ex- investigador de Polícia (não tem dados sobre o estado civil).

Resumo: (vítimas do Grupo)

Os quatro últimos acusados possuíam envolvimento com a polícia, sendo Cícero Tomé o único que durante o período da ação do grupo, processo de acusação e inquérito jurídico, se manteve no cargo de Investigador de Polícia.

Acusados por prática de abuso de poder, prática de violência, invasão a domicílio, arbitrariedades, prisões ilegais, “perseguição de pessoas pacatas”, perseguição a missionários e até a prática de extorsão de dinheiro. Práticas essas que de acordo com os processos crimes “tudo público e notório, mas, que abafavam pelo terror que impunham às vítimas, parentes e vizinhos que testemunhavam as cruéis violações físicas e morais e a própria cidade alarmada pela onda crescente de crimes” (pág. 02).

Entre outras práticas de ação do grupo explícitas no Processo: Não satisfeitos com tamanho apetite criminoso, os denunciados descambaram para a mais grotesca e primitiva forma de punir. Erigiram-se num pelotão de fuzilamento, sob a sigla de- MÃO BRANCA- com métodos transplantados de outras regiões do país, e passaram a exterminar os marginais, cuja relação tinham o cuidado de remeter antes da execução ao Matutino “Diário da

Borborema” e, depois de executada a vítima, telefonar aos órgãos de imprensa falada ou escrita e/ou televisada, indicando o local onde os corpos podiam ser seguramente encontrados. (pág. 02).

VÍTIMAS EXECUTADAS.

BARRÃO - (...) brota dos autos que Zezé Basílio extorquia dinheiro e objetos furtados pelos marginais, promovia prisões ilegais e arbitrárias, retirava detentos da Casa de Detenção para a Delegacia e desta para uma viagem sem retorno nos arredores desta cidade, de preferência nas proximidades do lugar Bananal, nas imediações de uma Granja de sua propriedade, como ocorreu do fuzilamento do marginal Barrão já doente de leucemia que foi arrancado da favela da Cachoeira por Zezé Basílio, por “Temporal” e outros para ser exterminado (pág. 03).

REANATO ARARA – Conta que Zezé Basílio foi visto sair do Bar do Ceboleiro (Silva Jardim) – acompanhando vítima – dez minutos depois a vítima aparece morta com 3 tiros de revólver calibre 32. (pág.: 03)

ERIOMAR SIMÃO – “Pierre” – trabalhava para Antonio Vieira (casado com a ex-esposa de Temporal), por isso representado como um inimigo de Temporal. De acordo com os autos do processo: “... fuzilamento de Eriomar Simão, vulgo, “Pierre”, que ao tempo do fato a vítima trabalhava com Antônio Vieira, comerciante, estabelecido nesta praça a Rua Silva Jardim, a sua vez, inimigo, de “Temporal”, porque se casara religiosamente cm (sic) Maria do Carmo, ao tempo já desquitada de seu marido, o segundo denunciado, de cuja união advierem dois filhos que, posteriormente, viveram na companhia de “Temporal” e depois tornaram à guarda e companhia de Antônio Vieira, por força de decisão judicial. Conta nos autos, que após fuzilamento de “Carrinho Mãozinha”, Perre (sic), quando se embriagava passava a dizer que sabia quem eram os matadores de seu amigo “Carrinho Mãozinha”, Perre, falastrão que era, pagou bem caro por suas veladas acusações ao ora denunciados... Pois bem, na noite de Sexta-feira 01 de Fevereiro do corrente ano “Perre”(sic) foi “convidado” a entrar num carro ocupado por 05 pessoas, sendo o seu corpo, encontrado no dia seguinte atrás do Gresse. Consta também nos autos, que antes de os acusados matarem “Perre”, prenderam-no por várias vezes e na última vez que conseguiu sair vivo passou vários dias internado no Hospital Antonio Targino (informações página 03 e 04).

DEDÉ JULIÃO: fuzilado nas costas por Zezé Basílio quando batia a porta do marginal Guaxita. (página: 04).

“CARRINHO MÃOZINHA” (*sic*): preso a Casa de Detenção foi transferido para a Delegacia e facilitada a fulga (*sic*), de onde foi apreendido em casa por Zezé Basílio, Cícero Tomé e outros que o perseguiram em 19 de 01 de 1980. Assim aparece nos autos do processo: “Na noite de 19 de Janeiro do ano em curso os denunciados Zezé Basílio e Cícero Tomé, invadiram a casa da genitora de ‘Carrinho Mãozinha’ quando o primeiro deles deixou expresso o macabro aviso de que ‘quando Carrinho fosse encontrado morto já sabia que tinha sido ele que, que ficasse calada par não morrer também. Justamente o que ocorreu no dia seguinte, por volta das 14 e 30 horas, a infeliz vítima era seguida em plena Avenida Canal, nas proximidades da ‘Feira de Trocas’ por uma Brasília de cor amarela, ocupada pelo ‘pagador de promessas’, o primeiro denunciado Zezé Basílio e os demais denunciados, com as portas entreabertas. Pressentindo que era chegada a sua hora final ‘Carrinho Mãozinha’ chama por Cema, sua tia, que por acaso passava no local, mas já era tarde. O veículo condutor do grupo exterminador estaciona e dele saltam Zezé Basílio empulhando (*sic*) um revólver, Cícero Tomé, uma arma que dissimulava debaixo do seu blusão e ‘Cacau’ armado de revólver, a fuzilaria começou pelo terceiro denunciado Cícero Tomé que se aproximou para bem junto da vítima e disparou a arma que trazia dissimulada debaixo do blusão. O segundo tiro, como não poderia de deixar de ser disparado pelo ‘pagador de promessa’, o primeiro denunciado, Zezé Basílio, tendo os demais ocupado (*sic*) alvejando o marginal em plena luz do dia”. (páginas:04 e 05).

MOCOTÓ: Morto pela desculpa de ter que mudar de cela (não noticiado pela imprensa).
Menor.

PARAIBINHA: Morto pela desculpa de ter que mudar de cela (não noticiado pela imprensa).
Menor.

QUEIMADOS: Morto pela desculpa de ter que mudar de cela (não noticiado pela imprensa).
Menor.

PERNAMBUCO: fazia transações com o próprio Zezé Basílio os produtos de furtos e vendia a terceiros.

INFORMAÇÕES GERAIS:

Antonio Gonçalves da Costa; “Temporal”, foi excluído da Polícia Civil e morou um tempo em Feira de Santana-BA, reingressando a Polícia através da ajuda de Cícero Tomé. “Exsuge (*sic*) nos autos que ‘Temporal’, os outros sumo pontífice do crime organizado de Campina Grande, extorquia dinheiro de marginais desde muito tempo como confessa na carta

endereçada a sua ex-mulher, junta por cópia xérox, assim também de pessoas pacatas como se evidencia dos autos. Temporal, com os demais denunciados prendeu o meliante alcunhado por 'Barrão' na Favela da Cachoeira para ser exterminado nas imediações da granja do primeiro denunciado Zezé Basílio, onde foi encontrado o macabro achado". (página 05).

Cícero Tomé: o terceiro denunciado padrinho de 'Temporal' segundo denunciado para o reingresso deste ao quadro da Polícia Civil esteve com Zezé Basílio, primeiro denunciado, na residência da mãe de 'Carrinho Mãozinha' na noite do sábado dia 19 de Janeiro deste ano e na tarde seguinte foi o primeiro a atirar na indefesa vítima na Avenida Canal. (pág.: 06).

José Carlos de Oliveira: quarto denunciado, conhecido mais pelo apelido de 'Cacau', viciado em drogas, intimo de "Temporal", componente do grupo exterminador que se intitulou de 'Mão Branca', extorquia mediante exação violenta ou ameaça dinheiro e objetos dos marginais e até de pessoas pacatas. Procederia também a coleta de propinas para o primeiro denunciado Zezé Basílio. A atividade criminosa de 'Cacau' não se limitava a extorsão e a concussão, mas também, na eliminação de viciados como ele, descuidistas, traficantes, enfim todos os marginais marcados para morrer pelo odiento esquadrão da morte, porquanto participou ele de modo efetivo na execução de 'Carrinho Mãozinha", na tarde de 20 de Janeiro do corrente ano, na Avenida Canal, desta cidade. (página: 07).

Francisco Alves: Como seus parceiros 'Cacau' e 'Temporal', vivia explorando, ameaçando, constringendo mediante violência e graves ameaças pessoas ligadas ou não ao submundo do crime na obtenção de dinheiro e objetos. (página: 07).

TESTEMUNHAS:

JOSÉ RODRIGUES DA SILVA

CLÓVIS DEODATO BEZERRA E SILVA

MARIA DO CARMO CAVALCANTI DOS SANTOS

CARMEN LÚCIA DE OLIVEIRA

JOCELMA ALVES FERNANDES

FRANCISCO MARCIANO DA SILVA

PEDRO BENTO DE FREITAS

MARIZA NADJA DE SOUZA

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ (ROL DE DECLARANTES):

EDINALDO BORGES DE ALMEIDA
 TERESINHA DE BRITO BRAGA
 GILVAN SALVIANO DA SILVA
 ANTÔNIA DE VASCONCELOS BORGES
 ANTÔNIO VIEIRA
 CHARLES BEYLIER
 LETICE DE BRITO BRAGA LIRA

PRESIDENTE DA SINDICÂCIA:

PROMOTOR PÚBLICO: AGNELLO JOSÉ DE AMORIM (foi designado para o cargo pelo então Governador do Estado Tarcísio de Miranda Burity).

INSTALADA EM 29 DE ABRIL DE 1980

ALGUNS TRECHOS DOS DEPOIMENTOS DE:

- **ANTÔNIO VIEIRA (29 de Abril de 1980)** – ex-esposo (“concupino”) da ex-esposa de “Temporal”, na época comerciante e que apareceu na lista de nomes a ser exterminado pelo grupo, são trechos do depoimento: “sem que saiba (*sic*) os motivos teve o seu nome lançado em uma lista publicada no ‘Diário da Borborema’ em meados deste mês de Abril, como uma possível vítima de execução de um tal de “Mão Branca”, que adianta que nunca foi processado ou se envolveu em quaisquer acontecimento criminoso; que imagina que está sendo vítima de uma pressão oriunda de inimigos seus; que viveu maritalmente com MARIA CAVALCANTI DOS SANTOS, brasileira de prendas domésticas, residente atualmente no Bairro de José Pinheiro, nesta cidade; que a referida mulher ao tempo em que vivia com ele, depoente era casada com o investigador de polícia de nome ‘TEMPORAL’, a qual veio, posteriormente, a ser expulso da organização a que pertencia, medida esta procedida pelo Coronel Luiz de Barros, atualmente Deputado Estadual, e que ao estabelecer relações com MARIA CAVALCANTI DOS SANTOS, ela já havia se desquitado do investigador ‘TEMPORAL’; que o depoente contraiu com a mesma MARIA CAVALCANTI DOS SANTOS, casamento religioso, havendo dessa união

dois(2) filhos de nome AGNALDO DOS SANTOS VIEIRA e ELIANE DOS SANTOS VIEIRA, respectivamente com 13 e 12 anos de idade, os quais vieram viverem (*sic*) em companhia da mãe, mas que são sustentados por ele, depoente; que o investigador 'TEMPORAL', quando foi expulso da Polícia foi residir na cidade de Feira de Santana, no Estado da Bahia; que no ano passado de 1979, o dito investigador, ou melhor, que no ano de 1977 houve reconciliação entre ANT, gi, digo, MARIA CAVALCANTI DOS SANTOS e o investigador 'Temporal' quando então foram residir na dita cidade de Feira de Santana, e com o casal os filhos dele depoente, AGNALDO DOS SANTOS VIEIRA e ELIANE DOS SANTOS VE, digo, VIEIRA, os quais também foram acompanhados de um filho de MARIA CAVALCANTI DOS SANTOS com o investigador TEMPORAL de nome DAGMAR DOS SANTOS o qual, durante muito tempo viveu em companhia do depoente, sendo grande amigo seu, apesar de tudo o que aconteceu; que em 1978 o depoente por intermédio do advogado Antônio José Figueiredo Agra, ingressou em juízo com um pedido de devolução dos referidos menores, ou seja, AGNALDO DOS SANTOS VIEIRA e ELIANE DOS SANTOS VIEIRA, pedido esse que foi concedido pelo juiz competente; que posteriormente, devido aos maus tratos e miséria, a MARIA CAVALCANTI DOS SANTOS abandonou o investigador TEMPORAL e veio residir em Campina Grande, não mais em companhia permanentemente do depoente, mas as suas expensas, que; desse fato surgiu essa grande inimizade com o investigador TEMPORAL, cuja pessoa, pelo que se diz, às escondidas e com medo, faz parte da organização MÃO BRANCA, que sua antiga e ex-companheira MARIA CAVALCANTI DOS SANTOS tem um completo dossiê sobre a vida do seu ex-esposo TEMPORAL; que conhece o investigador TEMPORAL apenas de vista, sendo que ultimamente o mesmo tem constantemente, passado em frente do seu estabelecimento comercial, acompanhado de três ou quatro pessoas; que por ora, nada tem a acrescentar". (pág.: 10).

- **GILVAN ALVES DA SILVA:** ameaçado por Zezé Basílio e também publicado na lista dos "Mão Branca" em 13 de Abril de 1980 pelo Diário da Borborema, foi ameaçado porque comprou objetos roubados de "Carlinhos Mãozinha"(revólver e uma vitrola), e também não aceitou ser coagido por Zezé Basílio que lhe pediu um relógio.
- **JOSÉ RODRIGUES DA SILVA** – Soldado reformado do Exército – (02 de Maio de 1980) –... O declarante teve seu nome relacionado em lista publicada no Diário da Borborema como uma das pessoas a ser eliminada por 'Mão Branca'; que após tal

publicação passou a ser seguido por um investigador de Polícia, da Polícia Civil de nome ZEZÉ BASÍLIO, e que o dito investigador é proprietário de uma oficina de carro em frente à sorveteria Rainha e possui ainda uma casa de venda de carros usados; que hoje foi seguido por dito investigador quando se encontrava na Rua do BAR DE MORAIS e em todo o percurso quando se dirigia de lá para a Rua Manoel Pereira de Araújo, chegando o depoente a se dirigir para o posto policial a fim de pedir providências ao Comissário que é o Sargento TRAÇA, e de lá ainda veio até as proximidades do quartel do Exército, a que em seguida, sempre acompanhado por aquele investigador voltou a sua casa tendo feito ciente a sua companheira daqueles acontecimentos, que presenciou ainda mesmo quando se encontrava em sua casa que o investigador ZEZÉ Basílio permanecia em frente a sua casa, que foi ao encontro dele para se informar a que se prendia aquela perseguição tendo dito investigador lhe respondido que não o estava seguindo; que o convidou a dar um passeio com ele ZEZÉ BASÍLIO, até a sua granja em Lagoa Seca, que ele depoente, não aceitou... De acordo com o restante do depoimento, ele José Rodrigues, viu Zezé Basílio acompanhado do marginal Arara 10 minutos antes de ser exterminado. Além de também ter visto o investigador prender o marginal “Barrão” (doente e na mendicância), marginal que aparecera morto logo depois. Traçou detalhes também das mortes de PERRE e outros marginais.

O processo cita um envolvimento desse depoente com crimes no passado, mas que naquele momento por ser um reformado do Exército tinha a “ficha limpa”.

TRECHOS RETIRADOS DAS PÁGINAS 1227A 1230 - DESTACANDO A APELAÇÃO E REABERTURA DO PROCESSO CONTRA O RESULTADO DOS JULGAMENTOS DE JOSÉ BASÍLIO E CARLOS JOSÉ DE QUEIROZ (“CACAU”)

DE MERITIS (*sic*)

Acusados- José Basílio Ferreira e Carlos José de Queiroz

- 1- Transportado em método estilo da Baixada Fluminense, o “**esquadrão da morte**” instalou-se em Campina Grande, denegrindo a tradição de nobresa (*sic*) e cultura.

A Paraíba passou a viver a mais negra fase de sua história, no campo da criminalidade.

Em cadência fúnebre, corpos crivados de balas eram “achados” nos mais variados lugares, com a “marca registrada” do esquadrão de fuzilamento. Uma relação de pessoas

para morrer, a pedido do “relações públicas” do famigerado esquadrão, foi publicada na imprensa local.

Campina e a Paraíba reagiram para surpresa dos “justiceiros”.

Uma Comissão de Investigação e Sindicância foi criada, por determinação do Senhor governador, para elucidar as causas e apontar os nomes dos matadores.

Concluído o trabalho, a Comissão “deu nome aos bois”.

2- De posse dos elementos fornecidos pela prelada Comissão, uma denuncia foi fornecida contra os recorridos e mais dois outros que se encontraram foragidos.

De imediato (*sic*), se conclui que pela existência de um concurso material de crimes praticados em concursus deliquentium (*sic*) pelos recorridos que formavam a sinistra organização autodenominada “Mão Branca”.

A participação já direta, já indireta dos recorridos nos hediondos crimes que abalavam os alicerces jurídicos da Paraíba, é indiscutível.

Mais do que indícios, evidencias existem dessa participação, em forma de concurso ou empresa criminosa.

Compunham os recorridos um bloco monolítico, não somente no plano de ação, como no congresso psicológico da vontade.

As provas carreadas para o processo falam mais alto.

Contra essas provas, se levantam as defesas, sob alegação de que todos os que propuseram eram marginais. Podis (*sic*) esses ser diferentes? Evidentemente que não.

A fonte geratriz de informações não podia ser outra: familiares das vítimas ou pessoas que figuravam no “Listão” ou na mira dos revólveres dos “justiceiros”, pois, estas criaturas eram as únicas a informar, sobre as ocorrências no submundo, pois, este é o seu habitat.

Com este elenco de provas, foram julgados principalmente e erroneamente José Basílio e Carlos José de Queiroz.

José Basílio foi considerado, já pela participação direta, já indireta, ma morte de quatro das sete vítimas e absolvido, em relação às três vítimas, precisamente, Perré, Mocotó e Queimadas.

Entendemos que, assim decidindo o júri afrontou as provas dos autos. Sim, a participação do recorrido, quer direta ou indiretamente, na morte de Perré, Mocotó e Queimadas esta evidencia das provas colhidas no bojo dos autos.

Deve, pois, em relação a estas absolvições, ser levado a novo julgamento.

Carlos José de Queiroz

Este, como se vê da decisão dos Senhores Jurados, foi absolvido da participação direta e/ ou indireta da morte de todas as vítimas. Um absurdo, um verdadeiro “aborto” jurídico, que afronta flagradamente as provas dos autos e deve ser submetido, onde possa imperar o devido respeito à lei.

Cícero Tomé, julgado na Segunda Sessão Extraordinária, foi igualmente absolvido. Desnecessário seria dissecar sobre as provas apuradas contra o apelado. Basta um comp’s ocil(*sic*), para se chegar a conclusão de que o júri, neste julgamento, desvirtuou-se do processo, para julgar de acordo com as conveniências que somem e aos jurados é dado o direito de revelas.

A consciência jurídica da Paraíba repudia a perspectiva da reconstrução de novo esquadrão da morte, estimulado nas absolvições que se verificam para dar continuidade as matanças de marginais, hipocritamente chamada de “limpeza” da sociedade e que na verdade se constitui em flagrante violação dos DIREITOS HUMANOS.

Nenhum crime ou comportamento criminoso se justifica outro crime.

O direito de punir é uma resultante da tutela de interesses que afetou de perto as condições de vida da sociedade. O seu exercício não pode ficar a, marca da vontade do sujeito passivo do crime e muito menos dos que se rotulam de “justiceiros” escondidos nas mais variadas denominações.

Cumpre ao Estado procurar tomar efetivo Jus Puniendi (*sic*) que é titular, para que a tutela penal seja frustrada.

Não é possível que por forças de mistificações, e ao arrepio da Lei se pretenda apacificar a participação direta e/ ou indireta de tantas vítimas, para que na impunidade dos culpados.

Campina Grande em 20 de Abril de 1982.

Bel. João da Silva Cruz - Promotor.

PÁGINAS DO PROCESSO CRIMINAL COM IMAGENS SOBRE ACUSÇÕES DE TORTURAS DIRIGIDAS A COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Operário volta a fazer sérias acusações contra Tereza Braga

DB-15-04-80 DOC. 14

O braçal Antônio Cavalcante de Meneses voltou a fazer sérias acusações à advogada Tereza Braga após receber alta do Hospital Antônio Targino, sendo, na manhã de ontem, conduzido para a Delegacia de Costumes, onde foi apresentado ao Delegado Corregedor Joaquim Sinfrônio e, depois levado para o IML da Polícia, onde foi feito o laudo médico pelo legista Roberto Agra.

O braçal foi ouvido pela Polícia, onde voltou a acusar a referida advogada, apontando-a como autora das acusações contra a Polícia Civil, nos crimes praticados em nossa cidade.

Após prestar depoimento, Antônio Cavalcante foi ouvido pela reportagem do DB, tendo ratificado as denúncias contra aquela causidica, apontando-a, inclusive, como uma alcoólatra.

A ENTREVISTA

DB - Como é seu nome?

AC - Meu nome é Antônio Cavalcante de Meneses.

DB - Antônio, relate tudo que ocorreu com você na noite da última sexta-feira.

AC - É eu trabalhava na residência da advogada Tereza Braga, quando ela fazia as maiores reuniões à noite e queria que eu também participasse. Dizendo inclusive que queria que participasse e dissesse que: Zezé Basílio, Cicero Tomé, Cacaú e Temporal e mais alguns eram tudo o "Mão Branca." E que também já tinham matado muitos, que andavam ameaçando ela também até que ela me jogou da casa dela pra fora, sem pagar nada do que eu havia ganhado no trabalho que eu fazia lá. E eu fiquei no meio da rua jogado e já fazia quatro dias e eu fiquei parado neste posto Sacy, onde também me deram dormida no caminhão a noite e quando foi na sexta-feira ela esteve no posto para botar gasolina e eu cheguei perto dela - D. Tereza eu preciso receber o meu dinheiro eu trabalhei dois meses pra senhora e a senhora não me pagou eu quero receber de qualquer maneira. Daí ela disse: "se vire". Eu disse então eu vou procurar os meus direitos e vou dar parte na Delegacia. Daí ela disse pode ir até pra o inferno.

Quando foi por volta das 8 horas da noite eu estava no posto e chegou o desconhecido e fez isso comigo, e só foi a mandado dela, eu tenho a maior certeza.

DB - Ela queria que você acusasse quem?

AC - Queria que eu acusasse Cicero Tomé e Zezé Basílio, pois eles eram o "Mão Branca" que já tinham matado 8 pessoas aqui ou mais de que isso... Ela queria que eu ficasse em reuniões e como eu não quis eu fui jogado de casa pra fora.

DB - Por que você não atendeu o pedido da Dra. Tereza Braga?

AC - Porque eu não podia atender não ia deixar de acompanhar um policial para acompanhar ela. Tereza Braga que dizem que é uma doutora só vive embriagada. Pra me ela não vive nada. Eu disse os policiais. Ela diz que eu sou doido mais eu não sou.

DB - E as reuniões quem participava?

AC - Das reuniões participavam o Pe. Carlos, o Dr. Agnelo Amorim, Pe. Cristiano, Willims Arruda e bastante elementos que eu não sei o nome de todos.

DB - Você ficava pertinho deles ouvindo tudo?

AC - Logo deixou eu perto, mais depois que eu disse que não ficaria fazendo parte das reuniões e nem cumpriria as suas determinações ela mandou que eu saísse e ficasse num quarto pois iria começar a reunião.



Antônio Cavalcante segurado por uma funcionária da SSP é levado para o alojamento dos policiais.

Eu dormia num quarto que tem, num quarto da casa.

DB - Há quanto tempo você estava na casa de Tereza Braga?

AC - Há 2 meses e 8 dias.

DB - Nestas reuniões o assunto principal era Mão Branca?

AC - Eles só falavam em Mão Branca. Falavam nos nomes daqueles que o personagem havia matado. Tudo girava em torno do Mão Branca.

DB - Você conhece os policiais acusados pela advogada Tereza Braga?

AC - Não. Não conheço nenhum deles. Somente agora é que estou sabendo quem eles são.

DB - Você recebeu algum dinheiro para defender os policiais e acusar a advogada.

AC - Não. Estou dizendo isto de livre e espontânea vontade.

DB - É verdade que você estava na feira, no Mercado Central, em companhia da doutora Tereza Braga e ela lhe mostrou o investigador Zezé Basílio, dizendo que ele era o "Mão Branca"?

AC - É. Um dia eu vinha com ela da feira, e tinha um homem em pé. Ela me chamou e disse: Você está vendendo aquele homem? Ele é "Mão Branca." já matou muita gente e só vive me perseguindo.

DB - Depois disso, o que foi que houve?

AC - Nós saímos. Quando chegamos em casa ela disse que eu iria servir de testemunha como Zezé Basílio lhe perseguia. Foi quando eu disse que não iria acusar uma pessoa que eu não conhecia. Depois disso, ela me jogou de casa para fora, não me pagou nada e hoje estou nesta situação e no meio da rua.

DB - Nessas reuniões havia bebida: Alguém bebia?

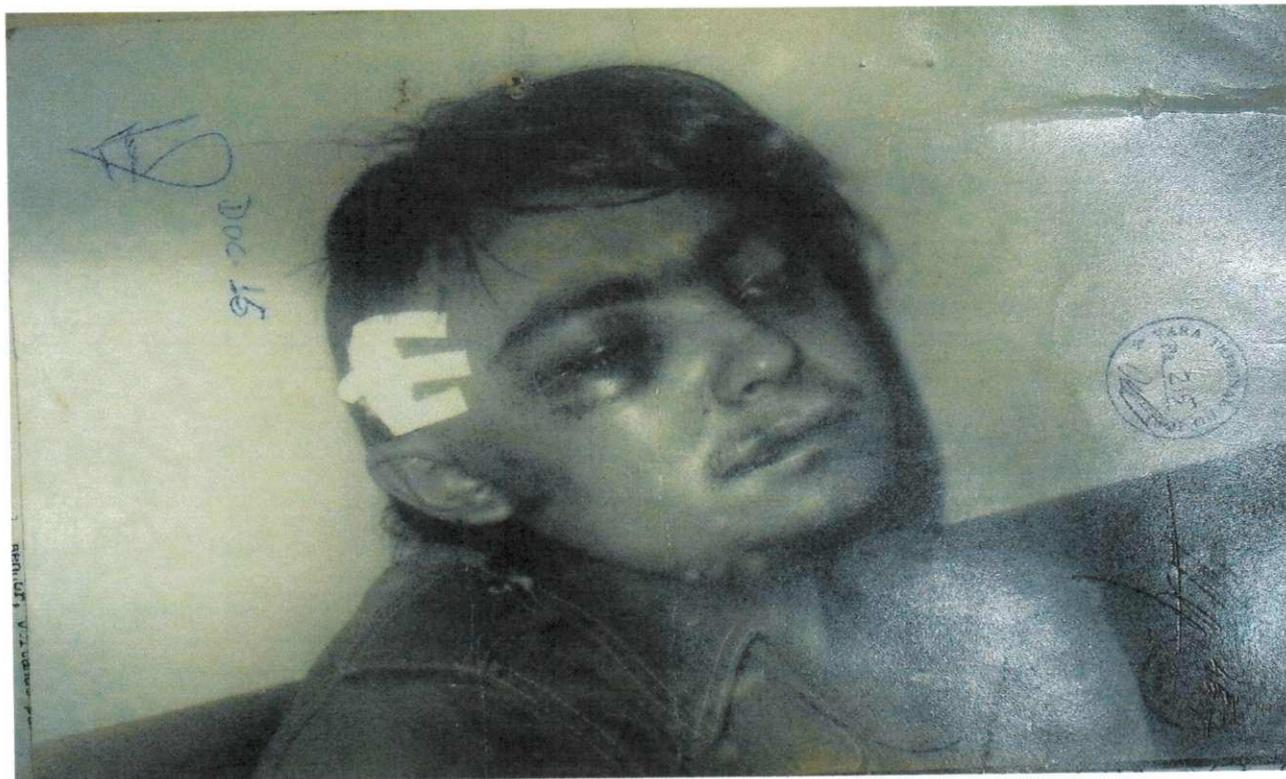


Imagem retirada da página 257 do Processo Criminal

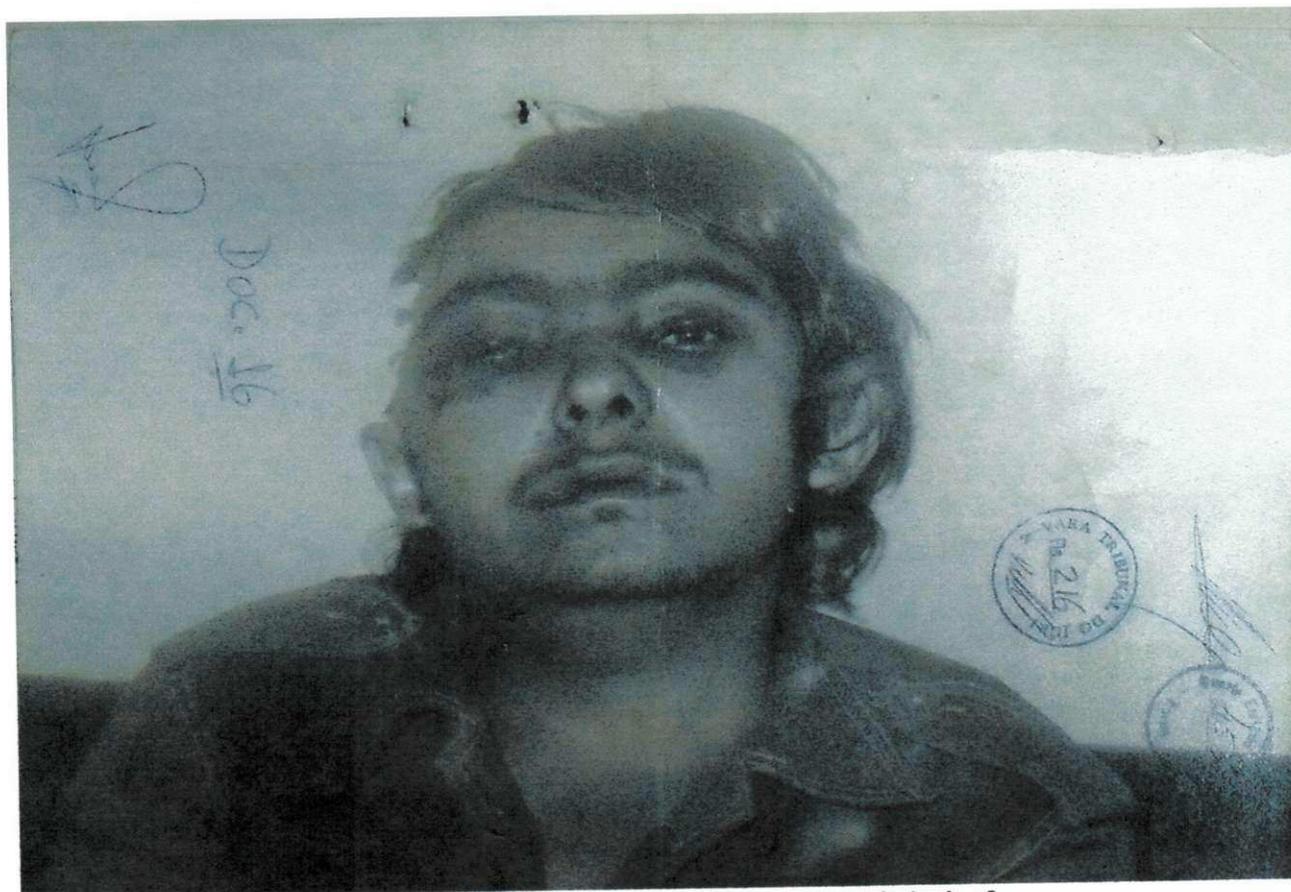


Imagem retirada da página 258 do Processo Criminal